COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 18.4.2018
COM(2018) 196 final

ANNEX 6

ANEXO

da

Proposta de Decisão do Conselho

relativa à celebração do Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e a República de Singapura

ANEXO 9-A

ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
QUE CELEBRAM CONTRATOS PÚBLICOS NOS TERMOS
DO PRESENTE ACORDO

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

Bens (especificados no anexo 9-D)	Limiar: 50 000 DSE
Serviços (especificados no anexo 9-E)	Limiar: 50 000 DSE
Construção (especificados no anexo 9-F)	Limiar: 5 000 000 DSE

Lista das entidades:

Gabinete do Auditor Geral
Escritórios do Advogado-Geral
Gabinete do Primeiro-Ministro
Istana
Juízes
Ministério dos Transportes
Ministério da Cultura, Comunidade e Juventude
Ministério da Educação
Ministério do Ambiente e dos Recursos Hídricos

Ministério das Finanças
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério da Saúde
Ministério dos Assuntos Internos
Ministério das Comunicações e Informação
Ministério do Trabalho
Ministério da Justiça
Ministério do Desenvolvimento Regional
Ministério do Desenvolvimento Social e da Família
Ministério do Comércio e Indústria
Parlamento
Conselhos Presidenciais
Gabinete do Primeiro-Ministro
Comissão da Função Pública
Ministério da Defesa

O presente Acordo aplicar-se-á, de um modo geral, às aquisições pelo Ministério da Defesa de Singapura das seguintes categorias FSC (com exclusão das outras) sujeitas às determinações do Governo de Singapura ao abrigo das disposições do n.º 1 do artigo 9.3 (Segurança e exceções gerais).

FSC	Designação
22	Equipamento ferroviário
23	Veículos com efeito de solo, veículos automóveis, reboques e bicicletas e motociclos

24 Tratores
25 Componentes de veículos
26 Pneus e câmaras de ar
29 Acessórios de motores
30 Equipamento de transmissão de energia mecânica
31 Rolamentos
32 Máquinas e equipamento para trabalhar madeira
34 Máquinas para trabalhar metais
35 Equipamento de serviços e comércio
36 Máquinas especiais para a indústria
37 Máquinas e equipamentos agrícolas
38 Equipamento de construção, minas, escavação e manutenção rodoviária
39 Equipamento de movimentação de materiais
40 Cordas, cabos, correntes e acessórios
41 Equipamento de refrigeração e ar condicionado
42 Equipamento de combate a incêndios, salvamento e segurança
43 Bombas e compressores
44 Fornalhas, instalações de vapor e equipamento de secagem
45 Equipamento de canalização, aquecimento e sanitário
46 Equipamento de purificação de água e tratamento de esgotos
47 Tubos, mangueiras e acessórios
48 Válvulas
51 Ferramentas manuais
52 Ferramentas de medição
53 Equipamento e materiais abrasivos
54 Estruturas e andaimes prefabricados

55 Madeira, objetos de carpintaria, contraplacados e revestimentos de madeira

56 Materiais de construção e edificação

61 Cabos elétricos e equipamentos elétricos e de distribuição

62 Aparelhos de iluminação e candeeiros

63 Sistemas de alarme e sinalização

65 Equipamento e produtos médicos, dentários e veterinários

67 Equipamento fotográfico

68 Substâncias e produtos químicos

69 Dispositivos e material de apoio à formação

70 Equipamento para processamento automático de dados para fins gerais, software, fornecimentos e equipamento de apoio

71 Mobiliário

72 Artigos e aparelhos domésticos e comerciais

73 Equipamento de preparação e fornecimento de alimentos

74 Máquinas de escritório, equipamento visível de gravação e equipamento para processamento automático de dados

75 Material e instrumentos de escritório

76 Livros, mapas e outras publicações

77 Instrumentos musicais, fonógrafos e rádios domésticos

78 Equipamento recreativo e de ginástica

79 Equipamento e produtos de limpeza

80 Pincéis, tintas, produtos vedantes e adesivos

81 Embalagens, caixas e material de embrulho

83 Têxteis, couro, peles com pelo, vestuário e calçado, tendas e bandeiras

84 Vestuário, equipamento individual e insígnias

85 Produtos de toucador

87 Fornecimentos agrícolas

88 Animais vivos

89 Subsistência

91 Combustíveis, lubrificantes, óleos e ceras

93 Materiais fabricados não metálicos

94 Materiais brutos não metálicos

95 Barras, folhas e perfis metálicos

96 Minérios, minerais e seus produtos primários

99 Outros

Notas ao anexo 9-A:

1. O Acordo não deve ser aplicado a qualquer contrato público no que respeita a:

   a) Contratos de construção de chancelarias no estrangeiro e de sedes centrais celebrados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; e

   b) Contratos celebrados pelo Departamento de Segurança Interna, Departamento de Investigação Criminal, Ramo de Segurança e Gabinete Central de Narcóticos do Ministério dos Assuntos Internos, bem como contratos com considerações em matéria de segurança celebrados pelo Ministério.

2. O Acordo não pode ser aplicado a qualquer contrato celebrado por uma entidade abrangida em nome de uma entidade não abrangida.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

Bens (especificados no anexo 9-D)	Limiar: 130 000 DSE
Serviços (especificados no anexo 9-E)	Limiar: 130 000 DSE
Obras (especificados no anexo 9-F)	Limiar: 5 000 000 DSE

1. Entidades da União:

Conselho da União Europeia

Comissão Europeia

Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)

2. Autoridades adjudicantes do governo central dos Estados-Membros da União Europeia

BÉLGICA

1. Services publics fédéraux:	1. Federale Overheidsdiensten:
SPF Chancellerie du Premier Ministre;	FOD Kanselarij van de Eerste Minister;
SPF Personnel et Organisation;	FOD Kanselarij Personeel en Organisatie;
SPF Budget et Contrôle de la Gestion;	FOD Budget en Beheerscontrole;
SPF Technologie de l'Information et de la Communication Fedict);	FOD Informatie- en Communicatietechnologie (Fedict);
SPF Affaires étrangères, Commerce extérieur et Coopération au Développement;	FOD Buitenlandse Zaken, Buitenlandse Handel en Ontwikkelingssamenwerking;
SPF Intérieur;	FOD Binnenlandse Zaken;
SPF Finances;	FOD Financiën;
SPF Mobilité et Transports;	FOD Mobiliteit en Vervoer;
SPF Emploi, Travail et Concertation sociale;	FOD Werkgelegenheid, Arbeid en sociaal overleg;
SPF Sécurité Sociale et Institutions publiques de Sécurité Sociale;	FOD Sociale Zekerheid en Openbare Instellingen van sociale Zekerheid;
SPF Santé publique, Sécurité de la Chaîne alimentaire et Environnement;	FOD Volksgezondheid, Veiligheid van de Voedselketen en Leefmilieu;
SPF Justice;	FOD Justitie;
SPF Economie, PME, Classes moyennes et Energie;	FOD Economie, KMO, Middenstand en Energie;
Ministère de la Défense;	Ministerie van Landsverdediging;
Service public de programmation;	Programmatorische Overheidsdienst;
Intégration sociale, Lutte contre la pauvreté Et Economie sociale;	Maatschappelijke Integratie, Armoedsbestrijding en sociale Economie;
Service public fédéral de Programmation Développement durable;	Programmatorische federale Overheidsdienst Duurzame Ontwikkeling;
Service public fédéral de Programmation Politique scientifique;	Programmatorische federale Overheidsdienst Wetenschapsbeleid;

1. Services publics fédéraux:	1. Federale Overheidsdiensten:
2. Régie des Bâtiments:	2. Regie der Gebouwen:
Office national de Sécurité sociale;	Rijksdienst voor sociale Zekerheid;
Institut national d'Assurance sociales Pour travailleurs indépendants;	Rijksinstituut voor de sociale Verzekeringen der Zelfstandigen;
Institut national d'Assurance Maladie-Invalidité;	Rijksinstituut voor Ziekte- en Invaliditeitsverzekering;
Office national des Pensions;	Rijksdienst voor Pensioenen;
Caisse auxiliaire d'Assurance Maladie-Invalidité;	Hulpkas voor Ziekte-en Invaliditeitsverzekering;
Fond des Maladies professionnelles;	Fonds voor Beroepsziekten;
Office national de l'Emploi;	Rijksdienst voor Arbeidsvoorziening;
La Poste.[1]	De Post[1]

BULGÁRIA

1. Администрация на Народното събрание (Administração da Assembleia Nacional)
2. Администрация на Президента (Administração da Presidência)
3. Администрация на Министерския съвет (Administração do Conselho de Ministros)
4. Конституционен съд (Tribunal Constitucional)
5. Българска народна банка (Banco Nacional da Bulgária)
6. Министерство на външните работи (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
7. Министерство на вътрешните работи (Ministério do Interior)
8. Министерство на извънредните ситуации (Ministério das Proteção Civil)

[1] Atividades postais de acordo com a lei de 24 de dezembro de 1993.

9. Министерство на държавната администрация и административната реформа (Ministério da Administração Pública e da Reforma Administrativa)
10. Министерство на земеделието и храните (Ministério da Agricultura e da Alimentação)
11. Министерство на здравеопазването (Ministério da Saúde)
12. Министерство на икономиката и енергетиката (Ministério da Economia e da Energia)
13. Министерство на културата (Ministério da Cultura)
14. Министерство на образованието и науката (Ministério da Educação e Ciência)
15. Министерство на околната среда и водите (Ministério do Ambiente e dos Recursos Hídricos)
16. Министерство на отбраната (Ministério da Defesa)
17. Министерство на правосъдието (Ministério da Justiça)
18. Министерство на регионалното развитие и благоустройството (Ministério do Desenvolvimento Regional e das Obras Públicas)
19. Министерство на транспорта (Ministério dos Transportes)
20. Министерство на труда и социалната политика (Ministério do Trabalho e da Política Social)
21. Министерство на финансите (Ministério das Finanças)
22. държавни агенции, държавни комисии, изпълнителни агенции и други държавни институции, създадени със закон или с постановление на Министерския съвет, които имат функции във връзка с осъществяването на изпълнителната власт (Organismos públicos, comissões do Estado, agências executivas e outras autoridades públicas estabelecidas por lei ou por diploma do Conselho de Ministros, que desempenhem uma função ligada ao exercício do poder executivo):
23. Агенция за ядрено регулиране (Agência reguladora no domínio nuclear)
24. Държавна комисия за енергийно и водно регулиране (Comissão reguladora em matéria de energia e água)
25. Държавна комисия по сигурността на информацията (Comissão nacional de segurança das informações)

26. Комисия за защита на конкуренцията (Comissão para a proteção da concorrência)
27. Комисия за защита на личните данни (Comissão para a proteção dos dados pessoais)
28. Комисия за защита от дискриминация (Comissão para a proteção contra a discriminação)
29. Комисия за регулиране на съобщенията (Comissão reguladora no domínio das comunicações)
30. Комисия за финансов надзор (Comissão de supervisão financeira)
31. Патентно ведомство на Република България (Serviço de Patentes da República da Bulgária)
32. Сметна палата на Република България (Serviço nacional de auditoria da República da Bulgária)
33. Агенция за приватизация (Agência para a privatização)
34. Агенция за следприватизационен контрол (Agência para o controlo pós-privatização)
35. Български институт за стандартизация (Instituto búlgaro de metrologia)
36. Държавна агенция “divulgação архиви (Agência nacional “Arquivos”)
37. Държавна агенция “Държавен резерв и военновременни запаси” (Agência nacional “Reservas do Estado e reservas estratégicas”)
38. Държавна агенция за бежанците (Agência nacional para os refugiados)
39. Държавна агенция за българите в чужбина (Agência nacional para os cidadãos búlgaros no estrangeiro)
40. Държавна агенция за закрила на детето (Agência nacional para a proteção da infância)
41. Държавна агенция за информационни технологии и съобщения (Agência nacional das tecnologias da informação e das comunicações)
42. Държавна агенция за метрологичен и технически надзор (Agência nacional de vigilância metrológica e técnica)
43. Държавна агенция за младежта и спорта (Agência nacional da juventude e do desporto)
44. Държавна агенция по туризма (Agência nacional do turismo)
45. Държавна комисия по стоковите борси и тържища (Comissão nacional para os mercados e as bolsas de matérias-primas)

46. Институт по публична администрация и европейска интеграция (Instituto da administração pública e da integração europeia)
47. Национален статистически институт (Instituto nacional de estatística)
48. Агенция “Митници” (Agência das alfândegas)
49. Агенция за държавна и финансова инспекция (Agência de inspeção das finanças públicas)
50. Агенция за държавни вземания (Agência de cobrança dos créditos do Estado)
51. Агенция за социално подпомагане (Agência de Assistência Social)
52. Държавна агенция “национална сигурност” (Agência nacional “Segurança Nacional”)
53. Агенция за хората с увреждания (Agência para as pessoas com deficiência)
54. Агенция по вписванията (Agência dos registos)
55. Агенция по енергийна ефективност (Agência da eficiência energética)
56. Агенция по заетостта (Agência do emprego)
57. Агенция по геодезия, картография И кадастър (Agência de geodesia, cartografia e cadastro)
58. Агенция по обществени поръчки (Agência dos contratos públicos)
59. Българска агенция за инвестиции (Agência búlgara de investimento)
60. Главна дирекция “Гражданска въздухоплавателна администрация” (Direção-Geral “Administração da Aviação Civil”)
61. Дирекция за национален строителен контрол (Direção de supervisão nacional da construção)
62. Държавна комисия по хазарта (Comissão nacional de jogos de azar)
63. Изпълнителна агенция “Автомобилна администрация” (Agência executiva “Administração automóvel”)
64. Изпълнителна агенция "Борба с градушките" (Agência executiva "Luta contra o granizo")

65. Изпълнителна агенция "Българска служба за акредитация" (Agência executiva "Serviço búlgaro de acreditação")
66. Изпълнителна агенция "“Главна инспекция по труда" (Agência executiva "Inspeção-geral do trabalho")
67. Изпълнителна агенция "Железопътна администрация" (Agência executiva "Administração ferroviária")
68. Изпълнителна агенция “Морска администрация” (Agência executiva “Administração marítima”)
69. Изпълнителна агенция “Национален филмов център” (Agência executiva “Centro nacional de cinema”)
70. Изпълнителна агенция “Пристанищна администрация” (Agência executiva “Administração portuária”)
71. Изпълнителна агенция “Проучване и поддържане на река Дунав” (Agência executiva “Exploração e preservação do rio Danúbio”)
72. Фонд “републиканска пътна инфраструктура” (Fundo “Infraestruturas rodoviárias nacionais”)
73. Изпълнителна агенция за икономически анализи и прогнози (Agência executiva para análise e previsão económicas)
74. Изпълнителна агенция за насърчаване на малките и средни предприятия (Agência executiva para a promoção das pequenas e médias empresas)
75. Изпълнителна агенция по лекарствата (Agência executiva dos medicamentos)
76. Изпълнителна агенция по лозата и виното (Agência executiva do vinho e viticultura)
77. Изпълнителна агенция по околна среда (Agência executiva do ambiente)
78. Изпълнителна агенция по почвените ресурси (Agência executiva dos recursos do solo)
79. Изпълнителна агенция по рибарство и аквакултури (Agência executiva das pescas e aquicultura)

80. Изпълнителна агенция по селекция и репродукция в животновъдството (Agência executiva da seleção e reprodução animal)
81. Изпълнителна агенция по сортоизпитване, апробация и семеконтрол (Agência executiva dos ensaios de variedades vegetais, inspeção no terreno e controlo das sementes)
82. Изпълнителна агенция по трансплантация (Agência executiva da transplantação)
83. Изпълнителна агенция по хидромелиорации (Agência executiva da irrigação)
84. Комисията за защита на потребителите (Comissão para a defesa dos consumidores)
85. Контролно-техническата инспекция (Inspeção de controlo técnico)
86. Национална агенция за приходите (Agência nacional das receitas públicas)
87. Национална ветеринарномедицинска служба (Serviço veterinário nacional)
88. Национална служба за растителна защита (Serviço nacional para a proteção das plantas)
89. Национална служба по зърното и фуражите (Serviço nacional dos cereais e alimentos para animais)
90. Държавна агенция по горите (Agência nacional das florestas)
91. Висшата атестационна комисия (Comissão superior de atestação)
92. Национална агенция за оценяване и акредитация (Agência nacional de avaliação e acreditação)
93. Националната агенция за професионално образование и обучение (Agência nacional para o ensino e a formação profissional)
94. Национална комисия за борба С трафика на хора (Comissão nacional de luta contra o tráfico de pessoas)
95. Дирекция “Материално-техническо осигуряване и социално обслужване” на Министерство на вътрешните работи (Direção “Serviço de segurança técnico-material e social” no Ministério dos Assuntos Internos)

96. Дирекция “Оперативно издирване” на Министерство на вътрешните работи (Direção “Investigação operacional” no Ministério dos Assuntos Internos)
97. Дирекция “Финансово-ресурсно осигуряване” на Министерство на вътрешните работи (Direção “Segurança financeira e dos recursos” no Ministério dos Assuntos Internos)
98. Изпълнителна агенция “военни клубове И информация” (Agência executiva “Clubes militares e informação”)
99. Изпълнителна агенция “Държавна собственост на Министерството на отбраната” (Agência executiva “Propriedade estatal no Ministério da Defesa”)
100. Изпълнителна агенция “Изпитвания и контролни измервания на въоръжение, техника и имущества” (Agência executiva “Medidas de teste e controlo de armas, equipamento e propriedade”)
101. Изпълнителна агенция “Социални дейности на Министерството на отбраната” (Agência executiva “Atividades sociais” no Ministério da Defesa”)
102. Национален център за информация и документация (Centro nacional de informação e documentação)
103. Национален център по радиобиология и радиационна защита (Centro nacional de radiobiologia e radioproteção)
104. Национална служба “Полиция” (Serviço nacional “Polícia”)
105. Национална служба “Пожарна безопасност и защита на населението” (Serviço nacional “Segurança contra incêndios e proteção da população”)
106. Национална служба за съвети в земеделието (Serviço nacional de aconselhamento agrícola)
107. Служба “военна информация” (Serviço “Informação militar”)
108. Служба “Военна полиция” (Serviço “Polícia Militar”)
109. Авиоотряд 28 (Airsquad 28)

CROÁCIA

1. Parlamento croata
2. Presidente da República da Croácia
3. Gabinete do Presidente da República da Croácia
4. Gabinete do Presidente da República da Croácia após o termo do mandato
5. Governo da República da Croácia
6. Gabinetes do Governo da República da Croácia
7. Ministério da Economia
8. Ministério do Desenvolvimento Regional e dos Fundos da UE
9. Ministério das Finanças
10. Ministério da Defesa
11. Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Europeus
12. Ministério do Interior
13. Ministério da Justiça
14. Ministério da Administração Pública
15. Ministério do Empreendedorismo e das Artes e Ofícios
16. Ministério do Trabalho e Regime de Pensões
17. Ministérios dos Assuntos Marítimos, Transportes e Infraestruturas
18. Ministério da Agricultura
19. Ministério do Turismo
20. Ministério do Ambiente e da Proteção da Natureza
21. Ministério de Construção e do Ordenamento do Território
22. Ministério dos Assuntos dos Veteranos da Guerra
23. Ministério da Política Social e Juventude
24. Ministério da Saúde

25. Ministério da Ciência, Educação e Desporto
26. Ministério da Cultura
27. Organizações da administração pública
28. Repartições distritais da administração pública
29. Tribunal Constitucional da República da Croácia
30. Supremo Tribunal de Justiça da República da Croácia
31. Tribunais
32. Conselho nacional da magistratura
33. Procuradoria-Geral
34. Conselho nacional dos Procuradores
35. Gabinetes do Provedor de Justiça
36. Comissão estatal para a supervisão dos procedimentos de adjudicação de contratos públicos
37. Banco Nacional da Croácia
38. Agências e repartições estatais
39. Tribunal Nacional de Contas

REPÚBLICA CHECA

1. Ministerstvo dopravy (Ministério dos Transportes)
2. Ministerstvo financí (Ministério das Finanças)
3. Ministerstvo kultury (Ministério da Cultura)
4. Ministerstvo obrany (Ministério da Defesa)
5. Ministerstvo pro místní rozvoj (Ministério do Desenvolvimento Regional)
6. Ministerstvo práce a sociálních věcí (Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais)
7. Ministerstvo průmyslu a obchodu (Ministério da Indústria e Comércio)
8. Ministerstvo spravedlnosti (Ministério da Justiça)

9. Ministerstvo školství, mládeže a tělovýchovy (Ministério da Educação, Juventude e Desporto)
10. Ministerstvo vnitra (Ministério do Interior)
11. Ministerstvo zahraničních věcí (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
12. Ministerstvo zdravotnictví (Ministério da Saúde)
13. Ministerstvo zemědělství (Ministério da Agricultura)
14. Ministerstvo životního prostředí (Ministério do Ambiente)
15. Poslanecká sněmovna PČR (Câmara de Deputados do Parlamento da República Checa)
16. Senát PČR (Senado do Parlamento da República Checa)
17. Kancelář prezidenta (Gabinete do Presidente)
18. Český statistický úřad (Serviço checo de Estatística)
19. Český úřad zeměměřičský a katastrální (Serviço checo para o levantamento topográfico, cartografía e cadastro)
20. Úřad průmyslového vlastnictví (Serviço da propriedade industrial)
21. Úřad pro ochranu osobních údajů (Serviço para a proteção dos dados pessoais)
22. Bezpečnostní informační služba (Serviço de informação e segurança)
23. Národní bezpečnostní úřad (Autoridade da segurança nacional)
24. Česká akademie věd (Academia das Ciências da República Checa)
25. Vězeňská služba (Serviços prisionais)
26. Český báňský úřad (Autoridade checa das minas)
27. Úřad pro ochranu hospodářské soutěže (Serviço para a proteção da concorrência)
28. Správa státních hmotných rezerv (Administração das reservas materiais do Estado)
29. Státní úřad pro jadernou bezpečnost (Serviço estatal para a segurança nuclear)
30. Energetický regulační úřad (Serviço da regulação energética)
31. Úřad vlády České republiky (Serviço do Governo da República Checa)
32. Ústavní soud (Tribunal Constitucional)
33. Nejvyšší soud (Supremo Tribunal de Justiça)
34. Nejvyšší správní soud (Supremo Tribunal Administrativo)

35. Nejvyšší státní zastupitelství (Procuradoria-Geral da República)
36. Nejvyšší kontrolní úřad (Supremo Tribunal de Contas)
37. Kancelář Veřejného ochránce práv (Gabinete do Defensor dos Direitos Públicos)
38. Grantová agentura České republiky (Agência de subvenções da República Checa)
39. Státní úřad inspekce práce (Serviço estatal de inspeção do trabalho)
40. Český telekomunikační úřad (Serviço das telecomunicações checo)
41. Ředitelství silnic a dálnic ČR (ŘSD) (Direção das estradas e autoestradas da República Checa)

DINAMARCA

1. Folketinget — Parlamento Dinamarquês Rigsrevisionen — Tribunal Nacional de Contas
2. Statsministeriet — Gabinete do Primeiro-Ministro
3. Udenrigsministeriet — Ministério dos Negócios Estrangeiros
4. Beskæftigelsesministeriet — Ministério do Emprego
   5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições
5. Domstolsstyrelsen — Conselho da Magistratura
6. Finansministeriet — Ministério das Finanças
   5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições
7. Finansministeriet — Ministério da Defesa
   5 styrelser og institutioner — 5 agências e instituições
8. Ministeriet para sundhed og forebyggelse — Ministério do Interior e da Saúde
   Adskillige styrelser og institutioner, herunder Statens Serum Institut — Várias agências e instituições, incluindo o “Statens Serum Institut”

9. Justiitsministeerium —Ministério da Justiça
   Rigspolitichefen, anklagemyndigheden samt 1 direktorat og et antal styrelser — Comandante-chefe da polícia nacional, 1 direção e várias agências)
10. Kirkeministeriet — Ministério dos Assuntos Eclesiásticos
    stiftsøvrigheder 10 — 10 autoridades diocesanas
11. Kulturministeriet — Ministério da Cultura
    4 styrelser samt et antal statsinstitutioner — 1 departamento e várias instituições
12. Miljøministeriet — Ministério do Ambiente
    5 styrelser — 5 agências
13. Ministeriet for Flygtninge, Invandrere og Integration — Ministério dos Refugiados, Imigração e Integração
    1 styrelse — 1 agência
14. Ministeriet for Fødevarer, Landbrug og Fiskeri — Ministério da Alimentação, Agricultura e Pescas
    4 direktorater og institutioner — 4 direções e instituições
15. Ministeriet for Videnskab, Teknologi og herunder Udvikling — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
    Adskillige styrelser og institutioner, Forskningscenter Risø og Statens uddannelsesbygninger — Várias agências e instituições, incluindo o Laboratório Nacional Risoe e os estabelecimentos nacionais de investigação e formação
16. Skatteministeriet — Ministério dos Impostos
    1 styrelse og institutioner — 1 agência e várias instituições
17. Velfærdsministeriet — Ministério do Bem-Estar
    3 styrelser og institutioner — 3 agências e várias instituições

18. Transportministeriet — Ministério dos Transportes

    7 styrelser og institutioner, herunder Øresundsbrokonsortiet —7 agências e instituições, incluindo Øresundsbrokonsortiet

19. Undervisningsministeriet - Ministério da Educação

    3 styrelser, 4 undervisningsinstitutioner og 5 andre institutioner — 3 agências, 4 estabelecimentos educativos, 5 outras instituições

20. Økonomi- og Erhvervsministeriet — Ministério dos Assuntos Económicos e Empresariais

    Adskillige styrelser og institutioner — Várias agências e instituições

21. Klima- og Energiministeriet — Ministério do Clima e Energia

    3 styrelser og institutioner — 3 agências e instituições

ALEMANHA

1.	Ministério dos Negócios Estangeiros	Auswärtiges Amt
2.	Chancelaria Federal	Bundeskanzleramt
3.	Ministério Federal do Trabalho e dos Assuntos Sociais	Bundesministerium für Arbeit und Soziales
4.	Ministério Federal da Educação e Investigação	Bundesministerium für Bildung und Forschung
5.	Ministério Federal da Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor	Bundesministerium für Ernährung, Landwirtschaft und Verbraucherschutz
6.	Ministério Federal das Finanças	Bundesministerium der Finanzen
7.	Ministério Federal do Interior (bens civis apenas)	Bundesministerium des Innern
8.	Ministério Federal da Saúde	Bundesministerium für Gesundheit
9.	Ministério Federal da Família, Pessoas Idosas, Mulheres e Juventude	Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend
10.	Ministério Federal da Justiça	Bundesministerium der Justiz

11.	Ministério Federal dos Transportes, Construção e Ordenamento Urbano	Bundesministerium für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung
12.	Ministério Federal da Economia e Tecnologia	Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie
13.	Ministério Federal da Cooperação Económica e Desenvolvimento	Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung
14.	Ministério Federal da Defesa	Bundesministerium der Verteidigung
15.	Ministério Federal do Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança dos Reatores	Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz und Reaktorsicherheit

ESTÓNIA

1. Vabariigi Presidendi Kantselei (Gabinete do Presidente da República da Estónia)
2. Eesti Vabariigi Riigikogu (Parlamento da República da Estónia)
3. Eesti Vabariigi Riigikohus (Supremo Tribunal da República da Estónia)
4. Riigikontroll (Tribunal de Contas da República da Estónia)
5. Õiguskantsler (Chanceler da Justiça)
6. Riigikantselei (Chancelaria do Estado)
7. Rahvusarhiiv (Arquivo Nacional da Estónia)
8. Haridus- ja Teadusministeerium (Ministério da Educação e Investigação)
9. Justiitsministeerium (Ministério da Justiça)
10. Kaitseministeerium (Ministério da Defesa)
11. Keskkonnaministeerium (Ministério do Ambiente)
12. Kultuuriministeerium (Ministério da Cultura)
13. Majandus- ja Kommunikatsiooniministeerium (Ministério da Economia e Comunicação)
14. Põllumajandusministeerium (Ministério da Agricultura)

15. Rahandusministeerium (Ministério das Finanças)
16. Siseministeerium (Ministério dos Assuntos Internos)
17. Sotsiaalministeerium (Ministério dos Assuntos Sociais)
18. Välisministeerium (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
19. Keeleinspektsioon (Inspeção da Língua)
20. Riigiprokuratuur (Ministério Público)
21. Teabeamet (Conselho de Informação)
22. Maa-amet (Serviço de Administração dos Terrenos Agrícolas)
23. Keskkonnainspektsioon (Inspeção Ambiental)
24. Metsakaitse- ja Metsauuenduskeskus (Centro de Proteção da Floresta e Silvicultura)
25. Muinsuskaitseamet (Autoridade do Património)
26. Patendiamet (Serviço das Patentes)
27. Tehnilise Järelevalve Amet (Autoridade da Fiscalização Técnica)
28. Tarbijakaitseamet (Autoridade de Defesa do Consumidor)
29. Riigihangete Amet (Serviço de Contratos Públicos)
30. Taimetoodangu Inspektsioon (Inspeção da Produção Vegetal)
31. Põllumajanduse Registrite ja Informatsiooni Amet (Serviço de Registos e Informações Agrícolas)
32. Veterinaar- ja Toiduamet (Autoridade Alimentar e Veterinária)
33. Konkurentsiamet (Autoridade da Concorrência)
34. Maksu- ja Tolliamet (Autoridade Tributária e Aduaneira)
35. Statistikaamet (Instituto Nacional de Estatística)
36. Kaitsepolitseiamet (Autoridade da Polícia de Segurança)
37. Kodakondsus- ja Migratsiooniamet (Autoridade da Cidadania e Migração)
38. Piirivalveamet (Autoridade Nacional da Guarda de Fronteira)
39. Politseiamet (Autoridade Nacional da Polícia)

40. Eesti kohtuekspertiisi Instituut (Instituo de Serviços Forenses)
41. Keskkriminaalpolitsei [Polícia Judiciária (Serviços Centrais)]
42. Päästeamet (Autoridade de Socorro)
43. Andmekaitse Inspektsioon (Inspeção de Proteção dos Dados)
44. Ravimiamet (Agência Nacional dos Medicamentos)
45. Sotsiaalkindlustusamet (Instituto da Segurança Social)
46. Tööturuamet (Conselho do Mercado de Trabalho)
47. Tervishoiuamet (Conselho de Cuidados de Saúde)
48. Tervisekaitseinspektsioon (Serviço de Inspeção da Proteção da Saúde)
49. Tööinspektsioon (Inspeção do Trabalho)
50. Lennuamet (Administração da Aviação Civil)
51. Maanteeamet (Administração das Estradas)
52. Veeteede Amet (Administração Marítima)
53. Julgestuspolitsei (Polícia de Segurança Pública)
54. Kaitseressursside Amet (Autoridade dos Recursos de Defesa)
55. Kaitseväe logistikakeskus (Centro de Logística das Forças de Defesa)

GRÉCIA

1. Υπουργείο Εσωτερικών (Ministério do Interior)
2. Υπουργείο Εξωτερικών (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
3. Υπουργείο Οικονομίας και Οικονομικών (Ministério da Economia e das Finanças)
4. Υπουργείο Ανάπτυξης (Ministério do Desenvolvimento)
5. Υπουργείο Δικαιοσύνης (Ministério da Justiça)
6. Υπουργείο Εθνικής Παιδείας και Θρησκευμάτων (Ministério da Educação e dos Cultos)
7. Υπουργείο Πολιτισμού (Ministério da Cultura)
8. Υπουργείο Υγείας και Κοινωνικής Αλληλεγγύης (Ministério da Saúde e da Solidariedade Social)

9. Υπουργείο Περιβάλλοντος, Χωροταξίας και Δημοσίων Έργων (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Obras Públicas)
10. Υπουργείο Απασχόλησης και Κοινωνικής Προστασίας (Ministério do Emprego e da Proteção Social)
11. Υπουργείο Μεταφορών και Επικοινωνιών (Ministério dos Transportes e Comunicações)
12. Υπουργείο Αγροτικής Ανάπτυξης και Τροφίμων (Ministério do Desenvolvimento Rural e da Alimentação)
13. Υπουργείο Εμπορικής Ναυτιλίας, Αιγαίου και Νησιωτικής Πολιτικής (Ministério da Marinha Mercante, Mar Egeu e Política Insular)
14. Υπουργείο Μακεδονίας- Θράκης (Ministério da Macedónia e Trácia)
15. Γενική Γραμματεία Επικοινωνίας (Secretariado Geral da Comunicação)
16. Γενική Γραμματεία Επικοινωνίας (Secretariado Geral da Informação)
17. Γενική Γραμματεία Νέας Γενιάς (Secretariado Geral para a Juventude)
18. Γενική Γραμματεία Ισότητας (Secretariado Geral da Igualdade)
19. Γενική Γραμματεία Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Secretariado Geral para a Segurança Social)
20. Γενική Γραμματεία Απόδημου Ελληνισμού (Secretariado Geral para as Comunidades Gregas no Estrangeiro)
21. Γενική Γραμματεία Βιομηχανίας (Secretariado Geral para a Indústria)
22. Γενική Γραμματεία Έρευνας και Τεχνολογίας (Secretariado Geral para a Investigação e Tecnologia)
23. Γενική Γραμματεία Αθλητισμού (Secretariado Geral para os Desportos)
24. Γενική Γραμματεία Δημοσίων Έργων (Secretariado Geral para as Obras Públicas)
25. Γενική Γραμματεία Εθνικής Στατιστικής Υπηρεσίας Ελλά-δος (Serviço Nacional de Estatística)
26. Εθνικό Συμβούλιο Κοινωνικής Φροντίδας (Conselho Nacional do Bem-Estar)
27. Οργανισμός Εργατικής Κατοικίας (Organização da Habitação Social)
28. Εθνικό Τυπογραφείο (Serviço da Imprensa Nacional)

29. Γενικό Χημείο του Κράτους (Laboratório Geral do Estado)
30. Ταμείο Εθνικής Οδοποιίας (Fundo Grego das Vias Rodoviárias)
31. ΕθνικόΚαποδιστριακόΠανεπιστήμιο Αθηνών (Universidade de Atenas)
32. Αριστοτέλειο Πανεπιστήμιο Θεσσαλονίκης (Universidade de Salónica)
33. Δημοκρίτειο Πανεπιστήμιο Θράκης (Universidade da Trácia)
34. Πανεπιστήμιο Αιγαίου (Universidade do Egeu)
35. Πανεπιστήμιο Ιωαννίνων (Universidade de Ioannina)
36. Πανεπιστήμιο Πατρών (Universidade de Patras)
37. Πανεπιστήμιο Μακεδονίας (Universidade da Macedónia)
38. Πολυτεχνείο Κρήτης (Escola Politécnica de Creta)
39. Σιβιτανίδειος Δημόσια Σχολή Τεχνών και Επαγγελμάτων (Escola Técnica Sivitanídios)
40. Αιγινήτειο Νοσοκομείο (Hospital Eginítio)
41. Αρεταίειο Νοσοκομείο (Hospital Areteio)
42. Εθνικό Κέντρο Δημόσιας Διοίκησης (Centro Nacional da Administração Pública)
43. Οργανισμός Διαχείρισης Δημοσίου Υλικού (Organismo de Gestão dos Bens Públicos)
44. Οργανισμός Γεωργικών Ασφαλίσεων (Organismo de Seguro Agrícola)
45. Οργανισμός Σχολικών Κτιρίων (Organismo da Construção Escolar)
46. Γενικό Επιτελείο Στρατού (Estado-Maior do Exército)
47. Γενικό Επιτελείο Ναυτικού (Estado-Maior da Marinha)
48. Γενικό Επιτελείο Αεροπορίας (Estado-Maior da Força Aérea)
49. Ελληνική Επιτροπή Ατομικής Ενέργειας (Comissão Grega da Energia Atómica)
50. Γενική Γραμματεία Εκπαίδευσης Ενηλίκων (Secretariado Geral da Educação de Adultos)
51. Υπουργείο Εθνικής Άμυνας (Ministério da Defesa Nacional)
52. Γενική Γραμματεία Εμπορίου (Secretariado-Geral do Comércio)
53. Ελληνικά Ταχυδρομεία (Correios da Grécia- EL. TA)

ESPANHA

Presidencia de Gobierno

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación

Ministerio de Justicia

Ministerio de Defensa

Ministerio de Economía y Hacienda

Ministerio del Interior

Ministerio de Fomento

Ministerio de Educación y Ciencia

Ministerio de Industria, Turismo y Comercio

Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales

Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación

Ministerio de la Presidencia

Ministerio de Administraciones Públicas

Ministerio de Cultura

Ministerio de Sanidad y Consumo

Ministerio de Medio Ambiente

Ministerio de Vivienda

FRANÇA

1. Ministères

Services du Premier ministre

Ministère chargé de la santé, de la jeunesse et des sports

Ministère chargé de l'intérieur, de l'outre-mer et des collectivités territoriales

Ministère chargé de la justice

Ministère chargé de la défense

Ministère chargé des affaires étrangères et européennes

Ministère chargé de l'éducation nationale

Ministère chargé de l'économie, des finances et de l'emploi

Secrétariat d'Etat aux transports

Secrétariat d'Etat aux entreprises et au commerce extérieur

Ministère chargé du travail, des relations sociales et de la solidarité

Ministère chargé de la culture et de la communication

Ministère chargé du budget, des comptes publics et de la fonction publique

Ministère chargé de l'agriculture et de la pêche

Ministère chargé de l'enseignement supérieur et de la recherche

Ministère chargé de l'écologie, du développement et de l'aménagement durables

Secrétariat d'Etat à la fonction publique

Ministère chargé du logement et de la ville

Secrétariat d'Etat à la coopération et à la francophonie

Secrétariat d'Etat à l'outre-mer

Secrétariat d'Etat à la jeunesse et aux sports et de la vie associative

Secrétariat d'Etat aux anciens combattants

Ministère chargé de l'immigration, de l'intégration, de l'identité nationale et du co-développement

Secrétariat d'Etat en charge de la prospective et de l'évaluation des politiques publiques

Secrétariat d'Etat aux affaires européennes

Secrétariat d'Etat aux affaires étrangères et aux droits de l'homme

Secrétariat d'Etat à la consommation et au tourisme

Secrétariat d'Etat à la politique de la ville

Secrétariat d'Etat à la solidarité

Secrétariat d'Etat en charge de l'emploi

Secrétariat d'Etat en charge du commerce, de l'artisanat, des PME, du tourisme et des services

Secrétariat d'Etat en charge du développement de la région-capitale

Secrétariat d'Etat en charge de l'aménagement du territoire

2. Etablissements publics nationaux

Académie de France à Rome

Académie de marine

Académie des sciences d'outre-mer

Académie des technologies

Agence Centrale des Organismes de Sécurité Sociale (A.C.O.S.S.)

Agences de l'eau

Agence de biomédecine

Agence pour l'enseignement du français à l'étranger

Agence française de sécurité sanitaire des aliments

Agence française de sécurité sanitaire de l'environnement et du travail

Agence Nationale de l'Accueil des Etrangers et des migrations

Agence nationale pour l'amélioration des conditions de travail (ANACT)

Agence nationale pour l'amélioration de l'habitat (ANAH)

Agence Nationale pour la Cohésion Sociale et l'Egalité des Chances

Agence pour la garantie du droit des mineurs

Agence nationale pour l'indemnisation des français d'outre-mer (ANIFOM)

Assemblée permanente des chambres d'agriculture (APCA)

Bibliothèque nationale de France

Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg

Caisse des Dépôts et Consignations

Caisse nationale des autoroutes (CNA)

Caisse nationale militaire de sécurité sociale (CNMSS)

Caisse de garantie du logement locatif social

Casa de Velasquez

Centre d'enseignement zootechnique

Centre d'études de l'emploi

Centre hospitalier national des Quinze-Vingts

Centre international d'études supérieures en sciences agronomiques (Montpellier Sup Agro)

Centre des liaisons européennes et internationales de sécurité sociale

Centre des Monuments Nationaux

Centre national d'art et de culture Georges Pompidou

Centre national des arts plastiques

Centre national de la cinématographie

Institut national supérieur de formation et de recherche pour l'éducation des jeunes handicapés et les enseignements adaptés

Centre National d'Etudes et d'expérimentation du machinisme agricole, du génie rural, des eaux et des forêts (CEMAGREF)

Ecole nationale supérieure de Sécurité Sociale

Centre national du livre

Centre national de documentation pédagogique

Centre national des œuvres universitaires et scolaires (CNOUS)

Centre national professionnel de la propriété forestière

Centre National de la Recherche Scientifique (C.N.R.S)

Centres d'éducation populaire et de sport (CREPS)

Centres régionaux des œuvres universitaires (CROUS)

Collège de France

Conservatoire de l'espace littoral et des rivages lacustres

Conservatoire National des Arts et Métiers

Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Paris

Conservatoire national supérieur de musique et de danse de Lyon

Conservatoire national supérieur d'art dramatique

Ecole centrale de Lille

Ecole centrale de Lyon

École centrale des arts et manufactures

École française d'archéologie d'Athènes

École française d'Extrême-Orient

École française de Rome

École des hautes études en sciences sociales

Ecole du Louvre

École nationale d'administration

École nationale de l'aviation civile (ENAC)

École nationale des Chartes

École nationale d'équitation

Ecole Nationale du Génie de l'Eau et de l'environnement de Strasbourg

Écoles nationales d'ingénieurs

Ecole nationale d'ingénieurs des industries des techniques agricoles et alimentaires de Nantes

Écoles nationales d'ingénieurs des travaux agricoles

École nationale de la magistrature

Écoles nationales de la marine marchande

École nationale de la santé publique (ENSP)

École nationale de ski et d'alpinisme

École nationale supérieure des arts décoratifs

École nationale supérieure des arts et industries textiles Roubaix

Ecole nationale supérieure des arts et techniques du théâtre

Écoles nationales supérieures d'arts et métiers

École nationale supérieure des beaux-arts

École nationale supérieure de céramique industrielle

École nationale supérieure de l'électronique et de ses applications (ENSEA)

Ecole Nationale Supérieure des Sciences de l'information et des bibliothécaires

Écoles nationales vétérinaires

École nationale de voile

Écoles normales supérieures

École polytechnique

École de viticulture — Avize (Marne)

Etablissement national d’enseignement agronomique de Dijon

Établissement national des invalides de la marine (ENIM)

Établissement national de bienfaisance Koenigswarter

Fondation Carnegie

Fondation Singer-Polignac

Haras nationaux

Hôpital national de Saint-Maurice

Institut français d'archéologie orientale du Caire

Institut géographique national

Institut National des Appellations d'origine

Institut national des hautes études de sécurité

Institut de veille sanitaire

Institut National d'enseignement supérieur et de recherche agronomique et agroalimentaire de Rennes

Institut National d'Etudes Démographiques (I.N.E.D)

Institut National d'Horticulture

Institut National de la jeunesse et de l'éducation populaire

Institut national des jeunes aveugles — Paris

Institut national des jeunes sourds — Bordeaux

Institut national des jeunes sourds — Chambéry

Institut national des jeunes sourds — Metz

Institut national des jeunes sourds — Paris

Institut national de physique nucléaire et de physique des particules (I.N.P.N.P.P)

Institut national de la propriété industrielle

Institut National de la Recherche Agronomique (I.N.R.A)

Institut National de la Recherche Pédagogique (I.N.R.P)

Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale (I.N.S.E.R.M)

Institut national d'histoire de l'art (I.N.H.A.)

Institut National des Sciences de l'Univers

Institut National des Sports et de l'Education Physique

Instituts nationaux polytechniques

Instituts nationaux des sciences appliquées

Institut national de recherche en informatique et en automatique (INRIA)

Institut national de recherche sur les transports et leur sécurité (INRETS)

Institut de Recherche pour le Développement

Instituts régionaux d'administration

Institut des Sciences et des Industries du vivant et de l'environnement (Agro Paris Tech)

Institut supérieur de mécanique de Paris

Institut Universitaires de Formation des Maîtres

Musée de l'armée

Musée Gustave-Moreau

Musée du Louvre

Musée du Quai Branly

Musée national de la marine

Musée national J.-J.-Henner

Musée national de la Légion d'honneur

Musée de la Poste

Muséum National d'Histoire Naturelle

Musée Auguste-Rodin

Observatoire de Paris

Office français de protection des réfugiés et apatrides

Office National des Anciens Combattants et des Victimes de Guerre (ONAC)

Office national de la chasse et de la faune sauvage

Office National de l'eau et des milieux aquatiques

Office national d'information sur les enseignements et les professions (ONISEP)

Office universitaire et culturel français pour l'Algérie

Palais de la découverte

Parcs nationaux

Universités

3. Institutions, autorités et juridictions indépendantes

Présidence de la République

Assemblée Nationale

Sénat

Conseil constitutionnel

Conseil économique et social

Conseil supérieur de la magistrature

Agence française contre le dopage

Autorité de contrôle des assurances et des mutuelles

Autorité de contrôle des nuisances sonores aéroportuaires

Autorité de régulation des communications électroniques et des postes

Autorité de sûreté nucléaire

Comité national d'évaluation des établissements publics à caractère scientifique, culturel et professionnel

Commission d'accès aux documents administratifs

Commission consultative du secret de la défense nationale

Commission nationale des comptes de campagne et des financements politiques

Commission nationale de contrôle des interceptions de sécurité

Commission nationale de déontologie de la sécurité

Commission nationale du débat public

Commission nationale de l'informatique et des libertés

Commission des participations et des transferts

Commission de régulation de l’énergie

Commission de la sécurité des consommateurs

Commission des sondages

Commission de la transparence financière de la vie politique

Conseil de la concurrence

Conseil supérieur de l'audiovisuel

Défenseur des enfants

Haute autorité de lutte contre les discriminations et pour l'égalité

Haute autorité de santé

Médiateur de la République

Cour de justice de la République

Tribunal des Conflits

Conseil d'Etat

Cours administratives d'appel

Tribunaux administratifs

Cour des Comptes

Chambres régionales des Comptes

Cours et tribunaux de l'ordre judiciaire (Cour de Cassation, Cours d'Appel, Tribunaux d'instance et Tribunaux de grande instance)

4. Autre organisme public national

Union des groupements d'achats publics (UGAP)

Agence Nationale pour l'emploi (A.N.P.E)

Autorité indépendante des marchés financiers

Caisse Nationale des Allocations Familiales (CNAF)

Caisse Nationale d'Assurance Maladie des Travailleurs Salariés (CNAMS)

Caisse Nationale d'Assurance-Vieillesse des Travailleurs Salariés (CNAVTS)

IRLANDA

1. President's Establishment
2. Houses of the Oireachtas — [Parliament]
3. Department of the Taoiseach — [Prime Minister]
4. Central Statistics Office
5. Department of Finance
6. Office of the Comptroller and Auditor General
7. Office of the Revenue Commissioners
8. Office of Public Works
9. State Laboratory
10. Office of the Attorney General
11. Office of the Director of Public Prosecutions
12. Valuation Office
13. Commission for Public Service Appointments

14. Office of the Ombudsman
15. Chief State Solicitor's Office
16. Department of Justice, Equality and Law Reform
17. Courts Service
18. Prisons Service
19. Office of the Commissioners of Charitable Donations and Bequests
20. Department of the Environment, Heritage and Local Government
21. Department of Education and Science
22. Department of Communications, Energy and Natural Resources
23. Department of Agriculture, Fisheries and Food
24. Department of Transport
25. Department of Health and Children
26. Department of Enterprise, Trade and Employment
27. Department of Arts, Sports and Tourism
28. Department of Defence
29. Department of Foreign Affairs
30. Department of Social and Family Affairs
31. Department of Community, Rural and Gaeltacht — [Regiões de língua gaélica] Affairs
32. Arts Council
33. National Gallery

ITÁLIA

I. Organismos de aquisições:

1. Presidenza del Consiglio dei Ministri (Presidência do Conselho de Ministros)
2. Ministero degli Affari Esteri (Ministério dos Negócios Estrangeiros)

3. Ministero dell'Interno (Ministério do Interior)
4. Ministero della Giustizia e Uffici Giudiziari (esclusi I giudici di pace) [Ministério da Justiça e Serviços Judiciários (excluindo giudici di pace)]
5. Ministero della Difesa (Ministério da Defesa)
6. Ministero dell'Economia e delle Finanze (Ministério da Economia e das Finanças)
7. Ministero dello Sviluppo Economico (Ministério do Desenvolvimento Económico)
8. Ministero del Commercio Internazionale (Ministério do Comércio Internacional)
9. Ministero delle Comunicazioni (Ministério das Comunicações)
10. Ministero delle Politiche Agricole e Forestali (Ministério das Políticas Agrícolas e Florestais)
11. Ministero dell'Ambiente e Tutela del Territorio e del Mare (Ministério do Ambiente, da Terra e do Mar)
12. Ministero delle Infrastrutture (Ministério das Infrastruturas)
13. Ministero dei Trasporti (Ministério dos Transportes)
14. Ministero del Lavoro e delle politiche Sociali e della Previdenza sociale (Ministério do Trabalho, Política Social e Segurança Social)
15. Ministero della Solidarietà sociale (Ministério da Solidariedade Social)
16. Ministero della Salute (Ministério da Saúde)
17. Ministero dell'Istruzione dell' università e della ricerca (Ministério da Educação, Universidade e Investigação)
18. Ministero per i Beni e le Attività culturali comprensivo delle sue articolazioni periferiche (Ministério dos Bens e Atividades Culturais, incluindo entidades sob a sua tutela)

II. Outros organismos públicos nacionais:

CONSIP (Concessionaria Servizi Informatici Pubblici)[1]

[1] Atua como entidade central de compras para toda a administração pública italiana.

CHIPRE

1. a) Προεδρία και Προεδρικό Μέγαρο (Presidência e Palácio Presidencial)
   b) Γραφείο Συντονιστή Εναρμόνισης (Gabinete do Coordenador para a Harmonização)
2. Υπουργικό Συμβούλιο (Conselho de Ministros)
3. Βουλή των Αντιπροσώπων (Câmara dos Representantes)
4. Δικαστική Υπηρεσία (Serviço Judiciário)
5. Νομική Υπηρεσία της Δημοκρατίας (Gabinete Jurídico da República)
6. Ελεγκτική Υπηρεσία της Δημοκρατίας (Serviço de Auditoria da República)
7. Επιτροπή Δημόσιας Υπηρεσίας (Comissão do Serviço Público)
8. Επιτροπή Εκπαιδευτικής Υπηρεσίας (Comissão do Serviço Educativo)
9. Γραφείο Επιτρόπου Διοικήσεως [Gabinete do Comissário para a Administração (Provedor de Justiça)]
10. Επιτροπή Προστασίας Ανταγωνισμού (Comissão para a Proteção da Concorrência)
11. Υπηρεσία Εσωτερικού Ελέγχου (Serviço de Auditoria Interna)
12. Γραφείο Προγραμματισμού (Gabinete de Planeamento)
13. Γενικό Λογιστήριο της Δημοκρατίας (Tesouraria da República)
14. Γραφείο Επιτρόπου Προστασίας Δεδομένων Προσωπικού Χαρακτήρα (Gabinete do Comissário para a Proteção dos Dados de Caráter Pessoal)
15. Γραφείο Εφόρου Δημοσίων Ενισχύσεων (Gabinete do Comissário para a Ajuda Pública)
16. Αναθεωρητική Αρχή Προσφορών (Organismo de Exame dos Concursos)
17. Υπηρεσία Εποπτείας και Ανάπτυξης Συνεργατικών Εταιρειών (Autoridade de Supervisão e Desenvolvimento das Sociedades Cooperativas)

18. Αναθεωρητική Αρχή Προσφύγων (Autoridade de Exame dos Refugiados)
19. Υπουργείο Άμυνας (Ministério da Defesa)
20. a) Υπουργείο Γεωργίας, Φυσικών Πόρων και Περιβάλλοντος (Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente)
    b) Τμήμα Γεωργίας (Departamento da Agricultura)
    c) Κτηνιατρικές Υπηρεσίες (Serviços Veterinários)
    d) Τμήμα Δασών (Departamento das Florestas)
    e) Τμήμα Αναπτύξεως Υδάτων (Departamento do Desenvolvimento dos Recursos Hídricos)
    f) Τμήμα Γεωλογικής Επισκόπησης (Departamento de Estudos Geológicos)
    g) Μετεωρολογική Υπηρεσία (Serviço Meteorológico)
    h) Τμήμα Αναδασμού (Departamento de Consolidação dos Terrenos)
    i) Υπηρεσία Μεταλλείων (Serviço das Minas)
    j) Ινστιτούτο Γεωργικών Ερευνών (Instituto de Investigação Agrícola)
    k) Τμήμα Αλιείας και Θαλάσσιων Ερευνών (Departamento das Pescas e Investigação Marinha)
21. a) Υπουργείο Δικαιοσύνης και Δημοσίας Τάξεως (Ministério da Justiça e da Ordem Pública)
    b) Αστυνομία (Polícia)
    c) Πυροσβεστική Υπηρεσία Κύπρου (Serviço de Combate a Incêndios de Chipre)
    d) Τμήμα Φυλακών (Departmento Prisional)
22. a) Υπουργείο Εμπορίου, Βιομηχανίας και Τουρισμού (Ministério do Comércio, Indústria e Turismo)
    b) Τμήμα Εφόρου Εταιρειών και Επίσημου Παραλήπτη (Departamento do Registo das Sociedades e Administrador de Falências)

23. a) Υπουργείο Εργασίας και Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Ministério do Trabalho e Segurança Social)
    b) Τμήμα Εργασίας (Departamento do Trabalho)
    c) Τμήμα Κοινωνικών Ασφαλίσεων (Departamento da Segurança Social)
    d) Τμήμα Υπηρεσιών Κοινωνικής Ευημερίας (Departamento dos Serviços de Bem-Estar Social)
    e) Κέντρο Παραγωγικότητας Κύπρου (Centro da Produtividade de Chipre)
    f) Ανώτερο Ξενοδοχειακό Ινστιτούτο Κύπρου (Instituto Superior de Hotelaria de Chipre)
    g) Ανώτερο τεχνολογικό ινστιτούτο (Instituto Superior Técnico)
    h) Τμήμα Εργασίας (Departamento do Trabalho)
    i) Τμήμα εργασιακών σχέσεων (Departamento das Relações de Trabalho)
24. a) Υπουργείο Εσωτερικών (Ministério do Interior)
    b) Επαρχιακές Διοικήσεις (Administrações Distritais)
    c) Τμήμα Πολεοδομίας και Οικήσεως (Departamento da Planificação Urbana e da Habitação)
    d) Τμήμα Αρχείου Πληθυσμού και Μεταναστεύσεως (Departamento do Registo Civil e da Migração)
    e) Τμήμα Κτηματολογίου και Χωρομετρίας (Departamento dos Terrenos e Agrimensura)
    f) Γραφείο Τύπου και Πληροφοριών (Serviço de Imprensa e Informação)
    g) Πολιτική Άμυνα (Defesa Civil)
    h) Υπηρεσία Μέριμνας και Αποκαταστάσεων Εκτοπισθέντων (Serviço de cuidados e reabilitação de pessosas deslocadas)
    i) Υπηρεσία ασύλου (Serviço de Asilo)
25. Υπουργείο Εξωτερικών (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
26. a) Υπουργείο Οικονομικών (Ministério das Finanças)
    b) Τελωνεία (Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo)

c) Τμήμα Εσωτερικών Προσόδων (Departamento das Receitas Internas)

d) Στατιστική Υπηρεσία (Serviço de Estatística)

e) Τμήμα Κρατικών Αγορών και Προμηθειών (Departamento de Aquisições e Fornecimentos Públicos)

f) Τμήμα Δημόσιας Διοίκησης και Προσωπικού (Departamento da Administração Pública e do Pessoal)

g) Κυβερνητικό Τυπογραφείο (Serviço da Imprensa Nacional)

h) Τμήμα Υπηρεσιών Πληροφορικής (Departamento dos Serviços da Tecnologia da Informação)

27. Υπουργείο Παιδείας και Πολιτισμού (Ministério da Educação e Cultura)

28. a) Υπουργείο Συγκοινωνιών και Έργων (Ministério das Comunicações e Obras)

b) Τμήμα Δημοσίων Έργων (Departamento das Obras Públicas)

c) Τμήμα Αρχαιοτήτων (Departamento das Antiguidades)

d) Τμήμα Πολιτικής Αεροπορίας (Departamento da Aviação Civil)

e) Τμήμα Εμπορικής Ναυτιλίας (Departamento da Marinha Mercante)

f) Τμήμα Ταχυδρομικών Υπηρεσιών (Departamento dos Serviços Postais)

g) Τμήμα Οδικών Μεταφορών (Departamento do Transporte Rodoviário)

h) Τμήμα Ηλεκτρομηχανολογικών Υπηρεσιών (Departamento dos Serviços Elétricos e Mecânicos)

i) Τμήμα Ηλεκτρονικών Επικοινωνιών (Departamento das Telecomunicações Eletrónicas)

29. a) Υπουργείο Υγείας (Ministério da Saúde)

b) Φαρμακευτικές Υπηρεσίες (Serviços Farmacêuticos)

c) Γενικό Χημείο (Laboratório Geral)

d) ατρικές Υπηρεσίες και Υπηρεσίες Δημόσιας Υγείας (Serviços Médicos e de Saúde Pública)

e) Οδοντιατρικές Υπηρεσίες (Serviços Dentários)

f) Υπηρεσίες Ψυχικής Υγείας (Serviços de Saúde Mental)

LETÓNIA

A) Ministrijas, īpašu Ministru sekretariāti Nações Unidas a padotībā esošās iestādes (Ministérios, secretariados de ministros para questões específicas e instituições subordinadas):

1. Aizsardzības ministrija ONU tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Defesa e instituições subordinadas)
2. Ārlietu ministrija ONU TAS padotībā esošās iestādes (Ministério dos Negócios Estrangeiros e instituições subordinadas)
3. Ekonomikas ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Economia e instituições subordinadas)
4. Finanšu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério das Finanças e instituições subordinadas)
5. Iekšlietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério dos Assuntos Internos e instituições subordinadas)
6. Izglītības un zinātnes ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Educação e Ciência e instituições subordinadas)
7. Kultūras ministrija un tas padotībā esošās iestādes (Ministério da Cultura e instituições subordinadas)
8. Labklājības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério do Bem-Estar e instituições subordinadas)
9. Satiksmes ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério dos Transportes e instituições subordinadas)
10. Tieslietu ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Justiça e instituições subordinadas)
11. Veselības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Saúde e instituições subordinadas)

12. Vides aizsardzības un reģionālās attīstības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Proteção Ambiental e Desenvolvimento Regional e instituições subordinadas)
13. Zemkopības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Ministério da Agricultura e instituições subordinadas)
14. Īpašu uzdevumu ministra sekretariāti un to padotībā esošās iestādes (Ministérios para Missões Especiais e instituições subordinadas)

B) Citas valsts iestādes (Outras instituições estatais):

1. Augstākā tiesa (Supremo Tribunal de Justiça)
2. Centrālā vēlēšanu komisija (Comissão Eleitoral Central)
3. Finanšu un kapitāla tirgus komisija (Comissão do Mercado Financeiro e de Capitais)
4. Latvijas Banka (Banco da Letónia)
5. Prokuratūra un tās pārraudzībā esošās iestādes (Ministério Público e instituições sob a sua supervisão)
6. Zemkopības ministrija un tās padotībā esošās iestādes (Parlamento e instituições subordinadas)
7. Satversmes tiesa (Tribunal Constitucional)
8. Prokuratūra un tās pārraudzībā esošās iestādes (Chancelaria do Estado e instituições sob a sua supervisão)
9. Valsts kontrole (Tribunal Nacional de Contas)
10. Valsts prezidenta kanceleja (Chancelaria do Presidente do Estado)
11. Citas valsts iestādes, kuras nav ministriju padotībā (Outras instituições estatais não subordinadas a ministérios):
    – Tiesībsarga birojs (Gabinete do Provedor de Justiça)
    – Nacionālā radio un televīzijas padome (Conselho Nacional de Radiodifusão)

    Outras instituições estatais

LITUÂNIA

Prezidentūros kanceliarija (Gabinete do Presidente)

Seimo kanceliarija [Gabinete do Seimas (Parlamento)]

Seimui atskaitingos institucijosSeimui atskaitingos institucijos: (Instituições responsáveis perante o Seimas):

Lietuvos mokslo taryba (Conselho da Ciência)

Seimo kontrolierių įstaiga (Gabinete do Provedor do Seimas)

Valstybės kontrolė (Tribunal Nacional de Contas)

Specialiųjų tyrimų tarnyba (Serviço de Investigação Especial)

Valstybės saugumo departamentas (Departamento de Segurança do Estado)

Konkurencijos taryba (Conselho da Concorrência)

Lietuvos gyventojų genocido ir rezistencijos tyrimo centras (Centro de Investigação do Genocídio e Resistência)

Vertybinių popierių komisija (Commisão de Valores Mobiliários da Lituânia)

Ryšių reguliavimo tarnyba (Autoridade Reguladora das Comunicações)

Nacionalinė sveikatos taryba (Serviço Nacional de Saúde)

Etninės kultūros globos taryba (Conselho para a Proteção da Cultura Étnica)

Lygių galimybių kontrolieriaus tarnyba (Serviço do Provedor para a Igualdade de Oportunidades)

Valstybinė kultūros paveldo komisija (Comissão do Património Cultural Nacional)

Vaiko teisių apsaugos kontrolieriaus įstaiga (Instituição do Provedor dos Direitos da Criança)

Valstybinė kainų ir energetikos kontrolės komisija (Comissão Estatal de Regulação dos Preços dos Recursos Energéticos)

Valstybinė lietuvių kalbos komisija (Comissão Estatal da Língua Lituana)

Vyriausioji rinkimų komisija (Comité Eleitoral Central)

Vyriausioji tarnybinės etikos komisija (Comissão Principal de Ética Oficial)

Žurnalistų etikos inspektoriaus tarnyba (Gabinete do Inspetor de Ética dos Jornalistas)

Seimo kanceliarija (Gabinete do Governo)

Vyriausybei atskaitingos institucijos (Instituições responsáveis perante o Governo):

Ginklų fondas (Fundo para o Armamento)

Informacinės visuomenės plėtros komitetas (Comité para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação)

Kūno kultūros ir sporto departamentas (Departamento de Educação Física e Desporto)

Lietuvos archyvų departamentas (Departmento dos Arquivos Lituanos)

Mokestinių ginčų komisija (Comissão dos Litígios Fiscais)

Statistikos departamentas (Departmento de Estatística)

Tautinių mažumų ir išeivijos departamentas (Departmento das Minorias Nacionais e dos Lituanos que vivem no Estrangeiro)

Valstybinė tabako ir alkoholio kontrolės tarnyba (Serviço Estatal de Controlo do Tabaco e do Álcool)

Viešųjų pirkimų tarnyba (Gabinete dos Contratos Públicos)

Valstybinė atominės energetikos saugos inspekcija (Inspeção Estatal da Segurança Nuclear)

Valstybinė duomenų apsaugos inspekcija (Inspeção Estatal da Proteção de Dados)

Valstybinė lošimų priežiūros komisija (Comissão Estatal de Supervisão dos Jogos de Azar)

Valstybinė maisto ir veterinarijos tarnyba (Serviço Estatal Alimentar e Veterinário)

Vyriausioji administracinių ginčų komisija (Comissão Principal dos Litígios Administrativos)

Draudimo priežiūros komisija (Comissão de Supervisão dos Seguros)

Lietuvos valstybinis mokslo ir studijų fondas (Fundação Estatal Lituana da Ciência e dos Estudos)

Konstitucinis Teismas (Tribunal Constitucional)

Lietuvos bankas (Banco da Lituânia)

Aplinkos ministerija (Ministério do Ambiente)

Įstaigos prie Aplinkos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério do Ambiente):

Generalinė miškų urėdija (Direção-Geral das Florestas Estatais)

Lietuvos geologijos tarnyba (Serviço Geológico da Lituânia)

Lietuvos hidrometeorologijos tarnyba (Serviço Hidrometereológico Lituano)

Lietuvos standartizacijos departamentas (Departamento Lituano da Normalização)

Nacionalinis akreditacijos biuras (Gabinete Nacional da Acreditação)

Valstybinė metrologijos tarnyba (Serviço Nacional de Metrologia)

Valstybinė saugomų teritorijų tarnyba (Serviço Estatal para as Zonas Protegidas)

Valstybinė teritorijų planavimo ir statybos inspekcija (Inspeção Estatal do Planeamento do Território e da Construção)

Finansų ministerija (Ministério das Finanças)

Įstaigos prie Finansų ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério das Finanças):

Muitinės departamentas (Alfândegas da Lituânia)

Valstybės dokumentų technologinės apsaugos tarnyba (Serviço de Segurança Tecnológica dos Documentos do Estado)

Valstybinė mokesčių inspekcija (Inspeção Fiscal do Estado)

Finansų ministerijos mokymo Centras (Centro de Formação do Ministério das Finanças)

Krašto apsaugos ministerija (Ministério da Defesa Nacional)

Įstaigos prie Krašto apsaugos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional):

Antrasis operatyvinių tarnybų departamentas (Departamento de Segunda Investigação)

Centralizuota finansų ir turto tarnyba (Serviço Centralizado das Finanças e Propriedade)

Karo prievolės administravimo tarnyba (Serviço Administrativo de Inscrição Militar)

Krašto apsaugos archyvas (Serviço de Arquivos da Defesa Nacional)

Krizių valdymo centras (Centro de Gestão de Crises)

Mobilizacijos Departamentas (Departamento de Mobilização)
Ryšių ir informacinių sistemų tarnyba (Serviço dos Sistemas de Comunicação e Informação)
Infrastruktūros plėtros departamentas (Departamento de Desenvolvimento de Infraestruturas)
Valstybinis pilietinio pasipriešinimo rengimo centras (Centro da Resistência Civil)
Lietuvos kariuomenė (Forças Armadas Lituanas)
Krašto apsaugos sistemos kariniai vienetai ir tarnybos (Unidades Militares e Serviços do Sistema de Defesa Nacional)
Kultūros ministerija (Ministério da Cultura)
Įstaigos prie Kultūros ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Cultura):
Kultūros paveldo Departamentas (Departamento para o Património Cultural Lituano)
Valstybinė kalbos inspekcija (Inspeção Estatal da Língua)
Socialinės apsaugos ir darbo ministerija (Ministério da Segurança Social e do Trabalho)
Įstaigos prie Socialinės apsaugos ir darbo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Segurança Social e do Trabalho):
Garantinio fondo administracija (Administração do Fundo de Garantia)
Valstybės vaiko teisių apsaugos ir įvaikinimo tarnyba (Serviço Estatal de Proteção dos Direitos da Criança e da Adoção)
Lietuvos darbo birža (Serviço Lituano do Emprego)
Lietuvos darbo rinkos mokymo tarnyba (Serviço Lituano de Formação para o Mercado de Trabalho)
Trišalės tarybos sekretoriatas secretoriat (Secretariado do Conselho Tripartido)
Socialinių paslaugų priežiūros Departamentas (Departamento de Monitorização dos Serviços Sociais)
Darbo inspekcija (Inspeção do Trabalho)
Valstybinio socialinio draudimo fondo valdyba (Serviço Estatal do Fundo de Segurança Social)

Neįgalumo ir darbingumo nustatymo tarnyba (Serviço de Avaliação da Deficiência e Capacidade de Trabalho)
Ginčų komisija (Comissão de Litígios)
Techninės pagalbos neįgaliesiems centras (Centro Estatal da Técnica Compensatória para Pessoas com Deficiência)
Neįgaliųjų reikalų departamentas (Departamento dos Assuntos das Pessoas com Deficiência)
Susisiekimo ministerija (Ministério dos Transportes e Comunicações)
Įstaigos prie Susisiekimo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações):
Lietuvos automobilių kelių direkcija (Administração Rodoviária Lituana)
Valstybinė geležinkelio inspekcija (Inspeção Estatal dos Caminhos de Ferro)
Valstybinė kelių transporto inspekcija (Inspeção Estatal dos Transportes Rodoviários)
Pasienio kontrolės punktų direkcija (Direção dos Pontos de Controlo Fronteiriços)
Sveikatos apsaugos ministerija (Ministério da Saúde)
Įstaigos prie Sveikatos apsaugos ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Saúde):
Valstybinė akreditavimo sveikatos priežiūros veiklai tarnyba (Agência Estatal da Acreditação dos Cuidados de Saúde)
Valstybinė ligonių kasa (Fundo Nacional de Doença)
Valstybinė medicininio audito inspekcija (Inspeção Estatal da Auditoria Médica)
Valstybinė vaistų kontrolės tarnyba (Agência Estatal de Controlo dos Medicamentos)
Valstybinė teismo psichiatrijos ir narkologijos tarnyba (Serviço Lituano de Psiquiatria e Toxicologia Forense)
Valstybinė visuomenės sveikatos priežiūros tarnyba (Serviço Estatal da Saúde Pública)

Farmacijos departamentas (Departamento de Farmácia)
Sveikatos apsaugos ministerijos Ekstremalių sveikatai situacijų centras (Centro de Ermergência Sanitária do Ministério da Saúde)
Lietuvos bioetikos komitetas (Comité Lituano de Bioética)
Radiacinės saugos Centras (Centro de Radioproteção)
Švietimo ir mokslo ministerija (Ministério da Educação e da Ciência)
Įstaigos prie Švietimo ir mokslo ministerijos (Instituições sobre a tutela do Ministério da Educação e da Ciência):
Nacionalinis egzaminų centras (Centro de Exame Nacional);
Studijų kokybės vertinimo centras (Centro de Avaliação da Qualidade no Ensino Superior)
Teisingumo ministerija (Ministério da Justiça)
Įstaigos prie Teisingumo ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Justiça):
Kalėjimų departamentas (Departamento dos Estabelecimentos Prisionais);
Nacionalinė vartotojų teisių apsaugos taryba (Serviço Nacional de Defesa dos Direitos do Consumidor)
Europos teisės departamentas (Departamento do Direito Europeu)
Ūkio ministerija (Ministério da Economia)
Įstaigos prie Ūkio ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Economia):
Įmonių bankroto valdymo departamentas (Departamento de Gestão de Falências das Empresas)
Valstybinė energetikos inspekcija (Inspeção Estatal da Energia)
Valstybinė ne maisto produktų inspekcija (Inspeção Estatal dos Produtos Não Alimentares)
Valstybinis turizmo departamentas (Departamento Estatal do Turismo)
Užsienio reikalų ministerija (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
Diplomatinės atstovybės ir konsulinės įstaigos užsienyje bei atstovybės prie tarptautinių organizacijų (Missões Diplomáticas e Consulares, bem como Representações junto de Organizações Internacionais)

Vidaus reikalų ministerija (Ministério do Interior)

Įstaigos prie Vidaus reikalų ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério do Interior):

Asmens dokumentų išrašymo centras (Centro dos Documentos de Identidade)

Finansinių nusikaltimų tyrimo tarnyba (Serviço de Investigação do Crime Financeiro)

Gyventojų registro tarnyba (Serviço do Registo de Residentes)

Policijos departamentas (Departamento da Polícia)

Priešgaisrinės apsaugos ir gelbėjimo departamentas (Departamento de Prevenção de Incêndios e Salvamento);

Turto valdymo ir ūkio departamentas (Departamento de Gestão da Propriedade e Economia)

Vadovybės apsaugos departamentas (Departamento de Proteção VIP)

Valstybės sienos apsaugos tarnyba (Serviço Estatal de Guarda de Fronteira)

Valstybės tarnybos departamentas (Departamento da Função Pública)

Informatikos ir ryšių departamentas (Departamento de Informática e Comunicações)

Migracijos departamentas (Departamento da Migração)

Sveikatos priežiūros tarnyba (Departamento dos Cuidados de Saúde)

Bendrasis pagalbos centras (Centro de Resposta de Emergência)

Žemės ūkio ministerija (Ministério da Agricultura)

Įstaigos prie Žemės ūkio ministerijos (Instituições sob a tutela do Ministério da Agricultura):

Nacionalinė mokėjimo agentūra (Organismo Pagador Nacional)

Nacionalinė žemės tarnyba (Serviço Nacional dos Terrenos)

Valstybinė augalų apsaugos tarnyba (Serviço Estatal de Proteção Fitossanitária)

Valstybinė gyvulių veislininkystės priežiūros tarnyba (Serviço Estatal de Supervisão de Reprodução Animal);

Valstybinė sėklų ir grūdų tarnyba (Serviço Estatal das Sementes e Grãos)

Žuvininkystės departamentas (Departamento das Pescas)

Teismai (Tribunais):

Lietuvos Aukščiausiasis Teismas (Supremo Tribunal de Justiça da Lituânia)

Lietuvos apeliacinis teismas (Tribunal de Recurso da Lituânia)

Lietuvos vyriausiasis administracinis teismas (Supremo Tribunal Administrativo da Lituânia)

Apygardų teismai (Tribunais regionais)

Apygardų administraciniai teismai (Tribunais administrativos regionais)

Apylinkių teismai (Tribunais distritais)

Nacionalinė teismų administracija (Administração dos Tribunais Nacionais)

Generalinė prokuratūra (Procuradoria Geral)

Kiti centriniai valstybinio administravimo subjektai (institucijos, įstaigos, tarnybos) [Outras Entidades da Administração Pública Central (instituições, estabelecimentos, agências)]:

– Muitinės kriminalinė tarnyba (Serviço Criminal das Alfândegas)
– Muitinės informacinių sistemų centras (Centro de Sistemas de Informação Aduaneira)
– Muitinės laboratorija (Laboratório das Alfândegas)
– Muitinės mokymo centras (Centro de Formação Aduaneira)

LUXEMBURGO

1. Ministère d'Etat
2. Ministère des Affaires Etrangères et de l'Immigration
   Ministère des Affaires Etrangères et de l'Immigration: Direction de la Défense (Armée)
3. Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement Rural
   Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement Rural: Administration des Services Techniques de l'Agriculture

4. Ministère des Classes moyennes, du Tourisme et du Logement
5. Ministère de la Culture, de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche
6. Ministère de l'Economie et du Commerce extérieur
7. Ministère de l'Education nationale et de la Formation professionnelle
   Ministère de l'Education nationale et de la Formation professionnelle: Lycée d'Enseignement Secondaire et d'Enseignement Secondaire Technique
8. Ministère de l'Egalité des chances
9. Ministère de l'Environnement
   Ministère de l'Environnement: Administration de l'Environnement
10. Ministère de la Famille et de l'Intégration
    Ministère de la Famille et de l'Intégration: Maisons de retraite
11. Ministère des Finances
12. Ministère de la Fonction publique et de la Réforme administrative
    Ministère de la Fonction publique et de la Réforme administrative: Service Central des Imprimés et des Fournitures de l'Etat – Centre des Technologies de l'informatique de l'Etat
13. Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du territoire
    Ministère de l'Intérieur et de l'Aménagement du territoire: Police Grand-Ducale Luxembourg– Inspection générale de Police
14. Ministère de la Justice
    Ministère de la Justice: Etablissements Pénitentiaires
15. Ministère de la Santé
    Ministère de la Santé: Centre hospitalier neuropsychiatrique
16. Ministère de la Sécurité sociale

17. Ministère des Transports
18. Ministère du Travail et de l'Emploi
19. Ministère des Travaux publics
    Ministère des Travaux publics: Bâtiments Publics – Ponts et Chaussées

HUNGRIA

Nemzeti Erőforrás Minisztérium (Ministério dos Recursos Nacionais)
Vidékfejlesztési Minisztérium (Ministério do Desenvolvimento Rural)
Nemzeti Fejlesztési Minisztérium (Ministério do Desenvolvimento Nacional)
Honvédelmi Minisztérium (Ministério da Defesa)
Közigazgatási és Igazságügyi Minisztérium (Ministério da Administração Pública e da Justiça)
Nemzetgazdasági Minisztérium (Ministério da Economia Nacional)
Külügyminisztérium (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
Miniszterelnöki Hivatal (Gabinete do Primeiro-Ministro)
Belügyminisztérium (Ministério dos Asssuntos Internos)
Központi Szolgáltatási Főigazgatóság (Direção dos Serviços Centrais)

MALTA:

1. Uffiċċju tal-Prim Ministru (Office of the Prime Minister)
2. Ministeru għall-Familja u Solidarjeta' Soċjali (Ministry for the Family and Social Solidarity)
3. Ministeru ta' l-Edukazzjoni Zghazagh u Impjieg (Ministry for Education Youth and Employment)

4. Ministeru tal-Finanzi (Ministry of Finance)
5. Ministeru tar-Riżorsi u l-Infrastruttura (Ministry for Resources and Infrastructure)
6. Ministeru tat-Turiżmu u Kultura (Ministry for Tourism and Culture)
7. Ministeru tal-Ġustizzja u l-Intern (Ministry for Justice and Home Affairs)
8. Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent (Ministry for Rural Affairs and the Environment)
9. Ministeru għal Għawdex (Ministry for Gozo)
10. Ministeru tas-Saħħa, l-Anzjani u Kura fil-Kommunita' (Ministry of Health, the Elderly and Community Care)
11. Ministeru ta' l-Affarijiet Barranin (Ministry of Foreign Affairs)
12. Ministeru għall-Investimenti, Industrija u Teknologija ta' Informazzjoni (Ministry for Investment, Industry and Information Technology)
13. Ministeru għall-Kompetittivà u Komunikazzjoni (Ministry for Competitiveness and Communications)
14. Ministeru għall-Iżvilupp Urban u Toroq (Ministry for Urban Development and Roads)
15. L-Uffiċċju tal-President (Office of the President)
16. Uffiċċju ta 'l-iskrivan tal-Kamra tad-Deputati (Office of the Clerk of the House of Representatives)

PAÍSES BAIXOS

MINISTERIE VAN ALGEMENE ZAKEN — (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS GERAIS)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)

– Bureau van de Wetenschappelijke Raad voor het Regeringsbeleid — Conselho Consultivo de Política Governamental)
– Rijksvoorlichtingsdienst — (Serviço Nacional de Informações)

MINISTERIE VAN BINNENLANDSE ZAKEN EN KONINKRIJKSRELATIES — (MINISTÉRIO DO INTERIOR)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Centrale Archiefselectiedienst (CAS) — (Serviço Central de Seleção de Registos)
– Algemene Inlichtingen— en Veiligheidsdienst (AIVD) — (Serviço Geral de Informações e Segurança)
– Agentschap Basisadministratie Persoonsgegevens en Reisdocumenten (BPR) — (Agência de Registo Civil e Documentos de Viagem)
– Agentschap Korps Landelijke Politiediensten — (Polícia Nacional)

MINISTERIE VAN BUITENLANDSE ZAKEN — (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)

– Diretoraat-generaal Regiobeleid en Consulaire Zaken (DGRC) — (Direção-Geral de Política Regional e Assuntos Consulares)
– Diretoraat-generaal Politieke Zaken (DGPZ) — (Direção-Geral dos Assuntos Políticos)
– Diretoraat-generaal Internationale Samenwerking (DGIS) — (Direção-Geral para a Cooperação Internacional)
– Diretoraat-generaal Internationale Samenwerking (DGIS) — (Direção-Geral para a Cooperação Europeia)
– Centrum tot Bevordering van de Import uit Ontwikkelingslanden (CBI) — (Centro para a Promoção das Importações provenientes dos Países em Desenvolvimento)
– Centrale diensten ressorterend onder S/PlvS — (Serviços Centrais sob a tutela do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto)
– Buitenlandse Posten (ieder afzonderlijk) — (as várias Missões Estrangeiras)

MINISTERIE VAN DEFENSIE — (MINISTÉRIO DA DEFESA)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Commando Diensten Centra (CDC) — (Comando de Apoio)
– Defensie Telematica Organisatie (DTO) — (Organização da Telemática da Defesa)
– Centrale directie van de Defensie Vastgoed Dienst — (Serviço dos Imóveis da Defesa, Direção Central)
– De afzonderlijke regionale directies van de Defensie Vastgoed Dienst — (Serviço dos Imóveis da Defesa, Direções Regionais)
– Defensie Materieel Organisatie (DMO) — (Organização de Material da Defesa)
– Landelijk Bevoorradingsbedrijf van de Defensie Materieel Organisatie — Agência de Aprovisionamento Nacional da Organização de Material da Defesa
– Logistiek Centrum van de Defensie Materieel Organisatie — Centro de Logística da Organização de Material da Defesa
– Marinebedrijf van de Defensie Materieel Organisatie — Estabelecimento da Manutenção da Organização de Material da Defesa
– Defensie Pijpleiding Organisatie (DPO) — Organização de Condutas de Aprovisionamento de Combustível da Defesa

MINISTERIE VAN ECONOMISCHE ZAKEN — (MINISTÉRIO DA ECONOMIA)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Centraal Planbureau (CPB) — (Gabinete Neerlandês de Análise da Política Económica)
– Bureau voor de Industriële Eigendom (BIE) — (Instituto da Propriedade Industrial)
– SenterNovem — (Agência para a Inovação Sustentável)
– Staatstoezicht op de Mijnen (SodM) — (Serviço de Fiscalização Nacional das Minas)
– Nederlandse Mededingingsautoriteit (NMa) — (Autoridade Nacional da Concorrência)
– Economische Voorlichtingsdienst (EVD) — (Serviço de Informações Económicas)

– Agentschap Telecom — (Agência de radiocomunicações)
– Kenniscentrum Professioneel & Innovatief Aanbesteden, Netwerk voor Overheidsopdrachtgevers (PIANOo) — (Contratação profissional e inovadora, rede para as entidades adjudicantes)
– Regiebureau Inkoop Rijksoverheid — (Coordenação da administração central de compras)
– Octrooicentrum Nederland — (Instituto de Patentes dos Países Baixos)
– Consumentenautoriteit — (Autoridade do Consumidor)

MINISTERIE VAN FINANCIËN — (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Belastingdienst Automatiseringscentrum — (Centro Informático da Administração Fiscal e Aduaneira)
– Belastingdienst — (Administração Fiscal e Aduaneira)
– de afzonderlijke Directies der Rijksbelastingen — (as várias direções da Administração Fiscal e Aduaneira em todo o país)
– Fiscale Inlichtingen— en Opsporingsdienst (incl. Economische Controle dienst (ECD) — [Serviço de Informações e Investigações Fiscais (inclui o Serviço de Investigação Económica)]
– Belastingdienst Opleidingen — (Centros de Formação da Administração Fiscal e Aduaneira)
– Dienst der Domeinen — (Direção-Geral do Património)

MINISTERIE VAN JUSTITIE — (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Dienst Justitiële Inrichtingen — (Serviço dos Estabelecimentos Judiciários)
– Raad voor de Kinderbescherming — (Conselho para a Proteção da Criança)
– Centraal Justitie Incasso Bureau — (Agência Central para a Cobrança de Multas)
– Openbaar Ministerie — (Ministério Público)
– Immigratie en Naturalisatiedienst — (Serviço de Imigração e Naturalização)

– Nederlands Forensisch Instituut — (Instituto de Medicina Legal)
– Dienst terugkeer & vertrek — (Agência de Repatriação e de Partida)

MINISTERIE VAN LANDBOUW, NATUUR EN VOEDSELKWALITEIT — (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, NATUREZA E QUALIDADE ALIMENTAR)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Dienst Regelingen (DR) — (Serviço para a Implementação da Regulamentação)
– Agentschap Plantenziektenkundige Dienst (PD) — (Agência de Fitossanidade)
– Algemene Inspectiedienst (AID) — (Serviço Geral de Inspeção)
– Dienst Landelijk Gebied (DLG) — (Serviço para o Desenvolvimento Rural Sustentável)
– Voedsel en Waren Autoriteit (VWA) — (Autoridade para a segurança alimentar e os produtos de consumo)

MINISTERIE VAN ONDERWIJS, CULTUUR EN WETENSCHAPPEN — (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E CIÊNCIA)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Inspectie van het Onderwijs — (Inspeção do Ensino)
– Erfgoedinspectie — (Inspeção do Património)
– Centrale Financiën Instellingen — (Fundo Central para as Instituições)
– Nationaal Archief — (Arquivo Nacional)
– Adviesraad voor Wetenschaps- en Technologiebeleid — (Conselho Consultivo para a Política Científica e Tecnológica)
– Onderwijsraad — (Conselho para a Educação)
– Raad voor Cultuur — (Conselho para a Cultura)

MINISTERIE VAN SOCIALE ZAKEN EN WERKGELEGENHEID — (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DO TRABALHO)

- Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
- Inspectie Werk en Inkomen — (Inspeção do Trabalho e do Rendimento)
- Agentschap SZW — (Agência SZW)

MINISTERIE VAN VERKEER EN WATERSTAAT — (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS)

- Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
- Directoraat-Generaal Transport en Luchtvaart — (Direção-Geral dos Transportes e Aviação Civil)
- Diretoraat-generaal Personenvervoer — (Direção-Geral do Transporte de Passageiros)
- Diretoraat-generaal Water — (Direção-Geral dos Recursos Hídricos)
- Centrale diensten — (Serviços Centrais)
- Shared services Organisatie Verkeer en Watersaat — [Serviços partilhados "Organização dos Transportes e Gestão dos Recursos Hídricos") (nova organização)]
- Koninklijk Nederlands Meteorologisch Instituut (KNMI) — (Instituto Real de Meteorologia dos Países Baixos)
- Rijkswaterstaat, Bestuur — (Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos, Direção-Geral)
- De afzonderlijke regionale Diensten van Rijkswaterstaat — (os vários serviços regionais dependentes da Direção-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)
- De afzonderlijke specialistische diensten van Rijkswaterstaat (os vários serviços especializados da Direção-Geral das Obras Públicas e Gestão dos Recursos Hídricos)
- Adviesdienst Geo-Informatie en ICT — (Conselho Consultivo para a Geoinformação e ICC)
- Adviesdienst Verkeer en Vervoer (AVV) – (Conselho Consultivo para o Tráfego e os Transportes)

- Bouwdienst – (Serviço para a Construção)
- Corporate Dienst — (Serviço Institucional)
- Data ICT Dienst — (Serviço de Dados e TI)
- Dienst Verkeer en Scheepvaart — (Serviço de Tráfego e Transporte por Navios)
- Dienst Weg- en Waterbouwkunde (DWW) — (Serviço de Engenharia Rodoviária e Hidráulica)
- Rijksinstituut voor Kust en Zee (RIKZ) — (Instituto Nacional para a Gestão Costeira e Marinha)
- Rijksinstituut voor Integraal Zoetwaterbeheer en Afvalwaterbehandeling (RIZA) — (Instituto Nacional para a Gestão da Água Doce e Tratamento das Águas)
- Waterdienst — (Serviço das Águas)
- Inspectie Verkeer en Waterstaat, Hoofddirectie — (Inspeção dos Transportes e das Águas, Direção)
- - Inspeção pelo Estado do Porto
- Directie Toezichtontwikkeling Communicatie en Onderzoek (TCO) — (Direção de Desenvolvimento da Supervisão da Comunicação e Investigação)
- Toezichthouder Beheer Eenheid Lucht — Unidade de Gestão "Ar"
- Toezichthouder Beheer Eenheid Water — Unidade de Gestão "Água"
- Toezichthouder Beheer Eenheid Land — Unidade de Gestão "Terra"

MINISTERIE VAN VOLKSHUISVESTING, RUIMTELIJKE ORDENING EN MILIEUBEHEER — (MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE)

- Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
- Directoraat-generaal Wonen, Wijken en Integratie — (Direção-Geral da Habitação, Comunidades e Integração)

– Diretoraat-generaal Ruimte - (Direção-Geral do Ordenamento do Território)
– Directoraat-general Milieubeheer — (Direção-Geral para a Proteção do Ambiente)
– Rijksgebouwendienst — (Agência para os Edifícios do Estado)
– VROM inspectie — (Inspeção)

MINISTERIE VAN VOLKSGEZONDHEID, WELZIJN EN SPORT — (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BEM-ESTAR E DESPORTOS)

– Bestuursdepartement — (Departamento central de política e pessoal)
– Inspectie Gezondheidsbescherming, Waren en Veterinaire Zaken — (Inspeção da Proteção da Saúde, dos Produtos e dos Assuntos Veterinários)
– Inspectie Gezondheidszorg — (Inspeção dos Cuidados de Saúde)
– Inspectie Jeugdhulpverlening en Jeugdbescherming — (Inspeção de Apoio e Proteção da Juventude)
– Rijksinstituut voor de Volksgezondheid en Milieu (RIVM) - (Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente)
– Sociaal en Cultureel Planbureau — (Instituto de Planeamento Social e Cultural)
– Agentschap t.b.v. het College ter Beoordeling van Geneesmiddelen — (Instituto Nacional de Farmácia e Medicamentos)

TWEEDE KAMER DER STATEN-GENERAAL — (SEGUNDA CÂMARA DOS ESTADOS GERAIS)

EERSTE KAMER DER STATEN-GENERAAL — (PRIMEIRA CÂMARA DOS ESTADOS GERAIS)

RAAD VAN STATE — (CONSELHO DE ESTADO)

ALGEMENE REKENKAMER — (TRIBUNAL DE CONTAS)

NATIONALE OMBUDSMAN — (PROVEDOR DE JUSTIÇA NACIONAL)
KANSELARIJ DER NEDERLANDSE ORDEN — (CHANCELARIA DAS ORDENS DOS PAÍSES BAIXOS)
KABINET DER KONINGIN — (GABINETE REAL)
RAAD VOOR DE RECHTSPRAAK EN DE RECHTBANKEN — (CONSELHO PARA A JURISPRUDÊNCIA E OS TRIBUNAIS)

ÁUSTRIA

A. Entidades atualmente abrangidas:

1. Bundeskanzleramt (Chancelaria Federal)
2. Bundesministerium für europäische und internationale Angelegenheiten (Ministério Federal dos Assuntos Europeus e Internacionais)
3. Bundesministerium der Finanzen (Ministério Federal das Finanças)
4. Bundesministerium für Gesundheit (Ministério Federal da Saúde)
5. Bundesministerium für Inneres (Ministério Federal do Interior)
6. Bundesministerium für Justiz (Ministério Federal da Justiça)
7. Bundesministerium für Landesverteidigung und Sport (Ministério Federal da Defesa do Território e Desporto)
8. Bundesministerium für Land- und Forstwirtschaft, Umweltschutz und Wasserwirtschaft (Ministério Federal da Agricultura e Silvicultura, do Ambiente e Recursos Hídricos)
9. Bundesministerium für Arbeit, Soziales und Konsumentenschutz (Ministério Federal do Emprego, Assuntos Sociais e Defesa do Consumidor)

10. Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur (Ministério Federal da Educação, Arte e Cultura)
11. Bundesministerium für Verkehr, Innovation und Technologie (Ministério Federal dos Transportes, Inovação e Tecnologia)
12. Bundesministerium für Wirtschaft, Jugend und Familie (Ministério Federal dos Assuntos Económicos, Juventude e Família)
13. Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung (Ministério Federal da Ciência e Investigação)
14. Bundesamt für Eich- und Vermessungswesen (Gabinete Federal de Calibragem e Medidas)
15. Österreichische Forschungs- und Prüfzentrum Arsenal Gesellschaft m.b.H (Centro Austríaco de Investigação e Ensaio Arsenal S.r.l.)
16. Bundesanstalt für Verkehr (Instituto Federal do Tráfego)
17. Bundesbeschaffung GmbH (Contratos Públicos Federais S.r.l.)
18. Bundesrechenzentrum GmbH (Centro Federal de Processamento de Dados S.r.l.)

B. Todas as outras autoridades públicas centrais, incluindo as respetivas subdivisões regionais e locais, desde que sem caráter industrial ou comercial.

POLÓNIA

1. Kancelaria Prezydenta RP (Chancelaria do Presidente)
2. Kancelaria Sejmu RP (Chancelaria do Sejm)
3. Kancelaria Senatu RP (Chancelaria do Senado)
4. Kancelaria Prezesa Rady Ministrów (Chancelaria da Presidência do Conselho de Ministros)
5. Sąd Najwyższy (Supremo Tribunal de Justiça)

6. Naczelny Sąd Administracyjny (Supremo Tribunal Administrativo)
7. Sądy powszechne - rejonowe, okręgowe i apelacyjne (Tribuanais ordinários - distritais, regionais e de recurso)
8. Trybunał Konstytucyjny (Tribunal Constitucional)
9. Najwyższa Izba Kontroli (Supremo Tribunal de Contas)
10. Biuro Rzecznika Praw Obywatelskich (Gabinete do Defensor dos Direitos Humanos)
11. Biuro Rzecznika Praw Dziecka (Gabinete do Provedor dos Direitos da Criança)
12. Biuro Ochrony rządu (Gabinete de Segurança do Governo)
13. Biuro Bezpieczeństwa Narodowego (Gabinete da Segurança Nacional)
14. Centralne Biuro Antykorupcyjne (Gabinete Central da Anticorrupção)
15. Ministerstwo Pracy i Polityki Społecznej (Ministério do Trabalho e Política Social)
16. Ministerstwo Finansów (Ministério das Finanças)
17. Ministerstwo Gospodarki (Ministério da Economia)
18. Ministerstwo Rozwoju Regionalnego ((Ministério do Desenvolvimento Regional)
19. Ministerstwo Kultury i Dziedzictwa Narodowego (Ministério da Cultura e Património Nacional)
20. Ministerstwo Edukacji Narodowej (Ministério da Educação Nacional)
21. Ministerstwo Obrony Narodowej (Ministério da Defesa Nacional)
22. Ministerstwo Rolnictwa i Rozwoju Wsi (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)
23. Ministerstwo Skarbu Państwa (Ministério do Tesouro do Estado)
24. Ministerstwo Sprawiedliwości (Ministério da Justiça)
25. Ministerstwo Transportu, Budownictwa i Gospodarki Morskiej (Ministério dos Transportes, Construção e Economia Marítima)
26. Ministerstwo Nauki i Szkolnictwa Wyższego (Ministério da Ciência e Ensino Superior)

27. Ministerstwo Środowiska (Ministério do Ambiente)
28. Ministerstwo Spraw Wewnętrznych (Ministério dos Assuntos Internos)
29. Ministrestwo Administracji i Cyfryzacji (Ministério da Administração e da Digitilização)
30. Ministerstwo Spraw Zagranicznych (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
31. Ministerstwo Zdrowia (Ministério da Saúde)
32. Ministerstwo Sportu i Turystyki (Ministério do Desporto e Turismo)
33. Urząd Patentowy Rzeczpospolitej Polskiej (Instituto das Patentes da República da Polónia)
34. Urząd Regulacji Energetyki (Autoridade Reguladora da Energia da Polónia)
35. Urząd do Spraw Kombatantów i Osób Represjonowanych (Gabinete dos Veteranos da Guerra e Vítimas de Repressão)
36. Urząd Transportu Kolejowego (Serviço dos Transportes Ferroviários)
37. Urząd Dozoru Technicznego (Serviço de Inspeção Técnica)
38. Urząd Rejestracji Produktów Leczniczych, Wyrobów Medycznych i Produktów Biobójczych (Serviço de Registo de Produtos Farmacêuticos, Dispositivos Médicos e Produtos Biocidas)
39. Urząd do Spraw Cudzoziemców (Serviço de Estrangeiros)
40. Urząd Zamówień Publicznych (Serviço de Contratos Públicos)
41. Urząd Ochrony Konkurencji i Konsumentów (Serviço de Proteção da Concorrência e do Consumidor)
42. Urząd Lotnictwa Cywilnego (Serviço da Aviação Civil)
43. Urząd Komunikacji Elektronicznej (Serviço das Comunicações Eletrónicas)
44. Wyższy Urząd Górniczy (Autoridade das Minas do Estado)
45. Główny Urząd Miar (Serviço Central das Medidas)
46. Główny Urząd Geodezji i Kartografii (Serviço Central da Geodesia e Cartografia)

47. Główny Urząd Nadzoru Budowlanego (Serviço Central do Controlo dos Edifícios)
48. Główny Urząd Statystyczny (Serviço Central de Estatística)
49. Krajowa Rada Radiofonii i Telewizji (Conselho Nacional de Radiodifusão)
50. Generalny Inspektor Ochrony Danych Osobowych (Inspetor-Geral para a Proteção dos Dados Pessoais)
51. Państwowa Komisja Wyborcza (Comissão Eleitoral do Estado)
52. Państwowa Inspekcja Pracy (Inspeção Nacional do Trabalho)
53. Rządowe Centrum Legislacji (Centro Governamental da Legislação)
54. Narodowy Fundusz Zdrowia (Fundo Nacional da Saúde)
55. Polska Akademia Nauk (Academia Polaca das Ciências)
56. Polskie Centrum Akredytacji (Centro Polaco de Acreditação)
57. Polskie Centrum Badań i Certyfikacji (Centro Polaco para Teste e Certificação)
58. Polska Organizacja Turystyczna (Organização Polaca do Turismo)
59. Polski Komitet Normalizacyjny (Comité Polaco para a Normalização)
60. Zakład Ubezpieczeń Społecznych (Instituto de Segurança Social)
61. Komisja Nadzoru Finansowego (Comissão da Supervisão Financeira)
62. Naczelna Dyrekcja Archiwów Państwowych (Direção-Geral dos Arquivos Estatais)
63. Kasa Rolniczego Ubezpieczenia Społecznego (Caixa do Seguro Social Agrícola)
64. Generalna Dyrekcja Dróg Krajowych i Autostrad (Direção-Geral das Estradas e Autoestradas Nacionais)
65. Główny Inspektorat Ochrony Roślin i Nasiennictwa (Inspeção-Geral da Proteção dos Vegetais e Sementes)
66. Komenda Główna Państwowej Straży Pożarnej (Quartel-General do Corpo de Bombeiros do Estado)

67. Komenda Główna Policji (Quartel-General da Polícia)
68. Komenda Główna Straży Granicxnej (Quartel-General da Guarda de Fronteira)
69. Główny Inspektorat Jakości Handlowej Artykułów Rolno-Spożywczych (Inspeção-Geral da Qualidade Comercial dos Produtos Agroalimentares)
70. Główny Inspektorat Ochrony Środowiska (Inspeção-Geral da Proteção do Ambiente)
71. Główny Inspektorat Transportu Drogowego (Inspeção-Geral dos Transportes Rodoviários)
72. Główny Inspektorat Farmaceutyczny (Inspeção-Geral dos Produtos Farmacêuticos)
73. Główny Inspektorat Sanitarny (Inspeção-Geral Sanitária)
74. Główny Inspektorat Weterynarii (Inspeção-Geral Veterinária)
75. Agencja Bezpieczeństwa Wewnętrznego (Agência da Segurança Interna)
76. Agencja Wywiadu (Agência da Segurança Externa)
77. Agencja Mienia Wojskowego (Agência da Propriedade Militar)
78. Wojskowa Agencja Mieszkaniowa (Agência dos Imóveis Militares)
79. Agencja Restrukturyzacji i Modernizacji Rolnictwa (Agência para a Reestruturação e Modernização da Agricultura)
80. Agencja Rynku Rolnego (Agência do Mercado Agrícola)
81. Agencja Nieruchomości Rolnych (Agência da Propriedade Rústica)
82. Państwowa Agencja Atomistyki (Agência Nacional da Energia Atómica)
83. Polska Agencja Żeglugi Powietrznej (Agência Polaca dos Serviços de Navegação Aérea)
84. Polska Agencja Rozwiązywania Problemów Alkoholowych (Agência Polaca para a Prevenção dos Problemas relacionados com a Prevenção do Álcool)
85. Agencja Rezerw Materiałowych (Agência das Reservas Materiais)

86. Narodowy Bank Polski (Banco Nacional da Polónia)
87. Narodowy Fundusz Ochrony Środowiska i Gospodarki Wodnej (Fundo Nacional da Proteção do Ambiente e Gestão da Água)
88. Państwowy Fundusz Rehabilitacji Osób Niepełnosprawnych (Fundo Nacional de Reabilitação das Pessoas com Deficiência)
89. Instytut Pamięci Narodowej - Komisja Ścigania Zbrodni Przeciwko Narodowi Polskiemu (Instituto da Memória Nacional - Comissão de Investigação de Crimes contra a Nação Polaca)
90. Rada Ochrony Pamięci Walk i Męczeństwa (Comité de Proteção da Memória de Combate e Martírio)
91. Służba Celna Rzeczypospolitej Polskiej (Serviço das Alfândegas da República da Polónia)
92. Państwowe Gospodarstwo Leśne "Lasy Państwowe" (Empresa das Florestas do Estado "Lasy Państwowe")
93. Polska Agencja Rozwoju Przedsiębiorczości (Agência Polaca para o Desenvolvimento Empresarial)
94. Samodzielne Publiczne Zakłady Opieki Zdrowotnej, jeśli ich organem założycielskim jest minister, centralny organ administracji rządowej lub wojewoda (Unidades de Gestão de Cuidados de Saúde Autónomas Públicas estabelecidas pelo ministro, administração central, unidade ou voivoda).

PORTUGAL

1. Presidência do Conselho de Ministros
2. Ministério das Finanças
3. Ministério da Defesa Nacional

4. Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas
5. Ministério da Administração Interna
6. Ministério da Justiça
7. Ministério da Economia
8. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
9. Ministério da Educação
10. Ministério da Ciência e do Ensino Superior
11. Ministério da Cultura
12. Ministério da Saúde
13. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
14. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação
15. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
16. Ministério para a Qualificação e o Emprego
17. Presidência da República
18. Tribunal Constitucional
19. Tribunal de Contas
20. Provedoria de Justiça

ROMÉNIA

Administrația Prezidențială (Administração Presidencial)
Senatul României (Senado Romeno)
Camera Deputaților (Câmara dos Deputados)
Înalta Curte de Casație și Justiție (Supremo Tribunal de Justiça)
Curtea Constituțională (Tribunal Constitucional)
Consiliul Legislativ (Conselho Legislativo)
Curtea de Conturi (Tribunal de Contas)
Consiliul Superior al Magistraturii (Conselho Superior da Magistratura)
Parchetul de pe lângă Inalta Curte de Casaţie şi Justiţie (Ministério Público adstrito ao Supremo Tribunal de Justiça)
Secretariatul General al Guvernului (Secretariado-Geral do Governo)
Cancelaria Primului-Ministru (Chancelaria do Primeiro Ministro)
Ministerul Afacerilor Externe (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
Ministerul Economiei şi Finanţelor (Ministério da Economia e Finanças)
Ministerul Justiției (Ministério da Justiça)
Ministerul Apărării (Ministério da Defesa)
Ministerul Internelor şi Reformei Administrative (Ministério do Interior e da Reforma Administrativa)
Ministerul Muncii, Familiei şi Egalităţii de Sanse (Ministério do Trabalho e Igualdade de Oportunidades)
Ministerul pentru Intreprinderi Mici şi Mijlocii, Comerţ, Turism şi Profesii Liberale (Ministério das Pequenas e Médias Empresas, Comércio, Turismo e Profissões Liberais)
Ministerul Agriculturii şi Dezvoltării Rurale (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)

Ministerul Transporturilor (Ministério dos Transportes)
Ministerul Dezvoltării, Lucrărilor Publice şi Locuinţei (Ministério do Desenvolvimento, Obras Públicas e Habitação)
Ministerul Educaţiei Cercetării şi Tineretului (Ministério da Educação, Investigação e Juventude)
Ministerul Sănătății Publice (Ministério da Saúde Pública)
Ministerul Culturii și Cultelor (Ministério da Cultura e Assuntos Religiosos)
Ministerul Comunicațiilor și Tehnologiei Informațiilor (Ministério das Comunicações e Tecnologia da Informação)
Ministerul Mediului şi Dezvoltării Durabile (Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)
Serviciul Român de Informații (Serviços de Informação Romenos)
Serviciul Român de Informații Externe (Serviços de Informação Externa Romenos)
Serviciul de Protecție și Pază (Serviço de Proteção e Guarda)
Serviciul de Telecomunicații Speciale (Serviço de Telecomunicações Especiais)
Consiliul Național al Audiovizualului (Conselho Nacional do Audiovisual)
Consiliul Concurenței (CC) (Conselho da Concorrência)
Direcția Națională Anticorupție (Direção Nacional da Anticorrupção)
Inspectoratul General de Politie (Inspecção-Geral da Polícia)
Autoritatea Națională pentru Reglementarea și Monitorizarea Achizițiilor Publice (Autoridade Nacional de Regulação e Controlo de Contratos Públicos)
Consiliul Naţional de Soluţionare a Contestaţiilor (Conselho Nacional para a Resolução de Litígios)
Autoritatea Naţională de Reglementare pentru Serviciile Comunitare de Utilităţi Publice (ANRSC) (Autoridade Nacional para a Regulação dos Serviços Comunitátios de Utilidade Pública)

Autoritatea Națională Sanitară Veterinară și pentru Siguranța Alimentelor (Autoridade Nacional de Saúde Veterinária e de Segurança dos Alimentos)
Autoritatea Națională pentru Protecția Consumatorilor (Autoridade Nacional para a Defesa dos Consumidores)
Autoritatea Navală Română (Autoridade Naval Romena)
Autoritatea Feroviară Română (Autoridade Ferroviária Romena)
Autoritatea Rutieră Română (ARR) (Autoridade Rodoviária Romena)
Autoritatea Naţională pentru Protecţia Drepturilor Copilului-şi Adopţie (Autoridade Nacional para a Proteção dos Direitos da Criança e Adoção)
Autoritatea Națională pentru Persoanele cu Handicap (Autoridade Nacional para as Pessoas com Deficiência)
Autoritatea Naţională pentru Tineret (Autoridade Nacional para a Juventude)
Autoritatea Naţională pentru Cercetare Stiinţifica (Autoridade Nacional para a Investigação Científica)
Autoritatea Naţională pentru Comunicaţii (Autoridade Nacional para as Comunicações)
Autoritatea Naţională pentru Serviciile Societăţii Informaţionale (Autoridade Nacional para os Serviços da Sociedade da Informação)
Autoritatea Electorala Permanenta (Autoridade Eleitoral Permanente)
Agenția pentru Strategii Guvernamentale (Agência para as Estratégias Governamentais)
Agenția Națională a Medicamentului (Agência Nacional dos Medicamentos)
Agenția Națională pentru Sport (Agência Nacional para o Desporto)
Agenția Națională pentru Ocuparea Forței de Muncă (Agência Nacional para o Emprego)
Agenţia Naţională de Reglementare în Domeniul Energiei (Autoridade Nacional para a Regulação da Energia Elétrica)
Agenția Română pentru Conservarea Energiei (Agência Romena para a Conservação da Energia)

Agenția Națională pentru Resurse Minerale (Agência Nacional dos Recursos Minerais)
Agenția Română pentru Investiții Străine (Agência Romena do Investimentos Estrangeiro)
Agenția Națională a Funcționarilor Publici (Agência Nacional dos Funcionários Públicos)
Agenția Națională de Administrare Fiscală (Agência Nacional da Administração Fiscal)
Agenţia de Compensare pentru Achiziţii de Tehnică Specială (Agência para a Compensação dos Contratos Técnicos Especiais)
Agenţia Naţională Anti-doping (Agência Nacional Antidopagem)
Agenţia Nucleară (Agência Nuclear)
Agenţia Naţională pentru Protecţia Familiei (Agência Nacional para a Proteção da Família)
Agenţia Naţională pentru Egalitatea de Sanse între Bărbaţi şi Femei (Autoridade Nacional para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres)
Agenţia Naţională pentru Protecţia Familiei (Agência Nacional para a Proteção da Família)
Agenţia naţională Antidrog (Agência Nacional Anti-Droga)

ESLOVÉNIA

1. Predsednik Republike Slovenije (Presidente da República da Eslovénia)
2. Državni zbor (Assembleia Nacional)
3. Državni svet (Conselho Nacional)
4. Varuh človekovih pravic (Provedor de Justiça)
5. Ustavno sodišče (Tribunal Constitucional)
6. Računsko sodišče (Tribunal de Contas)
7. Državna revizijska komisja (Comissão de Revisão Nacional)

8. Slovenska akademija znanosti in umetnosti (Academia Eslovena das Ciências e da Arte)
9. Vladne službe (Serviços Governamentais)
10. Ministrstvo za finance (Ministério das Finanças)
11. Ministrstvo za notranje zadeve (Ministério dos Assuntos Internos)
12. Ministrstvo za zunanje zadeve (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
13. Ministrstvo za obrambo (Ministério da Defesa)
14. Ministrstvo za pravosodje (Ministério da Justiça)
15. Ministrstvo za gospodarstvo (Ministério da Economia)
16. Ministrstvo za kmetijstvo, gozdarstvo in prehrano (Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação)
17. Ministrstvo za promet (Ministério dos Transportes)
18. Ministrstvo za okolje, prostor in energijo (Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)
19. Ministrstvo za delo, družino in socialne zadeve (Ministério do Trabalho, Família e Assuntos Sociais)
20. Ministrstvo za zdravje (Ministério da Saúde)
21. Ministrstvo za visoko šolstvo, znanost in tehnogijo (Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia)
22. Ministrstvo za kulturo (Ministério da Cultura)
23. Ministerstvo za javno upravo (Ministério da Administração Pública)
24. Vrhovno sodišče Republike Slovenije (Supremo Tribunal de Justiça da República da Eslovénia)
25. Višja sodišča (Tribunais Superiores)
26. Okrožna sodišča (Tribunais Distritais)
27. Okrajna sodišča (Tribunais Locais)

28. Vrhovno tožilstvo Republike Slovenije (Procurador Geral da República da Eslovénia)
29. Okrožna državna tožilstva (Procurador Distrital do Estado)
30. Družbeni pravobranilec Republike Slovenije (Advogado Social da República da Eslovénia)
31. Državno pravobranilstvo Republike Slovenije (Advogado Nacional da República da Eslovénia)
32. Upravno sodišče Republike Slovenije (Tribunal Administrativo da República da Eslovénia)
33. Senat za prekrške Republike Slovenije (Senado das Pequenas Infrações da República da Eslovénia)
34. Višje delovno in socialno sodišče v Ljubljani (Tribunal Superior do Trabalho e Assuntos Sociais)
35. Delovna sodišča (Tribunais do Trabalho)
36. Upravne enote (Unidades da Administração Local)

ESLOVÁQUIA

Ministérios e outras autoridades do Governo central referidas na Lei n.º 575/2001 Col. relativa à estrutura das atividades do Governo e das autoridades da administração central, na versão atualmente em vigor:

Ministerstvo hospodárstva Slovenskej republiky (Ministério da Economia da República Eslovaca)
Ministerstvo financií Slovenskej republiky (Ministério das Finanças da República Eslovaca)
Ministerstvo dopravy, výstavby a regionálneho rozvoja Slovenskej republiky (Ministério dos Transportes, da Construção e do Desenvolvimento Regional da República Eslovaca)
Ministerstvo pôdohospodárstva a rozvoja vidieka Slovenskej republiky (Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da República Eslovaca)
Ministerstvo vnútra Slovenskej republiky (Ministério do Interior da República Eslovaca)

Ministerstvo obrany Slovenskej republiky (Ministério da Defesa da República Eslovaca)
Ministerstvo spravodlivosti Slovenskej republiky (Ministério da Justiça da República Eslovaca)
Ministerstvo zahraničných vecí Slovenskej republiky (Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Eslovaca)
Ministerstvo práce, sociálnych vecí a rodiny Slovenskej republiky (Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais e Família da República Eslovaca)
Ministerstvo životného prostredia Slovenskej republiky (Ministério do Ambiente da República Eslovaca)
Ministerstvo školstva, vedy, výskumu a športu Slovenskej republiky (Ministério da Educação, Ciência, Investigação e Desporto da República Eslovaca)
Ministerstvo kultúry Slovenskej republiky (Ministério da Cultura da República Eslovaca)
Ministerstvo zdravotníctva Slovenskej republiky (Ministério da Saúde da República Eslovaca)
Úrad vlády Slovenskej republiky (Gabinete do Governo da República Eslovaca)
Protimonopolný úrad Slovenskej republiky (Gabinete Antimonopólio da República Eslovaca)
Štatistický úrad Slovenskej republiky (Serviço de Estatística da República Eslovaca),
Úrad geodézie, kartografie a katastra Slovenskej republiky (Departamento de Geodesia, Cartografia e Cadastro da República Eslovaca)
Úrad jadrového dozoru Slovenskej republiky (Autoridade Reguladora Nuclear da República Eslovaca)
Úrad pre normalizáciu, metrológiu a skúšobníctvo Slovenskej republiky (Serviço de Normalização, Metrologia e Teste da República Eslovaca)
Úrad pre verejné obstarávanie (Serviço dos Contratos Públicos)
Úrad priemyselného vlastníctva Slovenskej republiky (Serviço da Propriedade Industrial da República Eslovaca)

Správa štátnych hmotných rezerv Slovenskej republiky (Administração das Reservas de Materiais Estatais da República Eslovaca)
Národní bezpečnostní úřad (Autoridade de Segurança Nacional)
Kancelária Prezidenta Slovenskej republiky (Gabinete do Presidente da República Eslovaca)
Národná rada Slovenskej republiky (Conselho Nacional da República Eslovaca)
Ústavný súd Slovenskej republiky (Tribunal Constitucional da República Eslovaca)
Najvyšší súd Slovenskej republiky (Supremo Tribunal de Justiça da República Eslovaca)
Generálna prokuratúra Slovenskej republiky (Procuradoria Geral da República Eslovaca)
Najvyšší kontrolný úrad Slovenskej republiky (Supremo Tribunal de Contas da República Eslovaca)
Telekomunikačný úrad Slovenskej republiky (Serviço de Telecomunicações da República Eslovaca)
Poštový úrad (Autoridade Reguladora Postal)
Úrad na ochranu osobných údajov (Serviço para a Proteção dos Dados Pessoais)
Kancelária verejného ochrancu práv (Gabinete do Provedor de Justiça)
Úrad pre finančný trh (Gabinete para o Mercado Financeiro)

FINLÂNDIA

OIKEUSKANSLERINVIRASTO – JUSTITIEKANSLERSÄMBETET (GABINETE DO CHANCELER DE JUSTIÇA)
LIIKENNE- JA VIESTINTÄMINISTERIÖ – KOMMUNIKATIONSMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)
Viestintävirasto - Kommunikationsverket (Autoridade Reguladora das Comunicações Finlandesas)
Ajoneuvohallintokeskus AKE — fordonsförvaltningscentralen AKE (Administração de Veículos Finlandesa)**

Ilmailuhallinto – Luftfartsförvaltningen (Autoridade da Aviação Civil Finlandesa)

Ilmatieteen laitos – Meteorologiska institutet (Instituto Meterológico Finlandês)

Merenkulkulaitos – Sjöfartsverket (Administração Marítima Finlandesa)

Merentutkimuslaitos – Havsforskningsinstitutet (Instituto Finlandês de Investigação Marinha)

Ratahallintokeskus RHK – Banförvaltningscentralen RHK (Administração dos Caminhos de Ferro)

Rautatievirasto – Järnvägsverket (Agência dos Caminhos de Ferro Finlandeses)

Tiehallinto – Vägförvaltningen (Administração das Estradas)

MAA- JA METSÄTALOUSMINISTERIÖ – JORD- OCH SKOGSBRUKSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SILVICULTURA)

Elintarviketurvallisuusvirasto – Livsmedelssäkerhetsverket (Autoridade Finlandesa para a Segurança Alimentar)

Maanmittauslaitos – Lantmäteriverket (Registo Cadastral Nacional da Finlândia)

Maaseutuvirasto – Landsbygdsverket (Agência dos Assuntos Rurais)

OIKEUSMINISTERIÖ – JUSTITIEMINISTERIET (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)

Tietosuojavaltuutetun toimisto – Dataombudsmannens byrå (Provedoria para a Proteção de Dados)

Tuomioistuimet – domstolar (Tribunais de Justiça)

Korkein oikeus – Högsta domstolen (Supremo Tribunal de Justiça)

Korkein hallinto-oikeus – Högsta förvaltningsdomstolen (Supremo Tribunal Administrativo)

Hovioikeudet – hovrätter (Tribunais de Recurso)

Käräjäoikeudet – tingsrätter (Tribunais Distritais)

Hallinto-oikeudet – förvaltningsdomstolar (Tribunais Administrativos)

Markkinaoikeus – Marknadsdomstolen (Tribunal do Mercado)

Työtuomioistuin – Arbetsdomstolen (Tribunal do Trabalho)

Vakuutusoikeus – Försäkringsdomstolen (Tribunal dos Seguros)

Kuluttajariitalautakunta – Konsumenttvistenämnden (Serviço de Queixas dos Consumidores)

Vankeinhoitolaitos – Fångvårdsväsendet (Serviços Prisionais)
HEUNI – Yhdistyneiden Kansakuntien yhteydessä toimiva Euroopan kriminaalipolitiikan instituutti – HEUNI – Europeiska institutet för kriminalpolitik, verksamt i anslutning till Förenta Nationerna (Instituto Europeu para a Prevenção e Controlo da Criminalidade)
Konkurssiasiamiehen toimisto – Konkursombudsmannens byrå (Gabinete do Provedor de Falências) * *
Oikeushallinnon palvelukeskus – Justitieförvaltningens servicecentral (Serviço de Gestão Judiciária)**
Oikeushallinnon tietotekniikkakeskus – Justitieförvaltningens datateknikcentral (Centro Informático da Administração Judiciária)
Oikeuspoliittinen tutkimuslaitos (Optula) – Rättspolitiska forskningsinstitutet (Instituto de Investigação Político-Jurídica)
Oikeusrekisterikeskus – Rättsregistercentralen (Centro de Registo Legal)
Onnettomuustutkintakeskus – Centralen för undersökning av olyckor (Serviço para a Investigação de Acidentes)
Rikosseuraamusvirasto – Brottspåföljdsverket (Agência de Sanções Criminais)
Rikosseuraamusalan koulutuskeskus – Brottspåföljdsområdets utbildningscentral (Instituto de Formação para Serviços Prisionais e de Liberdade Condicional)
Rikoksentorjuntaneuvosto Rådet för brottsförebyggande (Conselho Nacional para a Prevenção da Criminalidade)
Saamelaiskäräjät – Sametinget (Saami - Parlamento)
Valtakunnansyyttäjänvirasto – Riksåklagarämbetet (Gabinete do Procurador Geral)
OPETUSMINISTERIÖ – UNDERVISNINGSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)
Opetushallitus – Utbildningsstyrelsen (Conselho Nacional da Educação)
Valtion elokuvatarkastamo – Statens filmgranskningsbyrå (Gabinete Nacional de Classificação dos Filmes)

PUOLUSTUSMINISTERIÖ – FÖRSVARSMINISTERIET (MINISTÉRIO DA DEFESA)

Puolustusvoimat – Försvarsmakten (Forças Armadas)

SISÄASIAINMINISTERIÖ – INRIKESMINISTERIET (MINISTÉRIO DO INTERIOR)

Keskusrikospoliisi – Centralkriminalpolisen (Polícia Criminal Central)

Liikkuva poliisi – Rörliga polisen (Polícia de Trânsito)

Rajavartiolaitos – Gränsbevakningsväsendet (Guarda de Fronteira)

Suojelupoliisi – Skyddspolisen (Proteção Policial)

Poliisiammattikorkeakoulu – Polisyrkeshögskolan (Academia da Polícia)

Poliisin tekniikkakeskus – Polisens teknikcentral (Centro Técnico da Polícia)

Pelastusopisto — räddningsverket (Serviços de Proteção Civil)

Hätäkeskuslaitos – Nödcentralsverket (Centro de Controlo de Emergências)

Maahanmuuttovirasto – Migrationsverket (Autoridade da Imigração)

Sisäasiainhallinnon palvelukeskus – Inrikesförvaltningens servicecentral (Serviço da Administração Interna)

Helsingin kihlakunnan poliisilaitos – Polisinrättningen i Helsingfors (Departamento da Polícia de Helsínquia)

Valtion turvapaikanhakijoiden vastaanottokeskukset – Statliga förläggningar för asylsökande (Centros de Acolhimento para Candidatos a Asilo)

SOSIAALI- JA TERVEYSMINISTERIÖ – SOCIAL- OCH HÄLSOVÅRDSMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA SAÚDE)

Työttömyysturvalautakunta – Besvärsnämnden för utkomstskyddsärenden (Serviço de Recurso do Subsídio de Desemprego)

Sosiaaliturvan muutoksenhakulautakunta – Besvärsnämnden för socialtrygghet (Tribunal de Recurso)

Lääkelaitos – Läkemedelsverket (Agência dos Medicamentos)

Terveydenhuollon oikeusturvakeskus – Rättsskyddscentralen för hälsovården (Instituto de Medicina Legal)
Säteilyturvakeskus – Strålsäkerhetscentralen (Autoridade para a Radioproteção e Segurança Nuclear)
Kansanterveyslaitos – Folkhälsoinstitutet (Instituto Nacional de Saúde Pública)
Lääkehoidon kehittämiskeskus ROHTO – Utvecklingscentralen för läkemedelsbe-handling (Centro para o Desenvolvimento de Farmacoterapia ROHTO)
Sosiaali- ja terveydenhuollon tuotevalvontakeskus – Social- och hälsovårdens produkttill-synscentral (Centro de Controlo de Produtos no domínio Social e da Saúde SSTV)
Sosiaali- ja terveysalan tutkimus- ja kehittämiskeskus Stakes – Forsknings- och utvecklingscentralen för social- och hälsovården Stakes (Centro de Investigação e Desenvolvimento no domínio Social e da Saúde STAKES)
TYÖ- JA ELINKEINOMINISTERIÖ – ARBETS- OCH NÄRINGSMINISTERIET
MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA ECONOMIA
Kuluttajavirasto – Konsumentverket (Instituto de Defesa do Consumidor)
Kilpailuvirasto – Konkurrensverket (Autoridade da Concorrência)
Patentti- ja rekisterihallitus – Patent- och registerstyrelsen (Instituto Nacional de Registos e Patentes)
Valtakunnansovittelijain toimisto – Riksförlikningsmännens byrå (Gabinete Nacional de Conciliação)
Työneuvosto – Arbetsrådet (Conselho do Trabalho)
Energiamarkkinavirasto − Energimarknadsverket (Autoridade do Mercado Energético)
Geologian tutkimuskeskus – Geologiska forskningscentralen (Centro de Investigação Geológica)
Huoltovarmuuskeskus – Försörjningsberedskapscentralen (Agência de Segurança Alimentar)
Kuluttajatutkimuskeskus – Konsumentforskningscentralen (Serviço Nacional de Investigação do Consumidor)

Matkailun edistämiskeskus (MEK) – Centralen för turistfrämjande (Serviço Nacional do Turismo)
Mittatekniikan keskus (MIKES) – Mätteknikcentralen (Centro de Metrologia e Acreditação)
Tekes - teknologian ja innovaatioiden kehittämiskeskus −Tekes - utvecklingscentralen för teknologi och innovationer (Agência de Desenvolvimento para a Tecnologia e a Inovação)
Turvatekniikan keskus (TUKES) – Säkerhetsteknikcentralen (Autoridade de Tecnologia da Segurança)
Valtion teknillinen tutkimuskeskus (VTT) – Statens tekniska forskningscentral (Serviço Nacional de Investigação Técnica VTT)
Syrjintälautakunta – Nationella diskrimineringsnämnden (Tribunal Nacional da Discriminação)
Vähemmistövaltuutetun toimisto – Minoritetsombudsmannens byrå (Gabinete do Provedor para as Minorias)
ULKOASIAINMINISTERIÖ – UTRIKESMINISTERIET (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)
VALTIONEUVOSTON KANSLIA – STATSRÅDETS KANSLI (GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO)
VALTIOVARAINMINISTERIÖ – FINANSMINISTERIET (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS)
Valtiokonttori – Statskontoret (Tesouraria do Estado)
Verohallinto – Skatteförvaltningen (Administração Fiscal)
Tullilaitos – Tullverket (Algândegas)
Tilastokeskus – Statistikcentralen (Serviço Nacional de Estatística)
Valtiontaloudellinen tutkimuskeskus – Statens ekonomiska forskiningscentral (Instituto Nacional da Investigação Económica)
Väestörekisterikeskus – Befolkningsregistercentralen (Centro de Registo da População)

YMPÄRISTÖMINISTERIÖ – MILJÖMINISTERIET (MINISTÉRIO DO AMBIENTE)

Suomen ympäristökeskus - Finlands miljöcentral (Instituto Finlandês do Ambiente)

Asumisen rahoitus- ja kehityskeskus – Finansierings- och utvecklingscentralen för boendet (Centro para o Financiamento e Desenvolvimento da Habitação)

VALTIONTALOUDEN TARKASTUSVIRASTO – STATENS REVISIONSVERK (TRIBUNAL NACIONAL DE CONTAS)

SUÉCIA

Academia Real de Belas Artes	Akademien för de fria konsterna
Conselho de Defesa do Consumidor	Allmänna reklamationsnämnden
Tribunal do Trabalho	Arbetsdomstolen
Serviço de Emprego	Arbetsförmedlingen
Instituto Nacional dos Empregadores do Estado	Arbetsgivarverk, statens
Instituto da Vida Ativa	Arbetslivsinstitutet
Autoridade para as Condições Laborais	Arbetsmiljöverket
Fundo Nacional de Heranças	Arvsfondsdelegationen
Museu da Arquitetura	Arkitekturmuseet
Arquivo Nacional de Som e Imagem	Ljud och bildarkiv, statens
Provedoria dos Direitos da Criança	Barnombudsmannen
Conselho de Avaliação Tecnológica nos Cuidados de Saúde	Beredning för utvärdering av medicinsk metodik, statens
Biblioteca Real	Kungliga Biblioteket
Comissão Nacional de Classificação dos Filmes	Biografbyrå, statens
Dicionário da Biografia Sueca	Biografiskt lexikon, svenskt
Instituto de Contabilidade	Bokföringsnämnden

Serviço de Registo das Empresas	Bolagsverket
Instituto Nacional de Crédito à Habitação	Bostadskreditnämnd, statens (BKN)
Instituto Nacional da Habitação	Boverket
Conselho para a Prevenção da Criminalidade	Brottsförebyggande rådet
Autoridade de Apoio às Vítimas de Crimes	Brottsoffermyndigheten
Serviço Nacional de Apoio ao Estudante	Centrala studiestödsnämnden
Inspeção de Dados	Datainspektionen
Ministérios (Departamentos Governamentais)	Departementen
Administração dos Tribunais	Domstolsverket
Conselho de Segurança da Energia Elétrica	Elsäkerhetsverket
Inspeção dos Mercados Energéticos	Energimarknadsinspektionen
Instituto de Crédito à Exportação	Exportkreditnämnden
Conselho de Política Financeira	Finanspolitiska rådet
Inspeção de Finanças	Finansinspektionen
Instituto das Pescas	Fiskeriverket
Instituto Nacional de Saúde Pública	Folkhälsoinstitut, statens
Conselho de Investigação para o Ambiente, Ciências Agrícolas e Ordenamento Territorial (Formas)	Forskningsrådet för miljö, areella näringar och samhällsbyggande, Formas
Administração Nacional das Fortificações	Fortifikationsverket
Instituto de Mediação Nacional	Medlingsinstitutet
Administração do Material de Defesa	Försvarets materielverk
Instituto de Radiodifusão da Defesa	Försvarets radioanstalt
Museus Nacionais de História Militar	Försvarshistoriska museer, statens
Escola Superior de Defesa	Försvarshögskolan
Forças Armadas	Försvarsmakten
Instituto de Segurança Social	Försäkringskassan

Investigação Geológica da Suécia	Geologiska undersökning, Sveriges
Instituto Nacional Geotécnico	Geotekniska institut, statens
Agência de Desenvolvimento Rural	Glesbygdsverket
Instituto Gráfico e Instituto Superior de Formação em Comunicação e Publicidade	Grafiska institutet och institutet för högre kommunikations- och reklamutbildning
Instituto de Controlo da Rádio e Televisão	Granskningsnämnden för Radio och TV
Conselho de Cultura e Tempos Livres da Marinha Mercante	Handelsflottans kultur- och fritidsråd
Provedor para as Pessoas com Deficiência	Handikappombudsmannen
Comissão Nacional para a Investigação de Acidentes	Haverikommission, statens
Tribunais de Recurso (6)	Hovrätterna (6)
Comissões Regionais de Arbitragem de Arrendamento (12)	Hyres- och arendenämnder (12)
Comité de Responsabilidade Médica	Hälso- och sjukvårdens ansvarsnämnd
Agência para o Ensino Superior	Högskoleverket
Supremo Tribunal de Justiça	Högsta domstolen
Instituto Nacional de Medicina Ambiental Psicossocial	Institut för psykosocial miljömedicin, statens
Instituto para Estudos sobre o Crescimento Económico e Regional	Institut för tillväxtpolitiska studier
Insituto de Física Espacial	Institutet för rymdfysik
Gabinete dos Programas Internacionais para o Ensino e a Formação	Internationella programkontoret för utbildningsområdet
Comissariado para as Migrações	Migrationsverket
Agência Nacional da Agricultura	Jordbruksverk, statens
Chancelaria da Justiça	Justitiekanslern
Provedoria para a Igualdade de Oportunidades	Jämställdhetsombudsmannen
Agência Nacional de Serviços Jurídicos, Financeiros e Administrativos	Kammarkollegiet
Tribunais Administrativos de Recurso (4)	Kammarrätterna (4)

Inspeção de Produtos Químicos	Kemikalieinspektionen
Direção Nacional do Comércio	Kommerskollegium
Agência Nacional para os Sistemas de Inovação	Verket för innovationssystem (VINNOVA)
Instituto Nacional da Investigação Económica	Konjunkturinstitutet
Autoridade da Concorrência	Konkurrensverket
Escola de Belas Artes	Konstfack
Escola Superior de Belas Artes	Konsthögskolan
Museu Nacional	Nationalmuseum
Comissão de Apoio aos Artistas	Konstnärsnämnden
Conselho Nacional das Artes	Konstråd, statens
Conselho de Defesa do Consumidor	Konsumentverket
Laboratório Nacional de Polícia Científica	Kriminaltekniska laboratorium, statens
Serviço de Prisões e Liberdade Condicional	Kriminalvården
Comissão das Prisões e Liberdade Condicional	Kriminalvårdsnämnden
Autoridade Nacional de Cobrança Executiva	Kronofogdemyndigheten
Conselho Nacional para os Assuntos Culturais	Kulturråd, statens
Guarda Costeira	Kustbevakningen
Serviço de topografia cadastral	Lantmäteriverket
Museu Militar	Livrustkammaren/Skoklosters slott/ Hallwylska museet
Instituto Nacional da Alimentação	Livsmedelsverk, statens
Inspeção dos Jogos de Azar	Lotteriinspektionen
Agência Nacional dos Medicamentos	Läkemedelsverket
Tribunais Administrativos Regionais (24)	Länsrätterna (24)
Governos Civis (24)	Länsstyrelserna (24)
Serviço Nacional de Pensões	Pensionsverk, statens

Tribunal do Mercado	Marknadsdomstolen
Instituto Meteorológico e Hidrológico Sueco	Meteorologiska och hydrologiska institut, Sveriges
Museu de Arte Moderna	Moderna museet
Coleções Nacionais de Música	Musiksamlingar, statens
Autiridade para a Coordenação das Políticas em matéria de Deficiência	Myndigheten för handikappolitisk samordning
Autoridade para as Redes e a Cooperação no Ensino Superior	Myndigheten för nätverk och samarbete inom högre utbildning
Comissão para o apoio estatal às comunidades religiosas	Nämnden för statligt stöd till trossamfun
Museu Real de Ciências Naturais	Naturhistoriska riksmuseet
Administração Sueca de Proteção do Ambiente	Naturvårdsverket
Instituto Nórdico de Estudos Africanos	Nordiska Afrikainstitutet
Escola Superior Nórdica de Saúde Pública	Nordiska högskolan för folkhälsovetenskap
Serviço Notarial	Notarienämnden
Autoridade Sueca para Adoções Internacionais	Myndigheten för internationella adoptionsfrågor
Agência Sueca para o Crescimento Económico e Regional (NUTEK)	Verket för näringslivsutveckling (NUTEK)
Provedoria contra a Discriminação Étnica	Ombudsmannen mot etnisk diskriminering
Tribunal de Recurso de Patentes	Patentbesvärsrätten
Serviço das Patentes e Registos	Patent- och registreringsverket
Registo Civil	Personadressregisternämnd statens, SPAR-nämnden

Secretariado da Investigação Polar	Polarforskningssekretariatet
Conselho de Apoio à Imprensa	Presstödsnämnden
Conselho do Fundo Social Europeu na Suécia	Rådet för Europeiska socialfonden i Sverige
Autoridade Sueca da Rádio e Televisão	Radio- och TV-verket
Departamentos do Governo	Regeringskansliet
Supremo Tribunal Administrativo	Regeringsrätten
Direção Nacional do Património	Riksantikvarieämbetet
Arquivos Nacionais	Riksarkivets
Banco da Suécia	Riksbanken
Serviços Administrativos do Parlamento	Riksdagsförvaltningen
Provedoria Parlamentar	Riksdagens ombudsmän, JO
Auditores Parlamentares	Riksdagens revisorer
Serviço Nacional da Dívida	Riksgäldskontoret
Serviço Nacional da Polícia	Rikspolisstyrelsen
Serviço Nacional de Auditoria	Riksrevisionen
Serviço das Exposições Itinerantes	Riksutställningar, Stiftelsen
Direção Nacional das Atividades	Espaciais
Rymdstyrelsen Conselho para a Vida Ativa e a Investigação Social	Forskningsrådet för arbetsliv och socialvetenskap
Conselho Nacional dos Serviços de Emergência	Räddningsverk, statens
Autoridade de Assistência Jurídica	Rättshjälpsmyndigheten
Instituto de Medicina Legal	Rättsmedicinalverket
Direção das Escolas da Lapónia	Sameskolstyrelsen och sameskolor
Escolas da Lapónia	
Administração Marítima da Suécia	Sjöfartsverket

Museus Nacionais da Marinha	Maritima muséer, statens
Comissão da Segurança e Proteção da Integridade	Säkerhets- och intregritetsskyddsnämnden
Agência dos Impostos	Skatteverket
Direção-Geral das Florestas	Skogsstyrelsen
Serviço Nacional de Educação	Skolverk, statens
Instituto para o Controlo das Doenças Infecciosas	Smittskyddsinstitutet
Serviço Nacional de Saúde e Bem-Estar Social	Socialstyrelsen
Inspeção de Produtos Explosivos e Inflamáveis	Sprängämnesinspektionen
Instituto Nacional de Estatística	Statistiska centralbyrån
Agência para o Desenvolvimento Administrativo	Statskontoret
Autoridade da Radioproteção	Strålsäkerhetsmyndigheten
Serviço da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Styrelsen för internationellt utvecklings-samarbete, SIDA
Direção Nacional da Defesa Psicológica	Styrelsen för psykologiskt försvar
Instituto para a Acreditação e Controlo Técnico	Styrelsen för ackreditering och teknisk kontroll
Instituto Sueco	Svenska Institutet, stiftelsen
Biblioteca de Livros Gravados e de Publicações em Braille	Talboks- och punktskriftsbiblioteket
Tribunais distritais e municipais (97)	Länsrätterna (97)
Comité para a Nomeação de Juízes	Tjänsteförslagsnämnden för domstolsväsendet
Comissão de Recrutamento das Forças Armadas	Totalförsvarets pliktverk
Instituto Sueco de Investigação da Defesa	Totalförsvarets forskningsinstitut
Alfândegas da Suécia	Tullverket
Comissão Nacional do Turismo	Turistdelegationen

Comissão Nacional para a Juventude	Ungdomsstyrelsen
Universidades e Estabelecimentos do Ensino Superior	Universitet och högskolor
Comité de Recurso para Estrangeiros	Utlänningsnämnden
Instituto Nacional para o Controlo e Certificação das Sementes	Utsädeskontroll, statens
Direção-Geral de Estradas	Vägverket
Instituto Nacional da Água e do Saneamento	Vatten- och avloppsnämnd, statens
Agência para o Ensino Superior	Verket för högskoleservice (VHS)
Agência para o Desenvolvimento Económico e Regional	Verket för näringslivsutveckling (NUTEK)
Conselho da Investigação Sueco	Vetenskapsrådet
Instituto Nacional de Medicina Veterinária	Veterinärmedicinska anstalt, statens
Instituto Nacional de Investigação Rodoviária e dos Transportes	Väg- och transportforskningsinstitut, statens
Conselho Nacional para as Variedades Vegetais	Växtsortnämnd, statens
Procuradoria Geral	Åklagarmyndigheten
Autoridade de Preparação para Situações de Crise	Krisberedskapsmyndigheten
Comissão de Recurso contra a Constituição de Júris	Överklagandenämnden för nämndemanna-uppdrag

REINO UNIDO

Cabinet Office

Office of the Parliamentary Counsel

Central Office of Information

Charity Commission

Crown Estate Commissioners (Vote Expenditure Only)

Crown Prosecution Service

Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform

- Competition Commission
- Gas and Electricity Consumers' Council
- Office of Manpower Economics

Department for Children, Schools and Families

Department of Communities and Local Government

- Rent Assessment Panels

Department for Culture, Media and Sport

- British Library
- British Museum
- Commission for Architecture and the Built Environment
- The Gambling Commission
- Historic Buildings and Monuments Commission for England (English Heritage)
- Imperial War Museum
- Museums, Libraries and Archives Council
- National Gallery
- National Maritime Museum
- National Portrait Gallery
- Natural History Museum
- Science Museum
- Tate Gallery
- Victoria and Albert Museum
- Wallace Collection

Department for Environment, Food and Rural Affairs

- Agricultural Dwelling House Advisory Committees
- Agricultural Land Tribunals
- Agricultural Wages Board and Committees

- Cattle Breeding Centre
- Countryside Agency
- Plant Variety Rights Office
- Royal Botanic Gardens, Kew
- Royal Commission on Environmental Pollution

Department of Health

- Dental Practice Board
- National Health Service Strategic Health Authorities
- NHS Trusts
- Prescription Pricing Authority

Department for Innovation, Universities and Skills

- Higher Education Funding Council for England
- National Weights and Measures Laboratory
- Patent Office

Department for International Development

Department of the Procurator General and Treasury Solicitor

- Legal Secretariat to the Law Officers

Department for Transport

- Maritime and Coastguard Agency

Department for Work and Pensions

- Disability Living Allowance Advisory Board
- Independent Tribunal Service
- Medical Boards and Examining Medical Officers (War Pensions)
- Occupational Pensions Regulatory Authority
- Regional Medical Service
- Social Security Advisory Committee

Export Credits Guarantee Department

Foreign and Commonwealth Office

- Wilton Park Conference Centre

Government Actuary's Department

Government Communications Headquarters

Home Office

- HM Inspectorate of Constabulary

House of Commons

House of Lords

Ministry of Defence

- Defence Equipment & Support
- Meteorological Office

Ministry of Justice

- Boundary Commission for England
- Combined Tax Tribunal
- Council on Tribunals
- Court of Appeal - Criminal
- Employment Appeals Tribunal
- Employment Tribunals
- HMCS Regions, Crown, County and Combined Courts (England and Wales)
- Immigration Appellate Authorities
- Immigration Adjudicators
- Immigration Appeals Tribunal
- Lands Tribunal
- Law Commission
- Legal Aid Fund (England and Wales)

- Office of the Social Security Commissioners
- Parole Board and Local Review Committees
- Pensions Appeal Tribunals
- Public Trust Office
- Supreme Court Group (England and Wales)
- Transport Tribunal

The National Archives

National Audit Office

National Savings and Investments

National School of Government

Northern Ireland Assembly Commission

Northern Ireland Court Service

- Coroners Courts
- County Courts
- Court of Appeal and High Court of Justice in Northern Ireland
- Crown Court
- Enforcement of Judgements Office
- Legal Aid Fund
- Magistrates' Courts
- Pensions Appeals Tribunals

Northern Ireland, Department for Employment and Learning

Northern Ireland, Department for Regional Development

Northern Ireland, Department for Social Development

Northern Ireland, Department of Agriculture and Rural Development

Northern Ireland, Department of Culture, Arts and Leisure

Northern Ireland, Department of Education

Northern Ireland, Department of Enterprise, Trade and Investment

Northern Ireland, Department of the Environment

Northern Ireland, Department of Finance and Personnel

Northern Ireland, Department of Health, Social Services and Public Safety

Northern Ireland, Office of the First Minister and Deputy First Minister

Northern Ireland Office

- Crown Solicitor's Office
- Department of the Director of Public Prosecutions for Northern Ireland
- Forensic Science Laboratory of Northern Ireland
- Office of the Chief Electoral Officer for Northern Ireland
- Police Service of Northern Ireland
- Probation Board for Northern Ireland
- State Pathologist Service

Office of Fair Trading

Office for National Statistics

- National Health Service Central Register

Office of the Parliamentary Commissioner for Administration and Health Service Commissioners

Paymaster General's Office

Postal Business of the Post Office

Privy Council Office

Public Record Office

HM Revenue and Customs

- The Revenue and Customs Prosecutions Office

Royal Hospital, Chelsea

Royal Mint

Rural Payments Agency

Scotland, Auditor-General

Scotland, Crown Office and Procurator Fiscal Service

Scotland, General Register Office

Scotland, Queen's and Lord Treasurer's Remembrancer

Scotland, Registers of Scotland

The Scotland Office

The Scottish Ministers

- Architecture and Design Scotland
- Crofters Commission
- Deer Commission for Scotland
- Lands Tribunal for Scotland
- National Galleries of Scotland
- National Library of Scotland
- National Museums of Scotland
- Royal Botanic Garden, Edinburgh
- Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Scotland
- Scottish Further and Higher Education Funding Council
- Scottish Law Commission
- Community Health Partnerships
- Special Health Boards
- Health Boards
- The Office of the Accountant of Court
- High Court of Justiciary
- Court of Session
- HM Inspectorate of Constabulary
- Parole Board for Scotland

- Pensions Appeal Tribunals
- Scottish Land Court
- Sheriff Courts
- Scottish Police Services Authority
- Office of the Social Security Commissioners
- The Private Rented Housing Panel and Private Rented Housing Committees
- Keeper of the Records of Scotland

The Scottish Parliamentary Body Corporate

HM Treasury

- Office of Government Commerce
- United Kingdom Debt Management Office

The Wales Office (Office of the Secretary of State for Wales)

The Welsh Ministers

- Higher Education Funding Council for Wales
- Local Government Boundary Commission for Wales
- The Royal Commission on the Ancient and Historical Monuments of Wales
- Valuation Tribunals (Wales)
- Welsh National Health Service Trusts and Local Health Boards
- Welsh Rent Assessment Panels

Notas ao anexo 9-A:

1. A noção de "entidades adjudicantes dos Estados-Membros da União" cobre igualmente qualquer entidade subordinada de qualquer autoridade contratante de um Estado-Membro da União, desde que a entidade subordinada não possua personalidade jurídica distinta.

2. No que respeita aos contratos celebrados por entidades no domínio da defesa e segurança, só são abrangidos os materiais não sensíveis e não militares incluídos na lista constante do anexo 9-D.

ANEXO 9-B

ENTIDADES A NÍVEL SUBCENTRAL
QUE CELEBRAM CONTRATOS PÚBLICOS
NOS TERMOS DO PRESENTE ACORDO

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

Não aplicável para Singapura (Singapura não tem quaisquer administrações a nível subcentral).

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

Bens (especificados no anexo 9-D)	Limiar: 200 000 DSE
Serviços (especificados no anexo 9-E)	Limiar: 200 000 DSE
Obras (especificados no anexo 9-F)	Limiar: 5 000 000 DSE

1. Todas as autoridades adjudicantes regionais ou locais

Todas as autoridades adjudicantes das unidades administrativas, tal como definidas no Regulamento (CE) n.º 1059/2003 – Regulamento NUTS, na sua versão alterada[1].

Para efeitos do presente Acordo, entende-se por

– "autoridades adjudicantes regionais", as autoridades adjudicantes das unidades administrativas das NUTS 1 e 2, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 — regulamento NUTS, na sua versão alterada; e

– "autoridades adjudicantes locais", as autoridades adjudicantes das unidades administrativas da NUTS 3 e unidades administrativas mais pequenas, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 — regulamento NUTS, na sua versão alterada.

[1] Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS), JO L 154, 21.6.2003, na sua versão alterada.

2. Todas as autoridades adjudicantes que são organismos de direito público, tal como definidos na diretiva da União relativa aos contratos públicos[1]

Por "organismo de direito público" entende-se qualquer organismo:

– criado com o objetivo específico de satisfazer necessidades de interesse geral, sem caráter industrial ou comercial;

– dotado de personalidade jurídica; e

– cuja atividade seja financiada maioritariamente pelo Estado, pelas autarquias regionais ou locais ou por outros organismos de direito público ou cuja gestão esteja sujeita à supervisão desses organismos ou cujos órgãos de administração, direção ou fiscalização sejam compostos, em mais de metade, por membros designados pelo Estado, pelas autarquias regionais ou locais ou por outros organismos de direito público.

Em anexo, inclui-se uma lista indicativa de autoridades adjudicantes que são organismos de direito público.

[1] Para efeitos do presente anexo, a diretiva da União relativa aos contratos públicos refere-se à Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços, JO L 134 de 30.4.2004, na sua versão alterada.

Listas indicativas de autoridades adjudicantes que são organismos
de direito público, tal como definidos pela diretiva da União relativa aos contratos públicos

Bélgica

Organismos

A

– Agence fédérale pour l'Accueil des demandeurs d'Asile – Federaal Agentschap voor Opvang van Asielzoekers
– Agence fédérale pour la Sécurité de la Chaîne alimentaire – Federaal Agentschap voor de Veiligheid van de Voedselketen
– Agence fédérale de Contrôle nucléaire – Federaal Agentschap voor nucleaire Controle
– Agence wallonne à l'Exportation
– Agence wallonne des Télécommunications
– Agence wallonne pour l'Intégration des Personnes handicapées
– Aquafin
– Arbeitsamt der Deutschsprachigen Gemeinschaft
– Archives générales du Royaume et Archives de l'Etat dans les Provinces – Algemeen Rijksarchief en Rijksarchief in de Provinciën Astrid

B

– Banque nationale de Belgique – Nationale Bank van België
– Belgisches Rundfunk- und Fernsehzentrum der Deutschsprachigen Gemeinschaft
– Berlaymont 2000

– Bibliothèque royale Albert Ier – Koninklijke Bilbliotheek Albert I
– Bruxelles-Propreté – Agence régionale pour la Propreté – Net–Brussel – Gewestelijke Agentschap voor Netheid
– Bureau d'Intervention et de Restitution belge – Belgisch Interventie en Restitutiebureau
– Bureau fédéral du Plan – Federaal Planbureau

C

– Caisse auxiliaire de Paiement des Allocations de Chômage – Hulpkas voor Werkloosheidsuitkeringen
– Caisse de Secours et de Prévoyance en Faveur des Marins – Hulp en Voorzorgskas voor Zeevarenden
– Caisse de Soins de Santé de la Société Nationale des Chemins de Fer Belges – Kas der geneeskundige Verzorging van de Nationale Maatschappij der Belgische Spoorwegen
– Caisse nationale des Calamités – Nationale Kas voor Rampenschade
– Caisse spéciale de Compensation pour Allocations familiales en Faveur des Travailleurs occupés dans les Entreprises de Batellerie – Bijzondere Verrekenkas voor Gezinsvergoedingen ten Bate van de Arbeiders der Ondernemingen voor Binnenscheepvaart
– Caisse spéciale de Compensation pour Allocations familiales en Faveur des Travailleurs occupés dans les Entreprises de Chargement, Déchargement et Manutention de Marchandises dans les Ports, Débarcadères, Entrepôts et Stations (appelée habituellement “Caisse spéciale de Compensation pour Allocations familiales des Régions maritimes”) – Bijzondere Verrekenkas voor Gezinsvergoedingen ten Bate van de Arbeiders gebezigd door Ladings- en Lossingsondernemingen en door de Stuwadoors in de Havens, Losplaatsen, Stapelplaatsen en Stations (gewoonlijk genoemd „Bijzondere Compensatiekas voor Kindertoeslagen van de Zeevaartgewesten”)

– Centre d'Etude de l'Energie nucléaire – Studiecentrum voor Kernenergie
– Centre de recherches agronomiques de Gembloux
– Centre hospitalier de Mons
– Centre hospitalier de Tournai
– Centre hospitalier universitaire de Liège
– Centre informatique pour la Région de Bruxelles-Capitale – Centrum voor Informatica voor het Brusselse Gewest
– Centre pour l'Egalité des Chances et la Lutte contre le Racisme – Centrum voor Gelijkheid van Kansen en voor Racismebestrijding
– Centre régional d'Aide aux Communes
– Centrum voor Bevolkings- en Gezinsstudiën
– Centrum voor landbouwkundig Onderzoek te Gent
– Comité de Contrôle de l'Electricité et du Gaz – Contrôle comité voor Elekticiteit en Gas
– Comité national de l'Energie – Nationaal Comité voor de Energie
– Commissariat général aux Relations internationales
– Commissariaat-Generaal voor de Bevordering van de lichamelijke Ontwikkeling, de Sport en de Openluchtrecreatie
– Commissariat général pour les Relations internationales de la Communauté française de Belgique
– Conseil central de l'Economie – Centrale Raad voor het Bedrijfsleven
– Conseil économique et social de la Région wallonne
– Conseil national du Travail – Nationale Arbeidsraad
– Conseil supérieur de la Justice – Hoge Raad voor de Justitie
– Conseil supérieur des Indépendants et des petites et moyennes Entreprises – Hoge Raad voor Zelfstandigen en de kleine en middelgrote Ondernemingen
– Conseil supérieur des Classes moyennes
– Coopération technique belge – Belgische technische Coöperatie

D

– Dienststelle der Deutschprachigen Gemeinschaft für Personen mit einer Behinderung
– Dienst voor de Scheepvaart
– Dienst voor Infrastructuurwerken van het gesubsidieerd Onderwijs
– Domus Flandria

E

– Entreprise publique des Technologies nouvelles de l'Information et de la Communication de la Communauté française
– Export Vlaanderen

F

– Financieringsfonds voor Schuldafbouw en Eenmalige Investeringsuitgaven
– Financieringsinstrument voor de Vlaamse Visserij- en Aquicultuursector
– Fonds bijzondere Jeugdbijstand
– Fonds communautaire de Garantie des Bâtiments scolaires
– Fonds culturele Infrastructuur
– Fonds de Participation
– Fonds de Vieillissement – Zilverfonds
– Fonds d'Aide médicale urgente – Fonds voor dringende geneeskundige Hulp
– Fonds de Construction d'Institutions hospitalières et médico-sociales de la Communauté française
– Fonds de Pension pour les Pensions de Retraite du Personnel statutaire de Belgacom – Pensioenfonds voor de Rustpensioenen van het statutair Personeel van Belgacom
– Fonds des Accidents du Travail – Fonds voor Arbeidsongevallen
– Fonds d'Indemnisation des Travailleurs licenciés en cas de Fermeture d'Entreprises

– Fonds tot Vergoeding van de in geval van Sluiting van Ondernemingen ontslagen Werknemers
– Fonds du Logement des Familles nombreuses de la Région de Bruxelles-Capitale – Woningfonds van de grote Gezinnen van het Brusselse hoofdstedelijk Gewest
– Fonds du Logement des Familles nombreuses de Wallonie
– Fonds Film in Vlaanderen
– Fonds national de Garantie des Bâtiments scolaires – Nationaal Warborgfonds voor Schoolgebouwen
– Fonds national de Garantie pour la Réparation des Dégâts houillers – Nationaal Waarborgfonds inzake Kolenmijnenschade
– Fonds piscicole de Wallonie
– Fonds pour le Financement des Prêts à des Etats étrangers – Fonds voor Financiering van de Leningen aan Vreemde Staten
– Fonds pour la Rémunération des Mousses – Fonds voor Scheepsjongens
– Fonds régional bruxellois de Refinancement des Trésoreries communales – Brussels gewestelijk Herfinancieringsfonds van de gemeentelijke Thesaurieën
– Fonds voor flankerend economisch Beleid
– Fonds wallon d'Avances pour la Réparation des Dommages provoqués par des Pompages et des Prises d'Eau souterraine

G

– Garantiefonds der Deutschsprachigen Gemeinschaft für Schulbauten
– Grindfonds

H

– Herplaatsingfonds
– Het Gemeenschapsonderwijs
– Hulpfonds tot financieel Herstel van de Gemeenten

I

– Institut belge de Normalisation – Belgisch Instituut voor Normalisatie
– Institut belge des Services postaux et des Télécommunications – Belgisch Instituut voor Postdiensten en Telecommunicatie
– Institut bruxellois francophone pour la Formation professionnelle
– Institut bruxellois pour la Gestion de l'Environnement – Brussels Instituut voor Milieubeheer
– Institut d'Aéronomie spatiale – Instituut voor Ruimte aëronomie
– Institut de Formation permanente pour les Classes moyennes et les petites et moyennes Entreprises
– Institut des Comptes nationaux – Instituut voor de nationale Rekeningen
– Institut d'Expertise vétérinaire – Instituut voor veterinaire Keuring
– Institut du Patrimoine wallon
– Institut für Aus- und Weiterbildung im Mittelstand und in kleinen und mittleren Unternehmen
– Institut géographique national – Nationaal geografisch Instituut
– Institution pour le Développement de la Gazéification souterraine – Instelling voor de Ontwikkeling van ondergrondse Vergassing
– Institution royale de Messine – Koninklijke Gesticht van Mesen
– Institutions universitaires de droit public relevant de la Communauté flamande – Universitaire instellingen van publiek recht afangende van de Vlaamse Gemeenschap
– Institutions universitaires de droit public relevant de la Communauté française – Universitaire instellingen van publiek recht afhangende van de Franse Gemeenschap

– Institut national des Industries extractives – Nationaal Instituut voor de Extractiebedrijven
– Institut national de Recherche sur les Conditions de Travail – Nationaal Onderzoeksinstituut voor Arbeidsomstandigheden
– Institut national des Invalides de Guerre, anciens Combattants et Victimes de Guerre – Nationaal Instituut voor Oorlogsinvaliden, Oudstrijders en Oorlogsslachtoffers
– Institut national des Radioéléments – Nationaal Instituut voor Radio-Elementen
– Institut national pour la Criminalistique et la Criminologie – Nationaal Instituut voor Criminalistiek en Criminologie
– Institut pour l'Amélioration des Conditions de Travail – Instituut voor Verbetering van de Arbeidsvoorwaarden
– Institut royal belge des Sciences naturelles – Koninklijk Belgisch Instituut voor Natuurwetenschappen
– Institut royal du Patrimoine culturel – Koninklijk Instituut voor het Kunstpatrimonium
– Institut royal météorologique de Belgique – Koninklijk meteorologisch Instituut van België
– Institut scientifique de Service public en Région wallonne
– Institut scientifique de la Santé publique – Louis Pasteur – Wetenschappelijk Instituut Volksgezondheid - Louis Pasteur
– Instituut voor de Aanmoediging van Innovatie door Wetenschap en Technologie in Vlaanderen
– Instituut voor Bosbouw en Wildbeheer
– Instituut voor het archeologisch Patrimonium
– Investeringsdienst voor de Vlaamse autonome Hogescholen
– Investeringsfonds voor Grond- en Woonbeleid voor Vlaams-Brabant

J

– Jardin botanique national de Belgique – Nationale Plantentuin van België

K

– Kind en Gezin
– Koninklijk Museum voor schone Kunsten te Antwerpen

L

– Loterie nationale – Nationale Loterij

M

– Mémorial national du Fort de Breendonk – Nationaal Gedenkteken van het Fort van Breendonk
– Musée royal de l'Afrique centrale – Koninklijk Museum voor Midden- Afrika
– Musées royaux d'Art et d'Histoire – Koninklijke Musea voor Kunst en Geschiedenis
– Musées royaux des Beaux-Arts de Belgique – Koninklijke Musea voor schone Kunsten van België

O

– Observatoire royal de Belgique – Koninklijke Sterrenwacht van België
– Office central d'Action sociale et culturelle du Ministère de la Défense – Centrale Dienst voor sociale en culturele Actie van het Ministerie van Defensie
– Office communautaire et régional de la Formation professionnelle et de L'Emploi
– Office de Contrôle des Assurances – Controledienst voor de Verzekeringen
– Office de Contrôle des Mutualités et des Unions nationales de Mutualités – Controledienst voor de Ziekenfondsen en de Landsbonden van Ziekenfondsen
– Office de la Naissance et de l'Enfance
– Office de Promotion du Tourisme
– Office de Sécurité sociale d'Outre-Mer – Dienst voor de overzeese sociale Zekerheid

– Office for Foreign Investors in Wallonia
– Office national d'Allocations familiales pour Travailleurs salariés – Rijksdienst voor Kinderbijslag voor Werknemers
– Office national de Sécurité sociale des Administrations provinciales et locales – Rijksdienst voor sociale Zekerheid van de provinciale en plaatselijke Overheidsdiensten
– Office national des Vacances annuelles – Rijksdienst voor jaarlijkse Vakantie
– Office national du Ducroire – Nationale Delcrederedienst
– Office régional bruxellois de l'Emploi – Brusselse gewestelijke Dienst voor Arbeidsbemiddeling
– Office régional de Promotion de l'Agriculture et de l'Horticulture
– Office régional pour le Financement des Investissements communaux
– Office wallon de la Formation professionnelle et de l'Emploi
– Openbaar psychiatrisch Ziekenhuis-Geel
– Openbaar psychiatrisch Ziekenhuis-Rekem
– Openbare Afvalstoffenmaatschappij voor het Vlaams Gewest
– Orchestre national de Belgique – Nationaal Orkest van België
– Organisme national des Déchets radioactifs et des Matières fissiles – Nationale Instelling voor radioactief Afval en Splijtstoffen

P

– Palais des Beaux-Arts – Paleis voor schone Kunsten
– Participatiemaatschappij Vlaanderen
– Pool des Marins de la Marine marchande – Pool van de Zeelieden der Koopvaardij

R

– Radio et Télévision belge de la Communauté française
– Reproductiefonds voor de Vlaamse Musea

S

- Service d'Incendie et d'Aide médicale urgente de la Région de Bruxelles-Capitale – Brusselse hoofdstedelijk Dienst voor Brandweer en dringende medische Hulp
- Société belge d'Investissement pour les pays en développement – Belgische Investeringsmaatschappij voor Ontwinkkelingslanden
- Société d'Assainissement et de Rénovation des Sites industriels dans l'Ouest du Brabant wallon
- Société de Garantie régionale
- Sociaal economische Raad voor Vlaanderen
- Société du Logement de la Région bruxelloise et sociétés agréées –Brusselse Gewestelijke Huisvestingsmaatschappij en erkende maatschappijen
- Société publique d'Aide à la Qualité de l'Environnement
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires bruxellois
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Brabant wallon
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Hainaut
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires de Namur
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires de Liège
- Société publique d'Administration des Bâtiments scolaires du Luxembourg
- Société publique de Gestion de l'Eau
- Société wallonne du Logement et sociétés agréées
- Sofibail
- Sofibru
- Sofico

T

– Théâtre national
– Théâtre royal de la Monnaie – De Koninklijke Muntschouwburg
– Toerisme Vlaanderen
– Tunnel Liefkenshoek

U

– Universitair Ziekenhuis Gent

V

– Vlaams Commissariaat voor de Media
– Vlaamse Dienst voor Arbeidsbemiddeling en Beroepsopleiding
– Vlaams Egalisatie Rente Fonds
– Vlaamse Hogescholenraad
– Vlaamse Huisvestingsmaatschappij en erkende maatschappijen
– Vlaamse Instelling voor technologisch Onderzoek
– Vlaamse interuniversitaire Raad
– Vlaamse Landmaatschappij
– Vlaamse Milieuholding
– Vlaamse Milieumaatschappij
– Vlaamse Onderwijsraad
– Vlaamse Opera
– Vlaamse Radio- en Televisieomroep
– Vlaamse Reguleringsinstantie voor de Elektriciteit- en Gasmarkt
– Vlaamse Stichting voor Verkeerskunde
– Vlaams Fonds voor de Lastendelging
– Vlaams Fonds voor de Letteren

– Vlaams Fonds voor de sociale Integratie van Personen met een Handicap
– Vlaams Informatiecentrum over Land- en Tuinbouw
– Vlaams Infrastructuurfonds voor Persoonsgebonden Aangelegenheden
– Vlaams Instituut voor de Bevordering van het wetenschappelijk- en technologisch Onderzoek in de Industrie
– Vlaams Instituut voor Gezondheidspromotie
– Vlaams Instituut voor het Zelfstandig ondernemen
– Vlaams Landbouwinvesteringsfonds
– Vlaams Promotiecentrum voor Agro- en Visserijmarketing
– Vlaams Zorgfonds
– Vlaams Woningsfonds voor de grote Gezinnen

Bulgária

Organismos

– Икономически и социален съвет (Conselho Económico e Social)
– Национален осигурителен институт (Instituto Nacional de Segurança Social)
– Национална здравноосигурителна каса (Fundo Nacional de Seguro de Doença)
– Български червен кръст (Cruz Vermelha Búlgara)
– Българска академия на науките (Academia Búlgara das Ciências)
– Национален център за аграрни науки (Centro Nacional de Ciência Agrária)
– Български институт за стандартизация (Instituto Búlgaro de Normalização)
– Българско национално радио (Rádio Nacional Búlgara)
– Българска национална телевизия (Televisão Nacional Búlgara)

Categorias

Empresas estatais na aceção do artigo 62(3) da Търговския закон (обн., ДВ, бр.48/18.6.1991):

– Национална компания "Железопътна инфраструктура"
– ДП “Пристанищна инфраструктура”
– ДП “Ръководство на въздушното движение”
– ДП "Строителство и възстановяване"
– ДП "Транспортно строителство и възстановяване"
– ДП "Съобщително строителство и възстановяване"
– ДП "Радиоактивни отпадъци"
– ДП "Предприятие за управление на дейностите по опазване на околната среда"
– ДП "Български спортен тотализатор"
– ДП "Държавна парично-предметна лотария"
– ДП "Кабиюк", Шумен
– ДП "Фонд затворно дело"
– Държавни дивечовъдни станции (Centros estatais de criação de caça em cativeiro)

Universidades do Estado, criadas em conformidade com o artigo 13 da Закона за висшето образование (обн., ДВ, бр.112/27.12.1995):

– Аграрен университет — Пловдив (Universidade de Agronomia — Plovdiv)
– Академия за музикално, танцово и изобразително изкуство — Пловдив (Academia de Música, Dança e Belas-Artes — Plovdiv)
– Академия на Министерството на вътрешните работи

- Великотърновски университет "Св. св. Кирил и Методий" (Universidade de S. Cirilo e S. Metódio de Veliko Tarnovo)
- Висше военноморско училище "Н. Й. Вапцаров" – Варна (Academia Naval "N. Y. Vaptsarov" – Varna)
- Висше строително училище "Любен Каравелов" – София (Escola Superior de Engenharia Civil "Lyuben Karavelov" — Sófia)
- Висше транспортно училище "Тодор Каблешков" — София (Escola Superior de Transportes "Todor Kableshkov" — Sófia)
- Военна академия "Г. С. Раковски" – София (Academia Militar "G. S. Rakovski" – Sófia)
- Национална музикална академия "Проф. –Панчо владигеров" – София (Academia de Música "Prof. Pancho Vladigerov" – Sófia)
- Икономически университет — Варна (Universidade de Econonomia — Varna)
- Колеж по телекомуникации и пощи – София (Colégio dos Correios e Telecomunicações – Sófia)
- Лесотехнически университет - София (Universidade de Ciências Florestais – Sófia)
- Медицински университет "Проф. д-р Параскев Иванов Стоянов" – Варна (Universidade de Medicina "Prof. Dr. Paraskev Stoyanov" – Varna)
- Медицински университет – Плевен (Universidade de Medicina — Pleven)
- Медицински университет – Пловдив (Universidade de Medicina — Plovdiv)
- Медицински университет – София (Universidade de Medicina – Sófia)
- Минно-геоложки университет "Св. Иван Рилски" – София (Universidade de Minas e Geologia "St. Ivan Rilski" – Sófia)
- Национален военен университет "Васил Левски" – Велико Търново (Universidade Militar Nacional "Vasil Levski" — Veliko Tarnovo)

- Национална академия за театрално и филмово изкуство “Кръстьо Сарафов” – София (Academia Nacional de Teatro e Cinema “Krasyo Sarafov” — Sófia)
- Национална спортна академия “Васил Левски” – София (Academia Nacional de Desporto “Vasil Levski” – Sófia)
- Национална художествена академия – София (Academia Nacional de Artes – Sófia)
- Пловдивски университет “Паисий Хилендарски” (Universidade “Paisiy Hilendarski” de Plovdiv)
- Русенски университет “Ангел Кънчев” (Universidade “Angel Kanchev” de Ruse)
- Софийски университет "Св. Климент Охридски” (Universidade “St. Kliment Ohridski” de Sófia)
- Специализирано висше училище по библиотекознание и информационни технологии – София (Escola Superior de Biblioteconomia e Tecnologias da Informação – Sófia)
- Стопанска академия "Д. А. Ценов” – Свищов (Academia de Economia “D. A. Tsenov” – Svishtov)
- Технически университет – Варна (Universidade Técnica – Varna)
- Технически университет – Габрово (Universidade Técnica – Gabrovo)
- Технически университет – София (Universidade Técnica – Sófia)
- Тракийски университет - Стара Загора (Universidade da Trácia – Stara Zagora)
- Университет "Проф. д-р Асен Златаров" – Бургас (Universidade "Prof. Dr. Asen Zlatarov" – Burgas)
- Университет за национално и световно стопанство — София (Universidade de Economia Nacional e Mundial — Sófia)
- Университет по архитектура, строителство и геодезия – София (University of Architecture, Civil Engineering and Geodesy – Sofia)
- Университет по хранителни технологии — Пловдив (Universidade de Tecnologias Alimentares – Plovdiv)

– Химико-технологичен и металургичен университет — София (Universidade de Tecnologia Química e Metalurgia – Sófia)
– Шуменски университет “Епископ Константин Преславски” (Universidade “Konstantin Preslavski” de Shumen)
– Югозападен университет “Неофит Рилски” — Благоевград (Universidade do Sudoeste “Neofit Rilski” — Blagoevgrad)

Escolas públicas e municipais na aceção da Закона за народната просвета (обн., ДВ, бр. 86/18.10.1991)

Institutos culturais na aceção da Закона за закрила и развитие на културата (обн., ДВ, бр.50/1.6.1999):
– Народна библиотека "Св. св. Кирил и Методий” (Biblioteca Nacional “S. Cirilo e S. Metódio”)
– Българска национална фонотека (Fonoteca Nacional Búlgara)
– Българска национална филмотека (Cinemateca Nacional Búlgara)
– Национален фонд “Култура” (Fundo Nacional “Cultura”)
– Национален институт за паметниците на културата (Instituto Nacional dos Monumentos Históricos)
– Театри (Teatros)
– Опери, филхармонии и ансамбли (Óperas, orquestras filarmónicas e ensembles)
– Музеи и галерии (Museus e galerias)
– Училища по изкуствата и културата (Escolas de arte e cultura)
– Български културни институти в чужбина (Institutos búlgaros de cultura no estrangeiro)

Instituições médicas estatais e/ou municipais referidas no artigo 3(1) da Закона за лечебните заведения (обн., ДВ, бр.62/9.7.1999)

Instituições médicas referidas no artigo 5(1) da Закона за лечебните заведения (обн., ДВ, бр.62/9.7.1999):

- Домове за медико-социални грижи за деца (Instituições de assistência médica e social para a infância)
- Лечебни заведения за стационарна психиатрична помощ (Instituições médicas de cuidados psiquiátricos hospitalares)
- Центрове за спешна медицинска помощ (Centros de assistência médica de emergência)
- Центрове за трансфузионна хематология (Centros de hematologia e transfusões)
- Болница "лозенец" (Hospital "Lozenets")
- Военномедицинска академия (Academia Médica Militar)
- Медицински институт на Министерство на вътрешните работи (Instituto Médico do Ministério do Interior)
- Лечебни заведения към Министерството на правосъдието (Instituições médicas do Ministério da Justiça)
- Лечебни заведения към Министерството на транспорта (Instituições médicas do Ministério dos Transportes)

Pessoas coletivas de caráter não comercial criadas para satisfazer necessidades de interesse geral nos termos da Закона за юридическите лица с нестопанска цел (обн., ДВ, бр.81/6.10.2000), que cumpram os requisitos estabelecidos em §1, item 21, da Закона за обществените поръчки (обн., ДВ, бр. 28/6.4.2004).

República Checa

– Pozemkový fond e outros fundos estatais
– Česká národní banka
– Česká televize
– Český rozhlas
– Rada pro rozhlasové a televizní vysílaní
– Všeobecná zdravotní pojišťovna České republiky
– Zdravotní pojišťovna ministerstva vnitra ČR
– Universidades

e outras entidades jurídicas, instituídas por um ato especial, que, em conformidade com as regras orçamentais, funcionam com verbas provenientes do orçamento do Estado, fundos públicos, contribuições de instituições internacionais, verbas provenientes dos orçamentos distritais ou dos orçamentos de divisões territoriais autónomas.

Dinamarca

Organismos

– Danmarks Radio
– Det landsdækkende TV2
– Danmarks Nationalbank
– Sund og Bælt Holding A/S

– A/S Storebælt
– A/S Øresund
– Øresundskonsortiet
– Metroselskabet I/S
– Arealudviklingsselskabet I/S
– Statens og Kommunernes Indkøbsservice
– Arbejdsmarkedets Tillægspension
– Arbejdsmarkedets Feriefond
– Lønmodtagernes Dyrtidsfond
– Naviair

Categorias

– De Almene Boligorganisationer (Organizações para a habitação social)
– Andre forvaltningssubjekter (Outras entidades administrativas)
– Universiteterne, jf. lovbekendtgørelse nr. 1368 af 7. december 2007 af lov om universiteter (Universidades, ver lei de consolidação n.º 1368, de 7 de dezembro de 2007, sobre as universidades)

Alemanha

Categorias

Pessoas coletivas de direito público

As autoridades, estabelecimentos e fundações de direito público criados por autoridades federais, estaduais ou locais, nomeadamente nos seguintes domínios:

(1) Autoridades

– Wissenschaftliche Hochschulen und verfasste Studentenschaften (Estabelecimentos de ensino superior científicos e associações de estudantes dotadas de estatutos),
– berufsständige Vereinigungen (Rechtsanwalts-, Notar-, Steuerberater-, Wirtschaftsprüfer-, Architekten-, Ärzte- und Apothekerkammern) – [associações profissionais (ordens dos advogados, dos notários, dos consultores fiscais, dos auditores, dos arquitetos, dos médicos e dos farmacêuticos)],
– Wirtschaftsvereinigungen (Landwirtschafts-, Handwerks-, Industrie- und Handelskammern, Handwerksinnungen, Handwerkerschaften) – [associações empresariais (confederações dos agricultores, câmaras de artes e ofícios, câmaras da indústria e do comércio, corporações de artes e ofícios, associações de artes e ofícios)],
– Sozialversicherungen (Krankenkassen, Unfall- und Rentenversicherungsträger) – [segurança social (caixas de previdência, companhias de seguros de acidentes e de reforma)],

– kassenaerztliche Vereinigungen (associações de médicos das caixas de previdência),
– Genossenschaften und Verbaende (cooperativas e associações).

(2) Estabelecimentos e fundações

As entidades sem caráter industrial ou comercial, sujeitas ao controlo do Estado e que atuam no interesse geral, nomeadamente nos seguintes domínios:

– Rechtsfähige Bundesanstalten –(serviços federais com personalidade jurídica),
– Versorgungsanstalten und Studentenwerke – (serviços de assistência social e serviços sociais universitários),
– Kultur-, Wohlfahrts- und Hilfsstiftungen – (fundações culturais, de beneficência e de apoio).

Pessoas coletivas de direito privado

Estabelecimentos sem caráter industrial ou comercial, sujeitos ao controlo do Estado e que atuam no interesse geral, incluindo kommunale Versorgungsunternehmen (serviços públicos municipais):

– Gesundheitswesen (Krankenhäuser, Kurmittelbetriebe, medizinische Forschungseinrichtungen, Untersuchungs- und Tierkörperbeseitigungsanstalten) – [setor da saúde (hospitais, estabelecimentos de tratamento termal, instituições de investigação médica, laboratórios de análise ou de esquartejamento)],

– Kultur (öffentliche Bühnen, Orchester, Museen, Bibliotheken, Archive, zoologische und botanische Gärten) – [cultura (teatros, orquestras, museus, bibliotecas, arquivos e jardins zoológicos e botânicos do domínio público)],

– Soziales (Kindergärten, Kindertagesheime, Erholungseinrichtungen, Kinder- und Jugendheime, Freizeiteinrichtungen, Gemeinschafts- und Bürgerhäuser, Frauenhäuser, Altersheime, Obdachlosenunterkünfte) – [setor da assistência social (creches, infantários, casas de repouso, lares para crianças e jovens, centros de animação dos tempos livres, centros socioculturais, lares de mulheres vítimas de violência, lares para a terceira idade, alojamento de pessoas sem abrigo)],

– Sport (Schwimmbäder, Sportanlagen und -einrichtungen) – [desporto (piscinas, complexos e centros desportivos)],

– Sicherheit (Feuerwehren, Rettungsdienste) – [segurança (bombeiros, serviços de socorro)],

– Bildung (Umschulungs-, Aus-, Fort- und Weiterbildungseinrichtungen, Volksschulen) – [formação (centros de reconversão, de formação complementar e contínua, universidades populares)],

– Wissenschaft, Forschung und Entwicklung (Großforschungseinrichtungen, wissenschaftliche Gesellschaften und Vereine, Wissenschaftsförderung) – [ciência, investigação e desenvolvimento (centros de investigação de grande dimensão, sociedades e associações científicas, promoção da ciência)],

– Entsorgung (Straßenreinigung, Abfall- und Abwasserbeseitigung – [eliminação de resíduos (limpeza viária, eliminação dos resíduos e das águas residuais)]

– Bauwesen und Wohnungswirtschaft (Stadtplanung, Stadtentwicklung, Wohnungsunternehmen, soweit im Allgemeininteresse tätig, Wohnraumvermittlung) – [engenharia civil e habitação (planeamento urbano, desenvolvimento urbano, empresas de construção que atuam no interesse geral e serviços de mediação imobiliária)],

– Wirtschaft (Wirtschaftsförderungsgesellschaften) – (economia: sociedades de promoção da economia),

– Friedhofs- und Bestattungswesen (administração de cemitérios e cerimónias fúnebres),

– Zusammenarbeit mit den Entwicklungsländern (Finanzierung, technische Zusammenarbeit, Entwicklungshilfe, Ausbildung) – [cooperação com os países em desenvolvimento (financiamento, cooperação técnica, ajuda ao desenvolvimento, formação)].

Estónia

– Eesti Kunstiakadeemia;
– Eesti Muusika- ja Teatriakadeemia;
– Eesti Maaülikool;
– Eesti Teaduste Akadeemia;

– Eesti Rahvusringhaaling;
– Tagatisfond;
– Kaitseliit;
– Keemilise ja Bioloogilise Füüsika Instituut;
– Eesti Haigekassa;
– Eesti Kultuurkapital;
– Notarite Koda;
– Rahvusooper Estonia;
– Eesti Rahvusraamatukogu;
– Tallinna Ülikool;
– Tallinna Tehnikaülikool;
– Tartu Ülikool;
– Eesti Advokatuur;
– Audiitorkogu;
– Eesti Töötukassa;
– Eesti Arengufond;

Categorias

Outras pessoas coletivas de direito público ou pessoas coletivas de direito privado em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.7.2007, 15, 76).

Irlanda

Organismos

– Enterprise Ireland [Marketing, technology and enterprise development]
– Forfás [Policy and advice for enterprise, trade, science, technology and innovation]
– Industrial Development Authority
– FÁS [Industrial and employment training]
– Health and Safety Authority
– Bord Fáilte Éireann – [Tourism development]
– CERT [Training in hotel, catering and tourism industries]
– Irish Sports Council
– National Roads Authority
– Údarás na Gaeltachta – [Authority for Gaelic speaking regions]
– Teagasc [Agricultural research, training and development]
– An Bord Bia – [Food industry promotion]
– Irish Horseracing Authority
– Bord na gCon – [Greyhound racing support and development]
– Marine Institute
– Bord Iascaigh Mhara – [Fisheries Development]
– Equality Authority
– Legal Aid Board
– Forbas [Forbairt]

Categorias

– Serviços de saúde
– Hospitais e instituições semelhantes de caráter público
– Comités do ensino profissional
– Colégios e instituições de ensino de caráter público
– Conselhos centrais e regionais das pescas
– Organismos regionais de turismo
– Organismos nacionais de regulamentação e de recurso, por exemplo dos setores das telecomunicações, da energia, do urbanismo, etc.
– Agências criadas para desempenhar funções específicas ou responder às necessidades em diversos setores públicos [por exemplo, Healthcare Materials Management Board, Health Sector Employers Agency, Local Government Computer Services Board, Environmental Protection Agency, National Safety Council, Institute of Public Administration, Economic and Social Research Institute, National Standards Authority, etc.)
– Outros organismos públicos abrangidos pela definição de organismo regido pelo direito público.

Grécia

Categorias

a) Empresas públicas e entidades públicas.

b) Pessoas coletivas de direito privado pertencentes ao Estado ou regularmente subvencionadas, ao abrigo das disposições aplicáveis, por recursos estatais em pelo menos 50 % do seu orçamento anual, ou em que o Estado detém pelo menos 51 % do capital social.

c) Pessoas coletivas de direito privado pertencentes a pessoas coletivas de direito público, a autarquias locais de todos os níveis, incluindo à União Central das Autarquias Locais da Grécia (Κ.Ε.Δ.Κ.Ε.), a associações locais de municípios ou a empresas e entidades públicas, ou às pessoas coletivas referidas na alínea b), ou regularmente subvencionadas, ao abrigo das disposições aplicáveis ou dos seus próprios estatutos, por tais pessoas coletivas em pelo menos 50 % do seu orçamento anual, ou em que as pessoas coletivas acima referidas detêm pelo menos 51 % do capital social dessas pessoas coletivas de direito público.

Espanha

Categorias

– Organismos e entidades de direito público sujeitos à Ley 30/2007, de 30 de octubre, de Contratos del sector público, — [legislação em matéria de contratos de direito público do Estado espanhol] –, em conformidade com o seu artigo 3.º, com exceção dos que fazem parte da Administración General del Estado, da Administración de las Comunidades Autónomas e das Corporaciones Locales.

– Entidades Gestoras y los Servicios Comunes de la Seguridad Social.

França

Organismos

– Compagnies et établissements consulaires, chambres de commerce et d'industrie (CCI), chambres des métiers et chambres d'agriculture.

Categorias

(1) Organismos públicos nacionais:

– Académie des Beaux-arts
– Académie française
– Académie des inscriptions et belles-lettres
– Académie des sciences
– Académie des sciences morales et politiques
– Banque de France
– Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement
– Ecoles d'architecture
– Imprimerie Nationale
– Institut national de la consommation
– Reunion des musées nationaux
– Thermes nationaux – Aix-les-Bains
– Ecole Technique professionelle agricole et forestière de Meymac (Corrèze)
– Ecole de Sylviculture de Crogny
– Ecole de Viticulture et d'œnologie de la Tour Blanche (Gironde)
– Agrupamentos de interesse público; exemplos:
    – Agence EduFrance
    – ODIT France (observation, développement et ingénierie touristique)
    – Agence nationale de lutte contre l'illettrisme

(2) Organismos públicos regionais, departamentais ou locais de caráter administrativo:

– Collèges
– Lycées
– Etablissements publics locaux d'enseignement et de formation professionnelle agricole
– Etablissements publics hospitaliers (par exemple: l'Hôpital Départemental Dufresne-Sommeiller)
– Offices publics de l'habitat

(3) Agrupamentos de coletividades territoriais:

– Etablissements publics de coopération intercommunale
– Institutions interdépartementales et interrégionales
– Syndicat des transports d'Ile-de-France

Itália

Organismos

– Società Stretto di Messina S.p.A.
– Mostra d'oltremare S.p.A.
– Ente nazionale per l'aviazione civile - ENAC
– Società nazionale per l'assistenza al volo S.p.A. - ENAV
– ANAS S.p.A

Categorias

- Consorzi per le opere idrauliche (Consórcios para obras hidráulicas)
- Università statali, gli istituti universitari statali, i consorzi per i lavori interessanti le università (Universidades do Estado, institutos universitários do Estado, consórcios para obras relativas a universidades)
- Istituzioni pubbliche di assistenza e di beneficenza (Instituições públicas de assistência e de beneficência)
- Istituti superiori scientifici e culturali, osservatori astronomici, astrofisici, geofisici o vulcanologici (Institutos superiores científicos e culturais, observatórios astronómicos, astrofísicos, geofísicos ou vulcanológicos)
- Enti di ricerca e sperimentazione (entidades de investigação e de ensaio)
- Enti che gestiscono forme obbligatorie di previdenza e di assistenza (Entidades gestoras de sistemas obrigatórios de previdência e assistência)
- Consorzi di bonifica (consórcios de saneamento)
- Enti di sviluppo o di irrigazione (entidades de desenvolvimento ou de irrigação)
- Consorzi per le aree industriali (consórcios para zonas industriais)
- Enti preposti a servizi di pubblico interesse (entidades que prestam serviços de interesse público)
- Enti pubblici preposti ad attività di spettacolo, sportive, turistiche e del tempo libero (entidades públicas encarregues de atividades de espectáculos, desporto, turismo e tempos livres)
- Enti culturali e di promozione artistica (entidades culturais e de promoção artística)

Chipre

– Αρχή Ραδιοτηλεόρασης Κύπρου
– Επιτροπή Κεφαλαιαγοράς Κύπρου
– Επίτροπος Ρυθμίσεως Ηλεκτρονικών Επικοινωνιών και Ταχυδρομείων
– Ρυθμιστική Αρχή Ενέργειας Κύπρου
– Εφοριακό Συμβούλιο
– Συμβούλιο Εγγραφής και Ελέγχου Εργοληπτών
– Ανοικτό Πανεπιστήμιο Κύπρου
– Πανεπιστήμιο Κύπρου
– Τεχνολογικό Πανεπιστήμιο Κύπρου
– Ένωση Δήμων
– Ένωση Κοινοτήτων
– Αναπτυξιακή Εταιρεία Λάρνακας
– Ταμείο Κοινωνικής Συνοχής
– Ταμείο Κοινωνικών Ασφαλίσεων
– Ταμείο Πλεονάζοντος Προσωπικού
– Κεντρικό Ταμείο Αδειών
– Αντιναρκωτικό Συμβούλιο Κύπρου
– Ογκολογικό Κέντρο της Τράπεζας Κύπρου
– Οργανισμός Ασφάλισης Υγείας
– Ινστιτούτο Γενετικής και Νευρολογίας
– Κεντρική Τράπεζα της Κύπρου
– Χρηματιστήριο Αξιών Κύπρου
– Οργανισμός Χρηματοδοτήσεως Στέγης
– Κεντρικός Φορέας Ισότιμης Κατανομής Βαρών

- Ίδρυμα Κρατικών Υποτροφιών Κύπρου
- Κυπριακός Οργανισμός Αγροτικών Πληρωμών
- Οργανισμός Γεωργικής Ασφάλισης
- Ειδικό Ταμείο Ανανεώσιμων Πηγών Ενέργειας και Εξοικονόμησης Ενέργειας
- Συμβούλιο Ελαιοκομικών Προϊόντων
- Οργανισμός Κυπριακής Γαλακτοκομικής Βιομηχανίας
- Συμβούλιο Αμπελοοινικών Προϊόντων
- Συμβούλιο Εμπορίας Κυπριακών Πατατών
- Ευρωπαϊκό Ινστιτούτο Κύπρου
- Ραδιοφωνικό Ίδρυμα Κύπρου
- Οργανισμός Νεολαίας Κύπρου
- Κυπριακόν Πρακτορείον Ειδήσεων
- Θεατρικός Οργανισμός Κύπρου
- Κυπριακός Οργανισμός Αθλητισμού
- Αρχή Ανάπτυξης Ανθρώπινου Δυναμικού Κύπρου
- Αρχή Κρατικών Εκθέσεων Κύπρου
- Ελεγκτική Υπηρεσία Συνεργατικών Εταιρειών
- Κυπριακός Οργανισμός Τουρισμού
- Κυπριακός Οργανισμός Αναπτύξεως Γης
- Συμβούλια Αποχετεύσεων (esta categoria refere-se a Συμβούλια Αποχετεύσεων que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no Αποχετευτικών Συστημάτων Νόμου Ν.1(Ι) de 1971)
- Συμβούλια Σφαγείων (esta categoria refere-se a Κεντρικά και Κοινοτικά Συμβούλια Σφαγείων gerido pelas autoridades locais, que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no Σφαγείων Νόμου Ν.26(Ι) de 2003)

– Σχολικές Εφορείες (esta categoria refere-se a Σχολικές Εφορείες que foi criado e funciona em conformidade com o disposto no Σχολικών Εφορειών Νόμου N.108 de 2003)
– Ταμείο Θήρας
– Κυπριακός Οργανισμός Διαχείρισης Αποθεμάτων Πετρελαιοειδών
– Ίδρυμα Τεχνολογίας Κύπρου
– Ίδρυμα Προώθησης Έρευνας
– Ίδρυμα Ενέργειας Κύπρου
– Ειδικό Ταμείο Παραχώρησης Επιδόματος Διακίνησης Αναπήρων
– Ταμείο Ευημερίας Εθνοφρουρού
– Ίδρυμα Πολιτισμού Κύπρου

Letónia

– Sujeitos de direito privado que fazem aquisições de acordo com "Publisko iepirkumu likuma prasībām"

Lituânia

– Estabelecimentos de investigação e ensino (instituições de ensino superior, estabelecimentos de investigação científica, parques de investigação e tecnologia, assim como outros estabelecimentos e instituições, cuja atividade se inscreve na avaliação ou organização da investigação e do ensino)
– Estabelecimentos de ensino (estabelecimentos de ensino superior, estabelecimentos de ensino superior profissional, escolas de educação geral, estabelecimentos pré-escolares, instituições informais de ensino, instituições de ensino especial e outros estabelecimentos)

– Estabelecimentos de cultura (teatros, museus, bibliotecas e outros estabelecimentos)
– Estabelecimentos nacionais do sistema de saúde lituano (estabelecimentos de proteção sanitária individuais, estabelecimentos públicos de proteção sanitária, estabelecimentos de atividades farmacêuticas e outros estabelecimentos de cuidados de saúde, etc.)
– Instituições de cuidados sociais
– Instituições de cultura física e de desportos (clubes desportivos, escolas de desporto, centros desportivos, instalações desportivas e outros estabelecimentos)
– Estabelecimentos do sistema de defesa nacional
– Estabelecimentos de proteção do ambiente
– Estabelecimentos que asseguram a segurança pública e ordem pública
– Estabelecimentos do sistema de proteção civil e salvamento
– Prestadores de serviços de turismo (centros de informação de turismo e outros estabelecimentos que prestam serviços de turismo)
– Outras pessoas públicas e privadas em conformidade com as condições previstas no artigo 4.º, n.º 2, da lei sobre contratos públicos (“Valstybės žinios” (Jornal Oficial) N.º 84-2000, 1996; N.º 4-102, 2006).

Luxemburgo

– Établissements publics de l'État placés sous la surveillance d'un membre du gouvernement:
– Fonds d'Urbanisation et d'Aménagement du Plateau de Kirchberg
– Fonds de Rénovation de Quatre Ilôts de la Vieille Ville de Luxembourg
– Fonds Belval
– Établissements publics placés sous la surveillance des communes.
– Syndicats de communes créés en vertu de la loi du 23 février 2001 concernant les syndicats de communes.

Hungria

Organismos

– Egyes költségvetési szervek (certos organismos orçamentais)
– Az elkülönített állami pénzalapok kezelője (organismos de gestão dos fundos estatais separados)
– A közalapítványok (fundações públicas)
– A Magyar Nemzeti Bank
– A Magyar Nemzeti Vagyonkezelő Zrt.
– A Magyar Fejlesztési Bank Részvénytársaság
– A Magyar Távirati Iroda Részvénytársaság
– A közszolgálati műsorszolgáltatók (serviços públicos de radiodifusão)
– Azok a közműsor-szolgáltatók, amelyek működését többségi részben állami, illetve önkormányzati költségvetésből finanszírozzák (serviços públicos de radiodifusão maioritariamente financiados pelo orçamento público)
– Az Országos Rádió és Televízió Testület

Categorias

– Organizações estabelecidas para satisfazer especificamente necessidades de interesse geral com caráter não industrial ou comercial e controladas por entidades públicas, ou financiadas, maioritariamente, por entidades públicas (a partir do orçamento público)

– Organizações estabelecidas por uma lei que determina as suas obrigações públicas e o seu funcionamento, e controladas por entidades públicas, ou financiadas, maioritariamente, por entidades públicas (a partir do orçamento público)
– Organizações estabelecidas por entidades públicas para realizar determinadas atividades básicas, e controladas pelas entidades públicas

Malta

– Uffiċċju tal-Prim Ministru (Gabinete do Primeiro-Ministro)
  – Kunsill Malti Għall-Iżvilupp Ekonomiku u Soċjali (Conselho para o Desenvolvimento Económico e Social)
  – Awtorità tax-Xandir (Autoridade de Radiodifusão)
  – Industrial Projects and Services Ltd.
  – Kunsill ta' Malta għax-Xjenza u Teknoloġija (Conselho da Ciência e Tecnologia)
– Ministeru tal-Finanzi (Ministério das Finanças)
  – Awtorità għas-Servizzi Finanzjarji ta' Malta (Autoridade dos Serviços Financeiros de Malta)
  – Borża ta' Malta (Bolsa de Malta)
  – Awtorità dwar Lotteriji u l-Loghob (Autoridade das Lotarias e do Jogo)
  – Awtorità tal-Istatistika ta' Malta (Autoridade das Estatísticas de Malta)
  – Sezzjoni ta’ Konformità mat-Taxxa (Unidade de Conformidade Fiscal)
– Ministeru tal-Ġustizzja u l-Intern (Ministério da Justiça e Assuntos Internos)
  – Ċentru Malti tal-Arbitraġġ (Centro de Arbitragem de Malta)
  – Kunsilli Lokali (Municípios)

- Ministeru ta' l-Edukazzjoni, Żgħażagħ u Impjiegi (Ministério da Educação, Juventude e Emprego)
  - Junior College
  - Kulleġġ Malti għall-Arti, Xjenza u Teknoloġija (Escola Superior de Artes, Ciência e Tecnologia de Malta)
  - Università` ta' Malta (Universidade de Malta)
  - Fondazzjoni għall-Istudji Internazzjonali (Fundação para Estudos Internacionais)
  - Fondazzjoni għall-Iskejjel ta' Għada (Fundação para as Escolas de Amanhã)
  - Fondazzjoni għal Servizzi Edukattivi (Fundação para os Serviços Educativos)
  - Korporazzjoni tal-Impjieg u t-Taħriġ (Organismo para o Emprego e a Formação)
  - Awtorità` tas-Saħħa u s-Sigurtà (Autoridade da Medicina do Trabalho e da Segurança)
  - Istitut għal Studji Turistiċi (Instituto para Estudos do Turismo)
  - Kunsill Malti għall-Isport
  - Bord tal-Koperattivi (Conselho de Cooperativas)
  - Pixxina Nazzjonali tal-Qroqq (Piscina Nacional tal-Qroqq)
- Ministeru tat-Turiżmu u Kultura (Ministério do Turismo e Cultura)
  - Awtorità Maltija-għat-Turiżmu (Autoridade do Turismo de Malta)
  - Heritage Malta
  - Kunsill Malti għall-Kultura u l-Arti (Conselho Nacional da Cultura e das Artes)
  - Ċentru għall-Kreativita fil-Kavallier ta' San Ġakbu (Centro Creativo de St. James Cavalier)
  - Orkestra Nazzjonali (Orquestra Nacional)
  - Teatru Manoel (Teatro Manoel)

- Ċentru tal- Konferenzi tal-Mediterran (Centro Mediterrâneo de Conferências)
- Ċentru Malti għar-Restawr (Centro Maltês para a Restauração)
- Sovrintendenza tal-Patrimonju Kulturali (Superintendência do Património Cultural)
- Fondazzjoni Patrimonju Malti

– Ministeru tal-Kompetittività u l-Komunikazzjoni (Ministério da Concorrência e Comunicações)
  - Awtorità` ta' Malta dwar il-Komuikazzjoni (Autoridade das Comunicações de Malta)
  - Awtorità` ta' Malta dwar l-Istandards (Autoridade da Normalização de Malta)
– Ministeru tar-Riżorsi u l-Infrastruttura (Ministério dos Recursos e Infraestruturas)
  - Awtorità` ta' Malta dwar ir-Riżorsi (Autoridade de Recursos de Malta)
  - Kunsill Konsultattiv dwar l-Industrija tal-Bini (Conselho Consultivo da Indústria da Construção)
– Ministeru għal Għawdex (Ministério para a ilha de Gozo)
– Ministeru tas-Saħħa, l-Anzjani u Kura fil-Komunità (Ministério da Saúde, Idosos e Assistência)
– Fondazzjoni għas-Servizzi Mediċi (Fundação para os Serviços Médicos)
– Sptar Zammit Clapp (Hospital Zammit Clapp)
– Sptar Mater Dei (Hospital Mater Dei)
– Sptar Monte Carmeli (Hospital Monte Carmeli)
– Awtorità` dwar il-Mediċini (Autoridade de Medicamentos)
  - Kumitat tal-Welfare (Comité da Segurança Social)
– Ministeru għall-Investimenti, Industrija u Teknologija ta' Informazzjoni (Ministério do Investimento, Indústria e Tecnologia da Informação)
  - Laboratorju Nazzjonali ta' Malta (Laboratório Nacional de Malta)
  - MGI/Mimcol

  - Gozo Channel Co. Ltd.
  - Kummissjoni dwar il-Protezzjoni tad-Data (Comissão de Proteção de Dados)
  - MITTS
  - Sezzjoni tal-Privatizzazzjoni (Unidade da Privatização)
  - Sezzjoni għan-Negozjati Kollettivi (Unidade da Negociação Coletiva)
  - Malta Enterprise
  - Parques industriais de Malta
- Ministeru għall-Affarijiet Rurali u l-Ambjent (Ministério dos Assuntos Rurais e do Ambiente)
  - Awtorità ta' Malta għall-Ambjent u l-Ippjanar (Autoridade do Ambiente e Planeamento de Malta)
  - Wasteserv Malta Ltd.
- Ministeru għall-Iżvilupp Urban u Toroq (Ministério do Desenvolvimento Urbano e das Estradas)
- Ministeru għall-Familja u Solidarjetà Socjali (Ministério da Família e Solidariedade Social)
  - Awtorità tad-Djar (Autoridade da Habitação).
  - Fondazzjoni għas-Servizzi Soċjali (Fundação dos Serviços da Segurança Social).
  - Sedqa.
  - Appoġġ.
  - Kummissjoni Nazzjonali Għal Persuni b'Diżabilità (Comissão Nacional de Pessoas com Deficiência)
  - Sapport
- Ministeru għall-Affarijiet Barranin (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
  - Istitut Internazzjonali tal-Anzjani (Instituto Internacional para o Envelhecimento)

Países Baixos

Organismos

- Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties (Ministério do Interior)
  - Nederlands Instituut voor brandweer EN rampenbestrijding (Instituto para os Bombeiros e o Combate às Situações de Emergência dos Países Baixos) (NIBRA)
  - Nederlands mesa brandweer examens (Comissão para o Exame dos Bombeiros dos Países Baixos) (NBBE)
  - Landelijk Selectie- en Opleidingsinstituut Politie (Instituto Nacional para a Seleção e Educação da Polícia) (LSOP)
  - 25 afzonderlijke politieregio's — (25 regiões policiais individuais)
  - Stichting ICTU (Fundação ICTU)
  - Voorziening tot samenwerking Politie Nederland (Serviço para a Cooperação Policial dos Países Baixos)
- Ministerie van Economische Zaken (Ministério da Economia)
  - Stichting Syntens – (Syntens)
  - Van Swinden Laboratorium B.V. – (Laboratório NMi van Swinden)
  - Nederlands Meetinstituut B.V. – (Instituto de Metrologia e Tecnologia)
  - Nederland Instituut voor Vliegtuigontwikkeling en Ruimtevaart (NIVR) (Agência para os Programas Aeroespaciais dos Países Baixos)
  - Nederlands Bureau voor Toerisme en Congressen (Direção do Turismo e Convenções dos Países Baixos)

- - Samenwerkingsverband Noord Nederland (SNN) (Organismo cooperativo dos governos provinciais do norte dos Países Baixos)
  - Ontwikkelingsmaatschappij Oost Nederland N.V.(Oost N.V.) (Agência de Desenvolvimento do leste dos Países Baixos)
  - LIOF (Empresa de desenvolvimento do investimento de Limburgo, LIOF)
  - Noordelijke Ontwikkelingsmaatschappij (NOM) (Agência de Desenvolvimento do Norte - NOM)
  - Brabantse Ontwikkelingsmaatschappij (BOM) (Agência de Desenvolvimento de Brabante - BOM)
  - Onafhankelijke Post en Telecommunicatie Autoriteit (Opta) (Autoridade Independente dos Correios e Telecomunicações)
  - Centraal Bureau voor de Statistiek (CBS) (Serviço Central de Estatística)
  - Energieonderzoek Centrum Nederland (ECN) (Centro de Investigação Energética dos Países Baixos)
  - Stichting PUM (Programma Uitzending Managers) [Fundação PUM (Programa de Destacamento de Gestores)]
  - Stichting Kenniscentrum Maatschappelijk Verantwoord Ondernemen (Fundação Centro de Conhecimentos Especializados) (MVO)
  - Kamer van Koophandel Nederland (Câmara de Comércio dos Países Baixos)
- Ministério das Finanças
  - De Nederlandse Bank N.V. (Banco Central dos Países Baixos)
  - Autoriteit Financiële Markten (Autoridade para os Mercados Financeiros)
  - Pensioen- & Verzekeringskamer (Autoridade de Supervisão das Pensões e Seguros)

- Ministério da Justiça
  - Stichting Reclassering Nederland (SRN) (Fundação de Reabilitação dos Países Baixos)
  - Stichting VEDIVO – (Fundação VEDIVO, Associação de Gestores no domínio da Tutela Familiar)
  - Voogdij- en gezinsvoogdij instellingen (Instituições de Tutela e de Tutela Familiar)
  - Stichting Halt Nederland (SHN) (Fundação Netherlands Halt - a alternativa)
  - Particuliere Internaten (Internatos Privados)
  - Particuliere Jeugdinrichtingen (Estabelecimentos Penitenciários para Delinquentes Juvenis)
  - Schadefonds Geweldsmisdrijven (Fundo de Indemnização para Crimes Violentos)
  - Centraal orgaan Opvang Asielzoekers (COA) (Agência para a Receção de Candidatos a Asilo)
  - Landelijk Bureau Inning Onderhoudsbijdragen (LBIO) (Agência Nacional de Apoio e Manutenção)
  - Landelijke organisaties slachtofferhulp (Organizações Nacionais de Indemnização de Vítimas de Crimes)
  - College Bescherming Persoongegevens (Autoridade de Proteção de Dados dos Países Baixos)
  - Raden voor de Rechtsbijstand (Conselhos de Assistência Jurídica)
  - Stichting Rechtsbijstand Asiel (Centros de Aconselhamento Jurídico de Candidatos a Asilo)
  - Stichtingen rechtsbijstand (Agências de Assistência Jurídica)
  - Landelijk Bureau Racisme bestrijding (LBR) (Gabinete Nacional contra a Discriminação Racial)
  - Clara wichman Instituut (Instituto Clara Wichman)

- Ministério da Agricultura, Natureza e Qualidade dos Alimentos
  - - Bureau Beheer Landbouwgronden (Serviço de Gestão dos Terrenos Agrícolas)
  - Faunafonds (Fundo da Fauna)
  - Staatsbosbeheer (Serviço Nacional das Florestas)
  - Stichting Voorlichtingsbureau voor de Voeding (Serviço de Informação para a Alimentação e Nutrição)
  - Universiteit Wageningen (Universidade de Wageningen)
  - Stichting DLO (Departmento de Investigação Agrícola)
  - (Hoofd) productschappen (Comissões dos Produtos Básicos)
- Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschappen (Ministério da Educação, Cultura e Ciência)

As autoridades competentes de:

- escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público de ensino primário na aceção da Wet op het primair onderwijs (Lei sobre o ensino primário);
- escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público de ensino especial primário na aceção da Wet op het primair onderwijs (Lei sobre o ensino primário);
- escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público e instituições de ensino especial e secundário na aceção da Wet op de expertisecentra (Lei sobre centros de recursos);
- escolas públicas ou escolas privadas com financiamento público e instituições de ensino secundário na aceção da Wet op het voortgezet onderwijs (Lei sobre o ensino secundário);

- instituições públicas ou privadas com financiamento público na aceção da Wet Educatie en Beroepsonderwijs (Lei sobre educação e ensino profissional);
- universidades e instituições de ensino superior com financiamento público, universidade aberta e hospitais universitários, na aceção da Wet op het hoger onderwijs en wetenschappelijk onderzoek (Lei sobre o ensino superior e a investigação científica);
- serviços de assistência escolar na aceção da Wet op het primair onderwijs (Lei sobre o ensino primário) e Wet op de exertisecentra (Lei sobre centros de recursos);
- centros nacionais de professores na aceção da Wet subsidiëring landelijke onderwijsondersteunende activiteiten (Lei sobre os subsídios para atividades nacionais de apoio à educação);
- organizações de radiodifusão na aceção da Mediawet (Lei sobre meios de comunicação social), na medida em que as organizações sejam financiadas em mais de 50 % pelo Ministério da Educação, Cultura e Ciência;
- serviços na aceção da Wet Verzelfstandiging Rijksmuseale Diensten (Lei sobre a privatização dos serviços nacionais);
- outras organizações e instituições no domínio da educação, cultura e ciência que recebam mais de 50 % dos seus fundos do Ministério da Educação, Cultura e Ciência.
- Todas as organizações subvencionadas em mais de 50 % pelo Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap, por exemplo:
  - Bedrijfsfonds voor de Pers (BvdP);
  - Commissariaat voor de Media (CvdM);
  - Informatie Beheer Groep (IB-Groep);

– Koninklijke Bibliotheek (KB);
– Koninklijke Nederlandse Academie van Wetenschappen (KNAW);
– Vereniging voor Landelijke organen voor beroepsonderwijs (COLO);
– Nederlands Vlaams Accreditatieorgaan Hoger Onderwijs (NVAO);
– Fonds voor beeldende kunsten, vormgeving en bouwkunst;
– Fonds voor Amateurkunsten en Podiumkunsten;
– Fonds voor de scheppende toonkunst;
– Mondriaanstichting;
– Nederlands fonds voor de film;
– Stimuleringsfonds voor de architectuur;
– Fonds voor Podiumprogrammering- en marketing;
– Fonds voor de letteren;
– Nederlands Literair Productie- en Vertalingsfonds;
– Nederlandse Omroepstichting (NOS);
– Nederlandse Organisatie voor Toegepast Natuurwetenschappelijk Onderwijs (TNO);
– Nederlandse Organisatie voor Wetenschappelijk Onderzoek (NWO);
– Stimuleringsfonds Nederlandse culturele omroepproducties (STIFO);
– Vervangingsfonds en bedrijfsgezondheidszorg voor het onderwijs (VF);
– Nederlandse organisatie voor internationale samenwerking in het hoger onderwijs (Nuffic);
– Europees Platform voor het Nederlandse Onderwijs;
– Nederlands Instituut voor Beeld en Geluid (NIBG);
– Stichting ICT op school;
– Stichting Anno;
– Stichting Educatieve Omroepcombinatie (EduCom);

– Stichting Kwaliteitscentrum Examinering (KCE);
– Stichting Kennisnet;
– Stichting Muziek Centrum van de Omroep;
– Stichting Nationaal GBIF Kennisknooppunt (NL-BIF);
– Stichting Centraal Bureau voor Genealogie;
– Stichting Ether Reclame (STER);
– Stichting Nederlands Instituut Architectuur en Stedenbouw;
– Stichting Radio Nederland Wereldomroep;
– Stichting Samenwerkingsorgaan Beroepskwaliteit Leraren (SBL);
– Stichting tot Exploitatie van het Rijksbureau voor Kunsthistorische documentatie (RKD);
– Stichting Sectorbestuur Onderwijsarbeidsmarkt;
– Stichting Nationaal Restauratiefonds;
– Stichting Forum voor Samenwerking van het Nederlands Archiefwezen en Documentaire Informatie;
– Rijksacademie voor Beeldende Kunst en Vormgeving;
– Stichting Nederlands Onderwijs in het Buitenland;
– Stichting Nederlands Instituut voor Fotografie;
– Nederlandse Taalunie;
– Stichting Participatiefonds voor het onderwijs;
– Stichting Uitvoering Kinderopvangregelingen/Kintent;
– Stichting voor Vluchteling-Studenten UAF;
– Stichting Nederlands Interdisciplinair Demografisch Instituut;
– College van Beroep voor het Hoger Onderwijs;
– Vereniging van openbare bibliotheken NBLC;
– Stichting Muziek Centrum van de Omroep;

– Nederlandse Programmastichting;
– Stichting Stimuleringsfonds Nederlandse Culturele Omroepproducties;
– Stichting Lezen;
– Centrum voor innovatie van opleidingen;
– Instituut voor Leerplanontwikkeling;
– Landelijk Dienstverlenend Centrum voor studie- en beroepskeuzevoorlichting;
– Max Goote Kenniscentrum voor Beroepsonderwijs en Volwasseneneducatie;
– Stichting Vervangingsfonds en Bedrijfsgezondheidszorg voor het Onderwijs;
– BVE-Raad;
– Colo, Vereniging kenniscentra beroepsonderwijs bedrijfsleven;
– Stichting kwaliteitscentrum examinering beroepsonderwijs;
– Vereniging Jongerenorganisatie Beroepsonderwijs;
– Combo, Stichting Combinatie Onderwijsorganisatie;
– Stichting Financiering Struktureel Vakbondsverlof Onderwijs;
– Stichting Samenwerkende Centrales in het COPWO;
– Stichting SoFoKles;
– Europees Platform;
– Stichting mobiliteitsfonds HBO;
– Nederlands Audiovisueel Archiefcentrum;
– Stichting minderheden Televisie Nederland;
– Stichting omroep allochtonen;
– Stichting Multiculturele Activiteiten Utrecht;
– School der Poëzie;
– Nederlands Perscentrum;
– Nederlands Letterkundig Museum en documentatiecentrum;
– Bibliotheek voor varenden;
– Christelijke bibliotheek voor blinden en slechtzienden;

- Federatie van Nederlandse Blindenbibliotheken;
- Nederlandse luister- en braillebibliotheek;
- Federatie Slechtzienden- en Blindenbelang;
- Bibliotheek Le Sage Ten Broek;
- Doe Maar Dicht Maar;
- ElHizjra;
- Fonds Bijzondere Journalistieke Projecten;
- Fund for Central and East European Bookprojects;
- Jongeren Onderwijs Media;

– Ministério dos Assuntos Sociais e do Emprego
  - Sociale Verzekeringsbank (Banco dos Seguros Sociais)
  - Sociaal Economische Raad (SER) (Conselho Económico e Social)
  - Raad voor Werk en Inkomen (RWI) (Conselho para o Trabalho e o Rendimento)
  - Centrale organisatie voor werk en inkomen (Organização Central para o Emprego e o Rendimento)
  - Uitvoeringsinstituut werknemersverzekeringen (Organismo de implementação de regimes de seguros de trabalhadores)
– Ministério dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas
  - RDW, Dienst Wegverkeer
  - Luchtverkeersleiding Nederland (LVNL) (Agência de Controlo do Tráfego Aéreo)
  - Nederlandse Loodsencorporatie (NLC) (Associação dos Pilotos Marítimos dos Países Baixos)
  - Nederlandse Loodsencorporatie (RLC) (Associação dos Pilotos Marítimos Regionais)
– Ministério da Habitação, Ordenamento do Território e Ambiente
  - Kadaster (Registo Cadastral)
  - Centraal Fonds voor de Volkshuisvesting (Fundo Central da Habitação)
  - Stichting Bureau Architectenregister (Registo dos Arquitetos)

– Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto
  - Commissie Algemene Oorlogsongevallenregeling Indonesië (COAR)
  - College ter beoordeling van de Geneesmiddelen (CBG) (Comissão de Avaliação de Medicamentos)
  - Commissies voor gebiedsaanwijzing (Comissões para a Classificação do Território)
  - College sanering Ziekenhuisvoorzieningen (Comissão Nacional para a Reconversão de Instalações Hospitalares)
  - Zorgonderzoek Nederland (ZON) (Conselho de Investigação da Saúde)
  - Organismos de Inspeção ao abrigo da Wet medische hulpmiddelen (Lei relativa aos Dispositivos Médicos)
  - N.V. KEMA/Stichting TNO Certification (Certificação KEMA/TNO)
  - College Bouw Ziekenhuisvoorzieningen (CBZ) - (Comissão Nacional para as Instalações Hospitalares)
  - College voor Zorgverzekeringen (CVZ) – (Comissão dos Seguros de Cuidados de Saúde)
  - Nationaal Comité 4 en 5 mei – (Comité Nacional 4 e 5 de Maio)
  - Pensioen- en Uitkeringsraad (PUR) – (Conselho das Pensões e Prestações)
  - College Tarieven Gezondheidszorg (CTG) - (Tribunal das Taxas do Serviço de Saúde)
  - Stichting Uitvoering Omslagregeling Wet op de Toegang Ziektekostenverzekering (SUO)
  - Stichting tot bevordering van de Volksgezondheid en Milieuhygiëne (SVM) – (Fundação para a Promoção da Saúde Pública e Ambiente)
  - Stichting Facilitair Bureau Gemachtigden Bouw VWS
  - Stichting Sanquin Bloedvoorziening (Fundação Sanquin de Aprovisionamento de Sangue)
  - College van Toezicht op de Zorgverzekeringen organen ex artikel 14, lid 2c, Wet BIG (Comissão de Supervisão dos Órgãos do Seguro de Saúde no âmbito da Lei relativa à prestação de cuidados individuais de saúde)
  - Ziekenfondsen (Fundos do Seguro de Saúde)
  - Nederlandse Transplantatiestichting (NTS) - (Fundação de Transplantação dos Países Baixos)

– Regionale Indicatieorganen (RIO's) - (Organismos Regionais para a Avaliação das Necessidades).

Áustria

– Todos os organismos sujeitos ao controlo orçamental do "Rechnungshof" (Tribunal de Contas) que não tenham caráter industrial ou comercial

Polónia

1. Universidades e escolas académicas públicas
– Uniwersytet w Białymstoku
– Uniwersytet w Gdańsku
– Uniwersytet Śląski
– Uniwersytet Jagielloński w Krakowie
– Uniwersytet Kardynała Stefana Wyszyńskiego
– Katolicki Uniwersytet Lubelski
– Uniwersytet Marii Curie-Skłodowskiej
– Uniwersytet Łódzki
– Uniwersytet Opolski
– Uniwersytet im. Adama Mickiewicza
– Uniwersytet Mikołaja Kopernika
– Uniwersytet Szczeciński
– Uniwersytet Warmińsko-Mazurski w Olsztynie
– Uniwersytet Warszawski
– Uniwersytet Rzeszowski
– Uniwersytet Wrocławski
– Uniwersytet Zielonogórski
– Uniwersytet Kazimierza Wielkiego w Bydgoszczy

– Akademia Techniczno-Humanistyczna w Bielsku-Białej
– Akademia Górniczo-Hutnicza im, St Staszica w Krakowie
– Politechnika Białostocka
– Politechnika Częstochowska
– Politechnika Gdańska
– Politechnika Koszalińska
– Politechnika Krakowska
– Politechnika Lubelska
– Politechnika Łódzka
– Politechnika Opolska
– Politechnika Poznańska
– Politechnika Radomska im, Kazimierza Pułaskiego
– Politechnika Rzeszowska im. Ignacego Łukasiewicza
– Politechnika Szczecińska
– Politechnika Śląska
– Politechnika Świętokrzyska
– Politechnika Warszawska
– Politechnika Wrocławska
– Akademia Morska w Gdyni
– Wyższa Szkoła Morska w Szczecinie
– Akademia Ekonomiczna im. Karola Adamieckiego w Katowicach
– Akademia Ekonomiczna w Krakowie
– Akademia Ekonomiczna w Poznaniu
– Szkoła Główna Handlowa
– Akademia Ekonomiczna im. Oskara Langego we Wrocławiu
– Akademia Pedagogiczna im. KEN w Krakowie
– Akademia Pedagogiki Specjalnej Im. Marii Grzegorzewskiej

– Akademia Podlaska w Siedlcach
– Akademia Świętokrzyska im. Jana Kochanowskiego w Kielcach
– Pomorska Akademia Pedagogiczna w Słupsku
– Akademia Pedagogiczna im. Jana Długosza w Częstochowie
– Wyższa Szkoła Filozoficzno-Pedagogiczna "Ignatianum" w Krakowie
– Wyższa Szkoła Pedagogiczna w Rzeszowie
– Akademia Techniczno-Rolnicza im. J. J. Śniadeckich w Bydgoszczy
– Akademia Rolnicza im. Hugona Kołłątaja w Krakowie
– Akademia Rolnicza w Lublinie
– Akademia Rolnicza im. Augusta Cieszkowskiego w Poznaniu
– Akademia Rolnicza w Szczecinie
– Szkoła Główna Gospodarstwa Wiejskiego w Warszawie
– Akademia Rolnicza we Wrocławiu
– Akademia Medyczna w Białymstoku
– Akademia Medyczna imt Ludwika Rydygiera w Bydgoszczy
– Akademia Medyczna w Gdańsku
– Śląska Akademia Medyczna w Katowicach
– Collegium Medicum Uniwersytetu Jagiellońskiego w Krakowie
– Akademia Medyczna w Lublinie
– Uniwersytet Medyczny w Łodzi
– Akademia Medyczna im. Karola Marcinkowskiego w Poznaniu
– Pomorska Akademia Medyczna w Szczecinie
– Akademia Medyczna w Warszawie
– Akademia Medyczna im, Piastów Śląskich we Wrocławiu
– Centrum Medyczne Kształcenia Podyplomowego
– Chrześcijańska Akademia Teologiczna w Warszawie
– Papieski Fakultet Teologiczny we Wrocławiu

– Papieski Wydział Teologiczny w Warszawie
– Instytut Teologiczny im. Błogosławionego Wincentego Kadłubka w Sandomierzu
– Instytut Teologiczny im. Świętego Jana Kantego w Bielsku-Białej
– Akademia Marynarki Wojennej im. Bohaterów Westerplatte w Gdyni
– Akademia Obrony Narodowej
– Wojskowa Akademia Techniczna im. Jarosława Dąbrowskiego w Warszawie
– Wojskowa Akademia Medyczna im. Gen. Dyw. Bolesława Szareckiego w Łodzi
– Wyższa Szkoła Oficerska Wojsk Lądowych im. Tadeusza Kościuszki we Wrocławiu
– Wyższa Szkoła Oficerska Wojsk Obrony Przeciwlotniczej im. Romualda Traugutta
– Wyższa Szkoła Oficerska im. gen. Józefa Bema w Toruniu
– Wyższa Szkoła Oficerska Sił Powietrznych w Dęblinie
– Wyższa Szkoła Oficerska im. Stefana Czarnieckiego w Poznaniu
– Wyższa Szkoła Policji w Szczytnie
– Szkoła Główna Służby Pożarniczej w Warszawie
– Akademia Muzyczna im. Feliksa Nowowiejskiego w Bydgoszczy
– Akademia Muzyczna im. Stanisława Moniuszki w Gdańsku
– Akademia Muzyczna im. Karola Szymanowskiego w Katowicach
– Akademia Muzyczna w Krakowie
– Akademia Muzyczna im. Grażyny i Kiejstuta Bacewiczów w Łodzi
– Akademia Muzyczna im, Ignacego Jana Paderewskiego w Poznaniu
– Akademia Muzyczna im. Fryderyka Chopina w Warszawie
– Akademia Muzyczna im. Karola Lipińskiego we Wrocławiu
– Akademia Wychowania Fizycznego i Sportu im. Jędrzeja Śniadeckiego w Gdańsku
– Akademia Wychowania Fizycznego w Katowicach
– Akademia Wychowania Fizycznego im. Bronisława Czecha w Krakowie
– Akademia Wychowania Fizycznego im. Eugeniusza Piaseckiego w Poznaniu

– Akademia Wychowania Fizycznego Józefa Piłsudskiego w Warszawie
– Akademia Wychowania Fizycznego we Wrocławiu
– Akademia Sztuk Pięknych w Gdańsku
– Akademia Sztuk Pięknych Katowicach
– Akademia Sztuk Pięknych im, Jana Matejki w Krakowie
– Akademia Sztuk Pięknych im, Władysława Strzemińskiego w Łodzi
– Akademia Sztuk Pięknych w Poznaniu
– Akademia Sztuk Pięknych w Warszawie
– Akademia Sztuk Pięknych we Wrocławiu
– Państwowa Wyższa Szkoła Teatralna im. Ludwika Solskiego w Krakowie
– Państwowa Wyższa Szkoła Filmowa, Telewizyjna i Teatralna im, Leona Schillera w Łodzi
– Akademia Teatralna im. Aleksandra Zelwerowicza w Warszawie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Jana Pawła II w Białej Podlaskiej
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Chełmie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Ciechanowie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Elblągu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Głogowie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Gorzowie Wielkopolskim
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Ks, Bronisława Markiewicza w Jarosławiu
– Kolegium Karkonoskie w Jeleniej Górze
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Prezydenta Stanisława Wojciechowskiego w Kaliszu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Koninie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Krośnie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Witelona w Legnicy
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Jana Amosa Kodeńskiego w Lesznie

– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nowym Sączu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nowym Targu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Nysie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Stanisława Staszica w Pile
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Płocku
– Państwowa Wyższa Szkoła Wschodnioeuropejska w Przemyślu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Raciborzu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Jana Gródka w Sanoku
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Sulechowie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im, Prof. Stanisława Tarnowskiego w Tarnobrzegu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Tarnowie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa im. Angelusa Silesiusa w Wałbrzychu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa we Włocławku
– Państwowa Medyczna Wyższa Szkoła Zawodowa w Opolu
– Państwowa Wyższa Szkoła Informatyki i Przedsiębiorczości w Łomży
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Gnieźnie
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Suwałkach
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Wałczu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Oświęcimiu
– Państwowa Wyższa Szkoła Zawodowa w Zamościu

2. Instituições culturais de autonomia regional e local

3. Parques nacionais

– Babiogórski Park Narodowy
– Białowieski Park Narodowy
– Biebrzański Park Narodowy

– Bieszczadzki Park Narodowy
– Drawieński Park Narodowy
– Gorczański Park Narodowy
– Kampinoski Park Narodowy
– Karkonoski Park Narodowy
– Magurski Park Narodowy
– Narwiański Park Narodowy
– Ojcowski Park Narodowy
– Park Narodowy "Bory Tucholskie"
– Park Narodowy Gór Stołowych
– Park Narodowy "Ujście Warty"
– Pieniński Park Narodowy
– Poleski Park Narodowy
– Roztoczański Park Narodowy
– Słowiński Park Narodowy
– Świętokrzyski Park Narodowy
– Tatrzański Park Narodowy
– Wielkopolski Park Narodowy
– Wigierski Park Narodowy
– Woliński Park Narodowy

4. Escolas primárias e secundárias públicas

5. Serviços públicos de radiodifusão e televisão

– Telewizja Polska S.A. (Televisão polaca)
– Polskie Radio S.A. (Radiodifusão polaca)

6. Museus, teatros e bibliotecas públicos e outras instituições culturais públicas

– Muzeum Narodowe w Krakowie
– Muzeum Narodowe w Poznaniu

– Muzeum Narodowe w Warszawie
– Zamek Królewski w Warszawie
– Zamek Królewski na Wawelu – Państwowe Zbiory Sztuki
– Muzeum Żup Krakowskich
– Państwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau
– Państwowe Muzeum na Majdanku
– Muzeum Stutthof w Sztutowie
– Muzeum Zamkowe w Malborku
– Centralne Muzeum Morskie
– Muzeum "Łazienki Królewskie"
– Muzeum Pałac w Wilanowie
– Muzeum Łowiectwa i Jeździectwa w Warszawie
– Muzeum Wojska Polskiego
– Teatr Narodowy
– Narodowy Stary Teatr Kraków
– Teatr Wielki – Opera Narodowa
– Filharmonia Narodowa
– Galeria Zachęta
– Centrum Sztuki Współczesnej
– Centrum Rzeźby Polskiej w Orońsku
– Międzynarodowe Centrum Kultury w Krakowie
– Instytut im, Adama Mickiewicza
– Dom Pracy Twórczej w Wigrach
– Dom Pracy Twórczej w Radziejowicach
– Instytut Dziedzictwa Narodowego
– Biblioteka Narodowa

– Instytut Książki
– Polski Instytut Sztuki Filmowej
– Instytut Teatralny
– Filmoteka Narodowa
– Narodowe Centrum Kultury
– Muzeum Sztuki Nowoczesnej w Warszawie
– Muzeum Historii Polski w Warszawie
– Centrum Edukacji Artystycznej

7. Instituições de investigação públicas, instituições de investigação e desenvolvimento e outras instituições de investigação
8. Unidades de gestão de cuidados de saúde autónomas públicas cujo órgão fundador é uma autoridade regional ou local ou uma associação de tais autoridades
9. Outros

– Polska Agencja Informacji i Inwestycji Zagranicznych – (Agência Polaca de Informação e Investimento Estrangeiro)

Portugal

– Institutos públicos sem carácter comercial ou industrial
– Serviços públicos personalizados
– Fundações públicas
– Estabelecimentos públicos de ensino, investigação científica e saúde

– INGA – Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
– Instituto do Consumidor
– Instituto de Meteorologia
– Instituto da Conservação da Natureza
– Instituto da Água
– ICEP / Instituto de Comércio Externo de Portugal
– Instituto do Sangue

Roménia

– Academia Română (Academia Romena)
– Biblioteca Naţională a României (Biblioteca Nacional da Roménia)
– Arhivele Naţionale (Arquivo Nacional)
– Institutul Diplomatic Român (Instituto Diplomático Romeno)
– Institutul Cultural Român (Instituto Cultural da Roménia)
– Institutul European din România (Instituto Europeu da Roménia)
– Institutul de Investigare a Crimelor Comunismului (Instituto de Investigação de Crimes do Comunismo)
– Institutul de Memorie Culturală (Instituto da Memória Cultural)
– Agenţia Naţională pentru Programe Comunitare în Domeniul Educaţiei şi Formării Profesionale (Agência Nacional para os Programas Comunitários de Educação e Formação)
– Centrul European UNESCO pentru Invăţământul Superior (Centro Europeu para o Ensino Superior – UNESCO)

– Comisia Naţională a României pentru UNESCO (Comissão Nacional Romena para a UNESCO)
– Societatea Română de Radiodifuziune (Sociedade Romena de Radiodifusão)
– Societatea Română de Radiodifuziune (Sociedade Romena de Televisão)
– Societatea Națională pentru Radiocomunicații (Sociedade Nacional de Radiocomunicações)
– Centrul Naţional al Cinematografiei (Centro Nacional de Cinematografia)
– Studioul de Creaţie Cinematografică (Estúdio de Criação Cinematográfica)
– Arhiva Naţională de Filme (Arquivo Cinematográfico Nacional)
– Muzeul Naţional de Artă Contemporană (Museu Nacional da Arte Contemporânea)
– Palatul Național al Copiilor (Palácio Nacional da Infância)
– Centrul Naţional pentru Burse de Studii în Străinătate (Centro Nacional para Bolsas de Estudo no Estrangeiro)
– Agenţia pentru Sprijinirea Studenţilor (Agência de Apoio a Estudantes)
– Comitetul Olimpic şi Sportiv Român (Comité Olímpico e dos Desportos Romeno)
– Agenţia pentru Cooperare Europeană în domeniul Tineretului (EUROTIN) (Agência para a Cooperação Europeia no domínio da Juventude)
– Agenţia Naţională pentru Sprijinirea Iniţiativelor Tinerilor (ANSIT) (Agência Nacional para o Apoio às Iniciativas Juvenis)
– Institutul Naţional de Cercetare pentru Sport (Instituto Nacional de Investigação para o Desporto)
– Consiliul Naţional pentru Combaterea Discriminării (Conselho Nacional de Luta contra a Discriminação)
– Secretariatul de Stat pentru Problemele Revoluţionarilor din Decembrie 1989 (Secretaria de Estado para os Problemas dos Revolucionários de Dezembro de 1989)

- Secretariatul de Stat pentru Culte (Secretaria de Estado para os Assuntos Religiosos)
- Agenția Națională pentru Locuințe (Agência Nacional para a Habitação)
- Casa Naţională de Pensii şi alte Drepturi de Asigurări Sociale (Caixa Nacional de Pensões e outros Direitos de Segurança Social)
- Casa Națională de Asigurări de Sănătate (Caixa Nacional de Seguro de Doença)
- Inspecția Muncii (Inspeção do Trabalho)
- Oficiul Central de Stat pentru Probleme Speciale (Gabinete Central do Estado para Problemas Especiais)
- Inspectoratul General pentru Situații de Urgență (Inspeção-Geral para Situações de Urgência)
- Agenția Națională de Consultanță Agricolă (Agência Nacional de Aconselhamento Agrícola)
- Agenția Națională pentru Ameliorare și Reproducție în Zootehnie (Agência Nacional para o Melhoramento e a Reprodução em Zootecnia)
- Laboratorul Central pentru Carantină Fitosanitară (Laboratório Central de Quarentena Fitossanitária)
- Laboratorul Central pentru Calitatea Seminţelor şi a Materialului Săditor (Laboratório Central para a Qualidade das Sementes e Material de Plantação)
- Insitutul pentru Controlul produselor Biologice şi Medicamentelor de Uz Veterinar (Instituto do Controlo de Produtos Biológicos e Medicamentos para Uso Veterinário)
- Institutul de Igienă și Sănătate Publică și Veterinară (Instituto de Higiene e Saúde Pública Veterinária)
- Institutul de Diagnostic și Sănătate Animală (Instituto de Diagnóstico e Saúde Animal)
- Institutul de Stat pentru Testarea și Înregistrarea Soiurilor (Instituto para o Ensaio e Registo de Variedades)

- Banca de Resurse GeneticeVegetale (Banco de Recursos Genéticos Vegetais)
- Agenţia Naţională pentru Dezvoltarea şi Implementarea Programelor de Reconstrucţie a Zonele Miniere (Agência Nacional para o Desenvolvimento e Implementação de Programas de Reconstrução de Regiões Mineiras)
- Agenția Națională pentru Substanțe și Preparate Chimice Periculoase (Agência Nacional para as Substâncias Químicas Perigosas)
- Agenția Națională de Control al Exporturilor Strategice și al Interzicerii Armelor Chimice (Agência Nacional de Controlo das Exportações Estratégicas e Proibição de Armas Químicas)
- Administrația Rezervației Biosferei "Delta Dunării" Tulcea (Administração da Reserva Natural de Biosfera "Delta do Danúbio" Tulcea)
- Regia Națională a Pădurilor (ROMSILVA) (Administração Nacional das Florestas)
- Administrația Națională a Rezervelor de Stat (Administração Nacional das Reservas do Estado)
- Administraţia Naţională Apele Române (Administração Nacional das Águas Romenas)
- Administratia Nationala de Meteorologie (Administração Nacional de Meteorologia)
- Comisia Națională pentru Reciclarea Materialelor (Comissão Nacional para a Reciclagem de Materiais)
- Comisia Națională pentru Controlul Activităților Nucleare (Comissão Nacional para o Controlo da Atividade Nuclear)
- Agenţia Manageriala de Cercetare Stiinţifică, Inovare şi Transfer Tehnologic (Agência de Gestão para a Investigação Científica, Inovação e Transferência de Tecnologia)
- Oficiul pentru Administrare şi Operare al Infrastructurii de Comunicaţii de Date "RoEduNet" (Gabinete para a Administração e Operação da Rede de Comunicações de Dados "RoEduNe")

- Inspecţia de Stat pentru Controlul Cazanelor, Recipientelor sub Presiune şi Instalaţiilor de Ridicat (Inspeção do Estado para o Controlo de Caldeiras, Recipientes sob Pressão e Aparelhos de Elevação)
- Centrul Român pentru Pregătirea și Perfecționarea Personalului din Transporturi Navale — CERONAV (Centro Romeno para a Instrução e Formação de Pessoal dos Transportes Navais)
- Inspectoratul Navigației Civile (INC) (Inspeção da Navegação Civil)
- Regia Autonomă Registrul Auto Român (Empresa Autónoma de Serviço Público — Registo Romeno de Automóveis)
- Agenția Spațială Română (Agência Espacial Romena)
- Școala Superioară de Aviație Civilă (Escola Superior de Aviação Civil)
- Aeroclubul României (Aeroclube Romeno)
- Centrul de pregătire pentru Personalul din Industrie Bușteni (Centro de Formação de Pessoal da Indústria de Busteni)
- Centrul Român de Comerț Exterior (Centro Romeno de Comércio Externo)
- Centrul de Formare şi Management Bucureşti (Centro de Gestão e Formação para o Comércio de Bucareste)
- Agenția de Cercetare pentru Tehnică și Tehnologii Militare (Agência de Investigação em matéria de Técnicas e Tecnologia Militares)
- Asociația Română de Standardizare (ASRO) (Associação Romena de Normalização)
- Asociația de Acreditare din România (RENAR) (Associação Romena de Acreditação)
- Comisia Națională de Prognoză (CNP) (Comissão Nacional de Previsão)
- Institutul Național de Statistică (INS) (Instituto Nacional de Estatística)
- Comisia Națională a Valorilor Mobiliare (CNVM) (Comissão Nacional dos Valores Mobiliários)

- Comisia de Supraveghere a Asigurărilor (CSA) (Comissão de Supervisão dos Seguros)
- Comisia de Supraveghere a Sistemului de Pensii Private (Comissão de Supervisão do Sistema de Pensões Privadas)
- Consiliul Economic și Social (CES) (Conselho Económico e Social)
- Agenția Domeniilor Statului (Agência dos Domínios do Estado)
- Oficiul Național al Registrului Comerțului (Serviço Nacional de Registo Comercial)
- Autoritatea pentru Valorificarea Activelor Statului (AVAS) (Autoridade Responsável pela Recuperação dos Bens do Estado)
- Consiliul Național pentru Studierea Arhivelor Securității (Conselho Nacional para o Estudo dos Arquivos da Securitate)
- Avocatul Poporului (Provedor de Justiça)
- Institutul Național de Administrație (INA) (Instituto Nacional de Administração)
- Inspectoratul Național pentru Evidența Persoanelor (Inspeção Nacional dos Registos Pessoais)
- Oficiul de Stat pentru Invenții și Mărci (OSIM) (Serviço do Estado para as Invenções e Marcas)
- Oficiul Român pentru Drepturile de Autor (ORDA) (Serviço Romeno dos Direitos de Autor)
- Oficiul Naţional al Monumentelor Istorice (Serviço Nacional dos Monumentos Históricos)
- Oficiul National de Prevenire și Combatere a Spălării Banilor (ONPCSB) (Serviço Nacional de Prevenção e Luta contra o Branqueamento de Capitais)
- Biroul Român de Metrologie Legală (Gabinete Romeno de Metrologia Legal)
- Inspectoratul de Stat în Construcţii (Inspeção Nacional para a Construção)
- Compania Națională de Investiții (Companhia Nacional de Investimentos)
- Compania Națională de Autostrăzi și Drumuri Naționale (Companhia Nacional Romena das Autoestradas e Estradas Nacionais)

- Agentia Nationala de Cadastru si Publicitate Imobiliara (Agência Nacional para o Registo Predial e Publicidade Imobiliária)
- Administratia Nationala a Îmbunătățirilor Funciare (Administração Nacional dos Melhoramentos Fundiários)
- Garda Financiară (Guarda Financeira)
- Garda Națională de Mediu (Guarda Nacional para o Ambiente)
- Institutul Național de Expertize Criminalistice (Instituto Nacional de Investigação Criminológica)
- Institutul Național al Magistraturii (Instituto Nacional da Magistratura)
- Scoala Nationala de Grefieri (Escola Nacional para Funcionários Judiciais)
- Administrația Generală a Penitenciarelor (Administração Geral das Penitenciárias)
- Oficiul Registrului Național al Informațiilor Secrete de Stat [Serviço de Registo Nacional para Informações Classificadas (ORNISS)]
- Autoritatea Nationala a Vămilor (Autoridade Aduaneira Nacional)
- Banca Națională a României (Banco Nacional da Roménia)
- Regia Autonomă "Monetăria Statului" (Empresa Autónoma de Serviço Público "Casa da Moeda")
- Regia Autonomă "Imprimeria Băncii Naționale" (Empresa Autónoma de Serviço Público "Tipografia do Banco Nacional")
- Regia Autonomă "Monitorul Oficial" (Empresa Autónoma de Serviço Público "Jornal Oficial")
- Oficiul Național pentru Cultul Eroilor (Serviço Nacional para o Culto dos Heróis)
- Oficiul Român pentru adopții (Serviço Romeno para a Adoção)
- Oficiul Român pentru Imigrări (Gabinete Romeno para a Emigração)

– Compania Națională “Loteria Română” (Companhia Nacional “Lotaria Romena”)
– Compania Națională “ROMTEHNICA” (Companhia Nacional “ROMTEHNICA”)
– - Compania Națională “ROMARM” (Companhia Nacional “ROMARM”)
– Agenţia Naţională pentru Romi (Agência Nacional para os Roma)
– Agenţia Naţională de Presă “ROMPRESS” (Agência Noticiosa Nacional “ROMPRES”)
– Regia Autonomă “Administrația Patrimoniului Protocolului de Stat” (Empresa Autónoma de Serviço Público “Administração do Património do Estado e Protocolo”)
– Institute şi Centre de Cercetare (Institutos e Centros de Investigação)
– Institute şi Centre de Cercetare (Institutos e Centros de Investigação)
– Instituţii de Invăţământ de Stat (Institutos de Educação do Estado)
– Universități de Stat (Universidades do Estado)
– Muzee (Museus)
– Biblioteci de Stat (Bibliotecas Públicas)
– Teatre de Stat, Opere, Operete, filarmonica, centre şi case de Cultură (Teatros do Estado, Óperas, Orquestras Filarmónicas, Centros e Casas da Cultura)
– Reviste (Revistas)
– Edituri (Editoras)
– Inspectorate Scolare, de Cultură, de Culte (Inspeção Escolar, da Cultura e do Culto)
– Complexuri, Federaţii şi Cluburi Sportive (Complexos, Federações e Clubes Desportivos)
– Spitale, Sanatorii, Policlinici, Dispensare, Centre Medicale, Institute medico-Legale, Staţii Ambulanţă (Hospitais, Sanatórios, Clínicas, Serviços Médicos, Institutos Médico-Legais, Serviços de Ambulância)
– Unități de Asistență Socială (Serviços de Assistência Social)
– Tribunale (Tribunais)
– Judecătorii (Juízes)

– Curți de Apel (Tribunais de Recurso)
– Penitenciare (Penitenciárias)
– Parchetele de pe lângă Instanțele Judecătorești (Delegados do Ministério Público)
– Unități Militare (Unidades Militares)
– Instanțe Militare (Tribunais Militares)
– - Inspectorate de Poliție (Inspeções da Polícia)
– Centre de Odihnă (Casas de Repouso)

Eslovénia

– Javni zavodi s področja vzgoje, izobraževanja ter športa (Institutos públicos na área da guarda de crianças, educação e desporto)
– Javni zavodi s področja zdravstva (Institutos públicos na área dos cuidados de saúde)
– Javni zavodi s področja socialnega varstva (Institutos públicos na área da segurança social)
– Javni zavodi s področja kulture (Institutos públicos na área da cultura)
– Javni zavodi s področja raziskovalne dejavnosti (Institutos públicos na área da ciência e investigação)
– Javni zavodi s področja kmetijstva in gozdarstva (Institutos públicos na área da agricultura e florestas)
– Javni zavodi s področja okolja in prostora (Institutos públicos na área do ambiente e ordenamento do território)
– Javni zavodi s področja gospodarskih dejavnosti (Institutos públicos na área das atividades económicas)

– Javni zavodi s področja malega gospodarstva in turizma (Institutos públicos na área das pequenas empresas e do turismo)
– Javni zavodi s področja javnega reda in varnosti (Institutos públicos na área da ordem pública e segurança)
– Agencije (Agências)
– Skladi socialnega zavarovanja (Fundos da segurança social)
– Javni skladi na ravni države in na ravni občin (Fundos públicos a nível da administração central e das comunidades locais)
– Družba za avtoceste v RS (Serviço das autoestradas da República da Eslovénia)
– Figuras criadas pelo Estado ou órgãos locais abrangidas pelo orçamento da República da Eslovénia ou das autoridades locais
– Outras pessoas coletivas, que correspondem à definição prevista no artigo 3.º, n.º 2, da ZJN-2

Eslováquia

– Qualquer pessoa coletiva constituída ou estabelecida por regulamentação jurídica particular ou medida administrativa para satisfazer necessidades de interesse geral sem caráter industrial ou comercial, e que satisfaça igualmente pelo menos uma das seguintes condições:

  – ser total ou parcialmente financiada por uma autoridade contratante, isto é, por uma autoridade governamental, município, região autónoma ou por outra pessoa coletiva, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho,

– ser gerida ou controlada por uma autoridade contratante, isto é, por uma autoridade governamental, município, região autónoma ou por outra pessoa coletiva, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho,

– mais de metade dos membros do seu conselho de gestão ou de supervisão são nomeados ou eleitos por uma autoridade contratante, isto é, uma autoridade governamental, município, região autónoma ou outra pessoa coletiva, que satisfaça simultaneamente as condições referidas no artigo 1.º, n.º 9, alíneas a), b) ou c), da Diretiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

As pessoas coletivas são organismos regulados pelo direito público e exercem a atividade, nomeadamente:

Nos termos da Lei n.º 532/2010 Coll. sobre a televisão eslovaca,

– Nos termos da Lei n.º 581/2004 Coll. sobre companhias de seguros de doença, com a redação dada pela Lei n.º 719/2004 Coll. que estabelece os seguros de saúde pública nos termos da Lei n.º 580/2004 Coll. sobre seguros de doença, com a redação dada pela Lei n.º 718/2004 Coll.,

– Nos termos da Lei n.º 121/2005 Coll., através da qual foi promulgada a versão consolidada da Lei n.º 461/2003 Coll. sobre a segurança social, na sua versão alterada.

Finlândia

Os organismos e empresas estatais ou controlados pelo Estado que não tenham caráter industrial ou comercial.

Suécia

Todos os organismos não comerciais cujos contratos públicos estejam sujeitos ao controlo da autoridade da concorrência sueca:

– Nordiska Museet (Museu Nórdico)
– Tekniska Museet (Museu Nacional da Ciência e Tecnologia)

Reino Unido

Organismos

– Design Council
– Health and Safety Executive
– National Research Development Corporation
– Public Health Laboratory Service Board
– Advisory, Conciliation and Arbitration Service
– Commission for the New Towns
– National Blood Authority
– National Rivers Authority
– Scottish Enterprise
– Ordnance Survey
– Financial Services Authority

Categorias

– Maintained schools
– Universities and colleges financed for the most part by other contracting authorities
– National Museums and Galleries
– Research Councils
– Fire Authorities
– National Health Service Strategic Health Authorities
– Police Authorities
– New Town Development Corporations
– Urban Development Corporations

Croácia

– Agência Alan d.o.o.
– APIS IT d.o.o – Agência de Apoio aos Sistemas e Tecnologias da Informação
– Rancho Nacional de Dança Folclórica da Croácia "Lado"
– CARnet (Rede Académica e de Investigação Croata)
– Centros de ajuda e cuidados
– Centros de assistência social
– Lares de assistência social
– Centros de cuidados de saúde
– Arquivos do Estado
– Instituto Nacional de Proteção da Natureza

– Fundo para o financiamento da desativação da central nuclear de Krško e a eliminação de resíduos radioativos e de combustível nuclear irradiado da referida central
– Fundo para a Indemnização de Bens Confiscados
– Fundo para a Reconstrução e o Desenvolvimento de Vukovar
– Fundo para a Reabilitação Profissional e o Emprego de Pessoas com Deficiência
– Fundo para a Proteção do Ambiente e a Eficiência Energética
– Academia Croata das Ciências e das Artes
– Banco Croata para a Reconstrução e o Desenvolvimento
– Hrvatska kontrola zračne plovidbe d.o.o. (empresa croata de controlo aéreo - Croatia Control Ltd.)
– Hrvatska lutrija d.o.o. (Lotaria croata)
– Fundação do Património Croata
– Câmara Agrícola Croata
– Rádio e Televisão Croata
– Associação Croata de Cultura Tecnológica
– Centro Croata do Audiovisual
– Centro Croata de Criação de Cavalos – Coudelarias Nacionais de Đakovo e Lipik
– Centro Croata para a Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais
– Centro Croata de Ação Antiminas
– Memorial e Centro de Documentação Croatas da Guerra da Independência
– Comité Olímpico Croata
– Operador do Mercado de Energia Croata
– Comité Paralímpico Croata
– Registo Naval Croata
– Instituto de Conservação Croata

– Federação Croata de Desporto para Surdos
– Instituto Croata de Medicina de Urgência
– Instituto Nacional Croata de Saúde Pública
– Instituto Croata de Saúde Mental
– Instituto Croata de Seguros de Pensão
– Instituto Croata de Normalização
– Instituto Croata de Telemedicina
– Instituto Croata de Toxicologia e Antidopagem
– Instituto Nacional Croata de Medicina Transfusional
– Serviço Croata do Emprego
– Instituto Croata para a Proteção da Saúde e Segurança no Trabalho
– Instituto Croata de Seguros de Doença
– Instituto Croata de Seguros de Doença Profissional
– Jadrolinija (Companhia de transportes marítimos)
– Centro Olímpico Croata – Instituição Pública
– Instituições públicas de ensino superior
– Instituições públicas de parques nacionais
– Instituições públicas de parques naturais
– Institutos científicos públicos
– Teatros, museus, galerias, bibliotecas e outras instituições no domínio da cultura criadas pela República da Croácia ou por unidades de governo autónomo locais e regionais
– Penitenciárias
– Hospitais clínicos

– Centros clínico-hospitalares
– - Clínicas
– Instituto de Lexicografia “Miroslav Krleža”
– Autoridades portuárias
– Sanatórios
– Farmácias fundadas por unidades de governo autónomo regionais
– Matica hrvatska (Matriz Croácia)
– Centro Internacional de Arqueologia Subaquática
– Biblioteca Nacional e Universitária
– Fundação Nacional de Apoio ao Nível de Vida dos Alunos e Estudantes
– Fundação Nacional para o Desenvolvimento da Sociedade Civil
– Fundação Nacional para a Ciência, o Ensino Superior e o Desenvolvimento Tecnológico da República da Croácia
– Centro Nacional de Avaliação Externa do Ensino
– Conselho Nacional do Ensino Superior
– Conselho Nacional da Ciência
– Boletim Oficial (Narodne novine d.d)
– Institutos de educação/correção
– Instituições educativas fundadas pela República da Croácia ou unidades de governo autónomo locais e regionais
– Hospitais gerais
– Plovput d.o.o. (Instituto público responsável pela segurança da navegação)
– Policlínicas

– - Hospitais especializados
– Registo Central de Segurados
– Centro Universitário de Computação
– Associações Desportivas
– Federações desportivas
– Instituições de tratamento médico de urgência
– Instituições de cuidados paliativos
– Instituições de cuidados de saúde
– Fundação de Solidariedade Policial
– Estabelecimentos prisionais
– Instituto de Recuperação de Dubrovnik
– Instituto de Sementes e Propágulos
– Institutos de saúde pública
– Centro Técnico Aeronáutico (Zrakoplovno – tehnički centar d.d.)
– Serviços de estradas distritais
– Centro para a Monitorização de atividades no setor da energia e investimentos

ANEXO 9-C

SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
QUE CELEBRAM CONTRATOS PÚBLICOS NOS TERMOS
DO PRESENTE ACORDO

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

Bens (especificados no anexo 9-D)	Limiar: 400 000 DSE
Serviços (especificados no anexo 9-E)	Limiar: 400 000 DSE
Construção (especificados no anexo 9-F)	Limiar: 5 000 000 DSE

Lista das entidades:

Accounting and Corporate Regulating Authority
Agency for Science, Technology and Research
Agri-Food & Veterinary Authority
Board of Architects
Building and Construction Authority
Casino Regulatory Authority
Central Provident Fund Board
Civil Aviation Authority of Singapore

Civil Service College

Competition Commission of Singapore

Council for Estate Agents

Council for Private Education

Economic Development Board

Energy Market Authority

Health Promotion Board

Health Sciences Authority

Hotels Licensing Board

Housing and Development Board

Info–communications Development Authority of Singapore

Inland Revenue Authority of Singapore

Institute of Southeast Asian Studies

Institute of Technical Education

International Enterprise Singapore

Intellectual Property Office of Singapore

Land Transport Authority of Singapore

Jurong Town Corporation

Maritime and Port Authority of Singapore

Media Development Authority

Monetary Authority of Singapore

Nanyang Technological University

Nanyang Polytechnic

National Arts Council

National Environment Agency

National Heritage Board

National Library Board

National Parks Board

National University of Singapore

Ngee Ann Polytechnic

Preservation of Monuments Board

Professional Engineers Board

Public Transport Council

Public Utilities Board2

Republic Polytechnic

Science Centre Board

Sentosa Development Corporation

Singapore Corporation of Rehabilitative Enterprises

Singapore Examinations and Assessment Board

Singapore Land Authority

Singapore Nursing Board

Singapore Polytechnic

Singapore Sports Council

Singapore Tourism Board

Singapore Workforce Development Agency

Standards, Productivity and Innovation Board

Temasek Polytechnic

Traditional Chinese Medicine Practioners Board

Urban Redevelopment Authority

Notas ao anexo 9-C:

1. O presente Acordo não pode ser aplicado a qualquer contrato celebrado por uma entidade abrangida, em nome de uma entidade não abrangida.

2. O presente Acordo não deve ser aplicado aos contratos de bens e serviços celebrados pela Direção dos Serviços de Utilidade Pública sempre que esses contratos:

   a) Tenham em vista o abastecimento de água eficaz, adequado e fiável quando o abastecimento de água ou as infraestruturas conexas de Singapura enfrentarem dificuldades imprevistas, como longos períodos de secura, contaminação do abastecimento de água ou das infraestruturas conexas, ou perturbações nas importações de água de Singapura; ou

   b) Estejam relacionados, no todo ou em parte, com a construção, expansão ou reparação das infraestruturas de abastecimento de água localizadas fora do território de Singapura, mas utilizadas ou envolvidas no abastecimento de água a Singapura.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

Bens (especificados no anexo 9-D)	Limiar: 400 000 DSE
Serviços (especificados no anexo 9-E)	Limiar: 400 000 DSE
Obras (especificados no anexo 9-F)	Limiar: 5 000 000 DSE

Todas as entidades adjudicantes cujos contratos sejam abrangidos pela diretiva "serviços públicos"[1] da União e que sejam autoridades adjudicantes (por exemplo, as abrangidas pelos anexos 9-A e 9-B) ou empresas públicas[2] que exerçam uma ou mais das atividades a seguir referidas:

a) Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, transporte ou distribuição de água potável, ou à alimentação dessas redes com água potável;

b) Abertura ou exploração de redes fixas destinadas à prestação de serviços ao público no domínio da produção, transporte ou distribuição de eletricidade, ou à alimentação dessas redes com eletricidade;

[1] Para efeitos do presente anexo, a diretiva "serviços públicos" da União refere-se à Diretiva 2004/17/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2004, relativa à coordenação dos processos de adjudicação dos contratos de empreitada de obras públicas, dos contratos públicos de fornecimento e dos contratos públicos de serviços, JO L 134 de 30.4.2004, na sua versão alterada.

[2] Em conformidade com a diretiva "serviços públicos" da União, uma empresa pública é qualquer empresa em relação à qual os poderes públicos possam exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante, por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis.
Presume-se a existência de influência dominante quando, direta ou indiretamente, em relação a uma empresa, os poderes públicos:
- detenham uma participação maioritária no capital subscrito da empresa, ou
- disponham da maioria dos votos correspondentes às ações emitidas pela empresa, ou
- possam designar mais de metade dos membros do órgão de administração, direção ou fiscalização da empresa.

c) Colocação à disposição dos transportadores aéreos de aeroportos ou outros terminais de transporte;

d) Colocação à disposição dos transportadores marítimos ou fluviais de portos marítimos ou interiores ou outros terminais de transporte;

e) Colocação à disposição ou exploração de redes[1] de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes urbanos de caminhos de ferro, sistemas automáticos, elétricos, tróleis, autocarros ou cabo) ou ou

f) Colocação à disposição ou exploração de redes de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes ferroviários[2].

Em anexo, são incluídas as listas indicativas de autoridades adjudicantes e de empresas públicas que preenchem os critérios acima indicados.

Notas ao anexo 9-C:

1. Os contratos celebrados para o exercício de uma atividade incluída na lista supra que estejam sujeitos ao jogo da concorrência no mercado em causa não são abrangidos pelo presente Acordo.

[1] No que diz respeito aos serviços de transporte, considera-se que existe uma rede quando o serviço é prestado nas condições operacionais estabelecidas por uma autoridade competente de um Estado-Membro da União, tais como, por exemplo, as condições relativas às linhas a servir, capacidade disponível ou frequência do serviço.

[2] Por exemplo, a colocação à disposição ou exploração de redes (na aceção da nota de rodapé 4) de prestação de serviços ao público no domínio dos transportes por comboios de alta velocidade ou convencionais.

2. O presente Acordo não abrange os contratos celebrados pelas entidades adjudicantes incluídas no presente anexo:

– para efeitos de aquisição de água e de fornecimento de energia ou de combustíveis para a produção de energia;

– para efeitos que não se inscrevem na realização das suas atividades listadas no presente anexo ou na realização de tais atividades num país não membro do Espaço Económico Europeu (EEE); ou

– para efeitos de revenda ou aluguer a terceiros, desde que a entidade adjudicante não disponha de direitos especiais ou exclusivos para vender ou alugar o objeto de tais contratos e que outras entidades possam vendê-lo ou alugá-lo nas mesmas condições da entidade adjudicante.

3. Não se considera atividade na aceção das alíneas a) ou b) do presente anexo o abastecimento de água potável ou eletricidade a redes de prestação de serviços ao público por entidades adjudicantes que não sejam autoridades adjudicantes, quando:

– a produção de água potável ou de eletricidade pela entidade em causa se verifique porque o respetivo consumo é necessário ao exercício de uma atividade não referida nas alíneas a) a f) do presente anexo; e

– a alimentação da rede pública dependa apenas do consumo próprio da entidade e não tenha excedido 30 % da produção total de água potável ou de energia da entidade, tomando em consideração a média dos últimos três anos, incluindo o ano em curso.

4. a) Desde que as condições da alínea b) sejam satisfeitas, o presente Acordo não abrange os contratos celebrados:

i) por uma entidade adjudicante com uma empresa associada[1], ou

ii) por uma empresa comum, constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes para efeitos da realização de atividades, na aceção das alíneas a) a f) do presente anexo, com uma empresa associada a uma dessas entidades adjudicantes.

b) A alínea a) aplica-se a contratos de serviços ou de fornecimentos, desde que pelo menos 80 % da média do volume de negócios da empresa associada, em matéria de serviços ou de fornecimentos, nos últimos três anos, provenham respetivamente da prestação desses serviços ou fornecimentos às empresas às quais se encontra associada[2].

[1] Por "empresa associada" entende-se qualquer empresa cujas contas anuais sejam consolidadas com as da entidade adjudicante em conformidade com os requisitos previstos na Diretiva 83/349/CEE do Conselho relativa às contas consolidadas ou, no caso de entidades não abrangidas por esta diretiva, qualquer empresa sobre a qual a entidade adjudicante possa exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante ou que possa exercer uma influência dominante sobre a entidade adjudicante, ou ainda que, como a entidade adjudicante, esteja sujeita à influência dominante de uma outra empresa por motivos de propriedade, participação financeira ou regras que lhe sejam aplicáveis.

[2] Se, em função da data de criação ou de início de atividade da empresa associada, o volume de negócios relativo aos três últimos anos não estiver disponível, bastará que a empresa mostre que o volume de negócios referido na presente alínea seja credível, em especial através de projeções de atividades.

5. O presente Acordo não abrange os contratos celebrados por:

a) Uma empresa comum, constituída exclusivamente por diversas entidades adjudicantes para efeitos da realização de atividades, na aceção das alíneas a) a f) do presente anexo, com uma dessas entidades adjudicantes, ou

b) Uma entidade adjudicante com uma empresa comum de que essa entidade adjudicante faça parte, desde que a empresa comum tenha sido criada para realizar a atividade em causa durante um período de, pelo menos, três anos e o instrumento que cria a empresa comum estipule que as entidades adjudicantes que a formam são parte dela durante, pelo menos, o mesmo período.

Lista indicativa de autoridades adjudicantes e empresas públicas
que preenchem os critérios estabelecidos no anexo 9-C

I. Produção, transporte ou distribuição de água potável

Bélgica

– Autoridades comunais e intercomunais, neste setor das respetivas atividades
– Société Wallonne des Eaux
– Vlaams Maatschappij voor Watervoorziening

Bulgária

– "Тузлушка гора" – ЕООД, Антоново
– "В И К – Батак" – ЕООД, Батак
– "В и К – Белово" – ЕООД, Белово
– "Водоснабдяване и канализация Берковица" – ЕООД, Берковица
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Благоевград
– "В и К – Бебреш" – ЕООД, Ботевград
– "Инфрастрой" – ЕООД, Брацигово
– "Водоснабдяване" – ЕООД, Брезник
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕАД, Бургас
– "Лукойл Нефтохим Бургас" АД, Бургас
– "Бързийска вода" – ЕООД, Бързия
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Варна
– "ВиК" ООД, к.к. Златни пясъци
– "Водоснабдяване и канализация Йовковци" – ООД, Велико Търново
– "Водоснабдяване, канализация и териториален водоинженеринг" – ЕООД, Велинград
– "ВИК" – ЕООД, Видин
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Враца
– "В И К" – ООД, Габрово
– "В И К" – ООД, Димитровград
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Добрич
– "Водоснабдяване и канализация – Дупница" – ЕООД, Дупница
– ЧПСОВ, в.с. Елени
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Исперих
– "Аспарухов вал" ЕООД, Кнежа
– "В И К – Кресна" – ЕООД, Кресна

– "Меден кладенец" – ЕООД, Кубрат
– "ВИК" – ООД, Кърджали
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Кюстендил
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Ловеч
– "В и К – Стримон" – ЕООД, Микрево
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Монтана
– "Водоснабдяване и канализация – П" – ЕООД, Панагюрище
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Перник
– "В И К" – ЕООД, Петрич
– "Водоснабдяване, канализация и строителство" – ЕООД, Пещера
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Плевен
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Пловдив
– "Водоснабдяване–Дунав" – ЕООД, Разград
– "ВКТВ" – ЕООД, Ракитово
– ЕТ "Ердуван Чакър", Раковски
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Русе
– "Екопроект-С" ООД, Русе
– "УВЕКС" – ЕООД, Сандански
– "ВиК-Паничище" ЕООД, Сапарева баня
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕАД, Свищов
– "Бяла" – ЕООД, Севлиево
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Силистра
– "В и К" – ООД, Сливен
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Смолян
– "Софийска вода" – АД, София
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, София

– "Стамболово" – ЕООД, Стамболово
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Стара Загора
– "Водоснабдяване и канализация-С" – ЕООД, Стрелча
– "Водоснабдяване и канализация – Тетевен" – ЕООД, Тетевен
– "В и К – Стенето" – ЕООД, Троян
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Търговище
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Хасково
– "Водоснабдяване и канализация" – ООД, Шумен
– "Водоснабдяване и канализация" – ЕООД, Ямбол

República Checa

Todas as entidades adjudicantes nos setores que fornecem serviços na indústria de gestão da água definidas na secção 4, n.º 1, alíneas d) e e), da Lei n.º 137/2006 Sb. sobre contratos públicos.

Exemplos de entidades adjudicantes:

– Veolia Voda Česká Republika, a.s.
– Pražské vodovody a kanalizace, a.s.
– Severočeská vodárenská společnost a.s.
– Severomoravské vodovody a kanalizace Ostrava a.s.
– Ostravské vodárny a kanalizace a.s.Severočeská vodárenská společnost a.s.

Dinamarca

– Entidades encarregadas do abastecimento de água, tal como definidas no § 3 (3) da lov om vandforsyning m.v., jf. lovbekendtgørelse n.º 71 de 17 de janeiro de 2007.

Alemanha

– Entidades que produzem ou distribuem água nos termos das Eigenbetriebsverordnungen ou Eigenbetriebsgesetze dos *Länder* (empresas de serviços públicos).
– Entidades que produzem ou distribuem água nos termos das Gesetze über die kommunale Gemeinschaftsarbeit oder Zusammenarbeit dos *Länder*.
– Entidades que produzem água nos termos da Gesetz über Wasser- und Bodenverbände de 12 de fevereiro de 1991, com a última redação que lhe foi dada em 15 de maio de 2002.
– Empresas públicas que produzem ou distribuem água nos termos das Kommunalgesetze, nomeadamente as Gemeindeverordnungen dos *Länder*.
– Empresas estabelecidas nos termos da Aktiengesetz de 6 de setembro de 1965, com a última redação que lhe foi dada em 5 de janeiro de 2007, ou da GmbH-Gesetz de 20 de abril de 1892, com a última redação que lhe foi dada em 10 de novembro de 2006, ou que possuam o estatuto legal de Kommanditgesellschaft (sociedade em comandita), que produzem ou distribuem água com base num contrato especial com as autoridades regionais ou locais.

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):
  – AS Haapsalu Veevärk;
  – AS Kuressaare Veevärk;
  – AS Narva Vesi;
  – AS Paide Vesi;
  – AS Pärnu Vesi;
  – AS Tartu Veevärk;
  – AS Valga Vesi;
  – AS Võru Vesi.

Irlanda

Entidades encarregadas da produção ou distribuição de água nos termos do Local Government [Sanitary Services] Act 1878 to 1964.

Grécia

– "Εταιρεία Υδρεύσεως και Αποχετεύσεως Πρωτευούσης Α.Ε." ("Ε.Υ.Δ.Α.Π." or "Ε.Υ.Δ.Α.Π. Α.Ε."). O estatuto jurídico desta empresa rege-se pelo disposto nas leis κ.ν. 2190/1920 e ν. 2414/1996, bem como na Lei n.º 1068/80 e na Lei n.º 2744/1999.

– "Εταιρεία Ύδρευσης και Αποχέτευσης Θεσσαλονίκης Α.Ε." ("Ε.Υ.Α.Θ. Α.Ε.") regida pelo disposto nas leis κ.ν. 2937/2001 (ΦΕΚ 169 Α') e ν. 2651/1998 (ΦΕΚ 248 Α').
– "Δημοτική Επιχείρηση Ύδρευσης και Αποχέτευσης Μείζονος Περιοχής Βόλου" ("ΔΕΥΑΜΒ"), que opera nos termos da Lei n.º 890/1979.
– "Δημοτικές Επιχειρήσεις Ύδρευσης — Αποχέτευσης" (Companhias municipais de abastecimento de água e dos esgotos), produtoras e distribuidoras de água nos termos da Lei n.º 1069/80 de 23 de agosto de 1980.
– "Σύνδεσμοι Ύδρευσης" (Associações municipais e comunais de abastecimento de água), que operam nos termos do Π.Δ.410/1995, em conformidade com o Κώδικος Δήμων και Κοινοτήτων.
– "Σύνδεσμοι Ύδρευσης" (Municípios e Comunidades), que operam nos termos do Π.Δ.410/1995, em conformidade com o Κώδικα Δήμων και Κοινοτήτων.

Espanha

– Mancomunidad de Canales de Taibilla.
– Aigües de Barcelona S.A., y sociedades filiales
– Canal de Isabel II
– Agencia Andaluza del Agua
– Agencia Balear de Agua y de la Calidad Ambiental
– Outras entidades públicas que fazem parte de ou dependem das "Comunidades Autónomas" e das "Corporaciones locales" e que são ativas no domínio da distribuição da água potável
– Outras entidades privadas que gozam de direitos especiais ou exclusivos concedidos pelas "Corporaciones locales" no domínio da distribuição da água potável

França

Autarquias e institutos públicos locais produtores ou distribuidores de água potável:

– Régies des eaux (exemplos: Régie des eaux de Grenoble, régie des eaux de Megève, régie municipale des eaux et de l'assainissement de Mont-de-Marsan, régie des eaux de Venelles);

– Organismos de transporte, entrega e produção de água (exemplos: Syndicat des eaux d'Ile de France, syndicat départemental d'alimentation en eau potable de la Vendée, syndicat des eaux et de l'assainissement du Bas-Rhin, syndicat intercommunal des eaux de la région grenobloise, syndicat de l'eau du Var-est, syndicat des eaux et de l'assainissement du Bas-Rhin).

Itália

– Entidades encarregadas de gerir as várias fases dos serviços de distribuição de água, ao abrigo do testo unico delle leggi sull'assunzione dei pubblici servizi da parte dei comuni e delle province, aprovado pelo Regio Decreto N.º 2578 de 15 de outubro de 1925, pelo D.P.R. Nº 902 de 4 de outubro de 1986 e Decreto Legislativo n.º 267, de 18 de agosto de 2000, recante il testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, con particolare riferimento da 112 a 116

– Acquedotto Pugliese S.p.A. (D.lgs. 11.5.1999 n. 141)

– Ente acquedotti siciliani instituído pelas Legge Regionale n.º 2/2 de 4 de setembro de 1979, e Legge Regionale n.º 81, de 9 de agosto de 1980, in liquidazione con Legge Regionale n.º 9 de 31 de maio de 2004 (art. 1.º)

– Ente sardo acquedotti e fognature instituído pela Lei n.º 9 de 5 de julho de 1963. Poi ESAF S.p.A. nel 2003 – confluita in ABBANOA S.p.A: ente soppresso il 29.7.2005 e posto in liquidazione con L.R. n° 7 (art. 5, comma 1) - Legge finanziaria 2005

Chipre

– Τα Συμβούλια Υδατοπρομήθειας, que distribui água nos municípios e outras áreas nos termos da περί Υδατοπρομήθειας Δημοτικών και Άλλων Περιοχών Νόμου, Κεφ. 350.

Letónia

– Sujeitos de direito público e privado que produzem, transportam e distribuem água potável ao sistema fixo, e que fazem aquisições em conformidade com a lei “Sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju iepirkumu likums”

Lituânia

– Entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e realizam atividades de produção, transporte ou distribuição de água potável em conformidade com a Lei sobre água potável e gestão das águas residuais da República da Lituânia (Jornal Oficial, n.º 82-3260, 2006).

Luxemburgo

– Serviços das autoridades locais encarregadas da distribuição de água.
– Consórcios comunais encarregados da produção ou distribuição de água e criados nos termos da lei de 23 de fevereiro de 2001 concernant la création des syndicats de communes, na versão alterada e completada pela lei de 23 de dezembro de 1958 e pela lei de 29 de julho de 1981, e nos termos da lei de 31 de julho de 1962 ayant pour objet le renforcement de l'alimentation en eau potable du Grand-Duché du Luxembourg à partir du réservoir d'Esch-sur-Sûre.
  – Syndicat de communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien de la conduite d'eau du Sud-Est – SESE
  – Syndicat des Eaux du Barrage d'Esch-sur-Sûre – SEBES
  – Syndicat intercommunal pour la distribution d'eau dans la région de l'Est – SIDERE
  – Syndicat des Eaux du Sud – SES
  – Syndicat des communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien d'une distribution d'eau à Savelborn-Freckeisen

– Syndicat pour la distribution d'eau dans les communes de Bous, Dalheim, Remich, Stadtbredimus et Waldbredimus – SR
– Syndicat de distribution d'eau des Ardennes – DEA
– Syndicat de communes pour la construction, l'exploitation et l'entretien d'une distribution d'eau dans les communes de Beaufort, Berdorf et Waldbillig
– Syndicat des eaux du Centre – SEC

Hungria

– Entidades que produzem, transportam ou distribuem água potável nos termos dos artigos 162.º-163.º de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 1995. évi LVII. törvény a vízgazdálkodásról.

Malta

– Korporazzjoni għas-Servizzi ta' l-Ilma (Empresa de Serviços de Abastecimento de Água)
– Korporazzjoni għas-Servizzi ta' Desalinazzjoni (Empresa de Serviços de Dessalinização de Água)

Países Baixos

Entidades encarregadas da produção ou distribuição de água nos termos da Waterleidingwet

Áustria

Comunas e consórcios comunais encarregados da produção, transporte e distribuição de água potável nos termos das Wasserversorgungsgesetze dos nove *Länder*

Polónia

Empresas de água e da rede de esgotos na acepção da ustawa z dnia 7 czerwca 2001 r., o zbiorowym zaopatrzeniu w wodę i zbiorowym odprowadzaniu ścieków, que desenvolvem a atividade económica no domínio do abastecimento de água ao público e dos serviços da eliminação das águas residuais ao público, incluindo, entre outras:

– AQUANET S.A., Poznań
– Górnośląskie Przedsiębiorstwo Wodociągów S.A. w Katowicach
– Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji S.A. w Krakowie
– Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o. o. Wrocław
– Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Lublinie Sp. z o.o.
– Miejskie Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w m. st. Warszawie S.A.
– Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Tychach S.A,
– Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o. w Zawierciu
– Rejonowe Przedsiębiorstwo Wodociągów i Kanalizacji w Katowicach S.A.
– Wodociągi Ustka Sp. z o.o.
– Zakład Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o. Łódź
– Zakład Wodociągów i Kanalizacji Sp. z o.o., Szczecin

Portugal

– Sistemas multimunicipais — Empresas que associam o Estado ou outras entidades públicas, em posição maioritária no capital social, com empresas privadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de novembro de 1993, alterado pelos Decreto-Lei n.º 176/99 de 25 de outubro de 1999, Decreto-Lei n.º 439-A/99 de 29 de outubro de 1999 e Decreto-Lei n.º 103/2003 de 23 de maio de 2003. É permitida a administração direta pelo Estado.

– Sistemas municipais – Municípios, associações de municípios, serviços municipalizados, empresas com capital total ou maioritariamente público ou empresas privadas, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro de 2006, do Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de novembro de 1993, alterado pelos Decreto-Lei n.º 176/99 de 25 de outubro de 1999, Decreto-Lei n.º 439-A/99 de 29 de outubro de 1999 e Decreto-Lei n.º 103/2003 de 23 de maio de 2003.

Roménia

Departamente ale Autorităților locale și Companii care produc, transportă și distribuie apă (departamentos das autoridades e empresas locais de produção, transporte e distribuição de água); exemplos:

– S.C. APA –C.T.T.A. S.A. Alba Iulia, Alba
– S.C. APA –C.T.T.A. S.A. Filiala Alba Iulia SA., Alba Iulia, Alba
– S.C. APA –C.T.T.A. S.A Filiala Blaj, Blaj, Alba

- Compania de Apă Arad
- S.C. Aquaterm AG 98 S.A. Curtea de Argeş, Argeş
- S.C. APA Canal 2000 S.A. Piteşti, Argeş
- S.C. APA Canal S.A. Oneşti, Bacău
- Compania de Apă-Canal, Oradea, Bihor
- R.A.J.A. Aquabis Bistriţa, Bistriţa-Năsăud
- S.C. APA Grup SA Botoşani, Botoşani
- Compania de Apă, Braşov, Braşov
- R.A. APA, Brăila, Brăila
- S.C. Ecoaquasa Sucursala Călăraşi, Călăraşi, Călăraşi
- S.C. Compania de Apă Someş S.A., Cluj, Cluj-Napoca
- S.C. Aquasom S.A. Dej, Cluj
- Regia Autonomă Judeţeană de Apă, Constanţa, Constanţa
- R.A.G.C. Târgovişte, Dâmboviţa
- R.A. APA Craiova, Craiova, Dolj
- S.C. Apa-Canal S.A., Baileşti, Dolj
- S.C. Apa-Prod S.A. Deva, Hunedoara
- R.A.J.A.C. Iaşi, Iaşi
- Direcţia Apă-Canal, Paşcani, Iaşi
- Societatea Naţională a Apelor Minerale (SNAM)

Eslovénia

Entidades que produzem, transportam ou distribuem água potável nos termos da lei da concessão, em conformidade com a Zakon o varstvu okolja (Jornal Oficial da República da Eslovénia, 32/93, 1/96) e com as decisões emitidas pelas autarquias.

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5015731	Javno Komunalno Podjetje Komunala Trbovlje D.O.O.	1420	Trbovlje
5067936	Komunala D.O.O. Javno Podjetje Murska Sobota	9000	Murska Sobota
5067804	Javno Komunalno Podjetje Komunala Kočevje D.O.O.	1330	Kočevje
5075556	Loška Komunala, Oskrba Z Vodo In Plinom, D.D. Škofja Loka	4220	Škofja Loka
5222109	Komunalno Podjetje Velenje D.O.O. Izvajanje Komunalnih Dejavnosti D.O.O.	3320	Velenje
5072107	Javno Komunalno Podjetje Slovenj Gradec D.O.O.	2380	Slovenj Gradec
1122959	Komunala Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Gornji Grad	3342	Gornji Grad
1332115	Režijski Obrat Občine Jezersko	4206	Jezersko
1332155	Režijski Obrat Občine Komenda	1218	Komenda
1357883	Režijski Obrat Občine Lovrenc Na Pohorju	2344	Lovrenc Na Pohorju
1563068	Komuna, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Beltinci	9231	Beltinci
1637177	Pindža Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Petrovci	9203	Petrovci
1683683	Javno Podjetje Edš - Ekološka Družba, D.O.O. Šentjernej	8310	Šentjernej

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5015367	Javno Podjetje Kovod Postojna, Vodovod, Kanalizacija, D.O.O., Postojna	6230	Postojna
5015707	Komunalno Podjetje Vrhnika Proizvodnja In Distribucija Vode, D.D.	1360	Vrhnika
5016100	Komunalno Podjetje Ilirska Bistrica	6250	Ilirska Bistrica
5046688	Javno Podjetje Vodovod – Kanalizacija, D.O.O. Ljubljana	1000	Liubliana
5062403	Javno Podjetje Komunala Črnomelj D.O.O.	8340	Črnomelj
5063485	Komunala Radovljica, Javno Podjetje Za Komunalno Dejavnost, D.O.O.	4240	Radovljica
5067731	Komunala Kranj, Javno Podjetje, D.O.O.	4000	Kranj
5067758	Javno Podjetje Komunala Cerknica D.O.O.	1380	Cerknica
5068002	Javno Komunalno Podjetje Radlje D.O.O. Ob Dravi	2360	Radlje Ob Dravi
5068126	Jkp, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Slovenske Konjice	3210	Slovenske Konjice
5068134	Javno Komunalno Podjetje Žalec D.O.O.	3310	Žalec
5073049	Komunalno Podjetje Ormož D.O.O.	2270	Ormož
5073103	Kop Javno Komunalno Podjetje Zagorje Ob Savi, D.O.O.	1410	Zagorje Ob Savi
5073120	Komunala Novo Mesto D.O.O., Javno Podjetje	8000	Novo Mesto
5102103	3250Rogaška Slatina5102103 Javno Komunalno Podjetje Log D.O.O.	2390	Ravne Na Koroškem
5111501	Okp Javno Podjetje Za Komunalne Storitve Rogaška Slatina D.O.O.	3250	Rogaška Slatina
5112141	Javno Podjetje Komunalno Stanovanjsko Podjetje Litija, D.O.O.	1270	Litija
5144558	Komunalno Podjetje Kamnik D.D.	1241	Kamnik
5144574	Javno Komunalno Podjetje Grosuplje D.O.O.	1290	Grosuplje
5144728	Ksp Hrastnik Komunalno - Stanovanjsko Podjetje D.D.	1430	Hrastnik

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5145023	Komunalno Podjetje Tržič D.O.O.	4290	Tržič
5157064	Komunala Metlika Javno Podjetje D.O.O.	8330	Metlika
5210461	Komunalno Stanovanjska Družba D.O.O. Ajdovščina	5270	Ajdovščina
5213258	Javno Komunalno Podjetje Dravograd	2370	Dravograd
5221897	Javno Podjetje Komunala D.O.O. Mozirje	3330	Mozirje
5227739	Javno Komunalno Podjetje Prodnik D.O.O.	1230	Domžale
5243858	Komunala Trebnje D.O.O.	8210	Trebnje
5254965	Komunala, Komunalno Podjetje D.O.O.,Lendava	9220	Lendava - Lendva
5321387	Komunalno Podjetje Ptuj D.D.	2250	Ptuj
5466016	Javno Komunalno Podjetje Šentjur D.O.O.	3230	Šentjur
5475988	Javno Podjetje Komunala Radeče D.O.O.	1433	Radeče
5529522	3205Vitanje5529522 Radenska-Ekoss, Podjetje Za Stanovanjsko, Komunalno In Ekološko Dejavnost, Radenci D.O.O.	9252	Radenci
5777372	Vit-Pro D.O.O. Vitanje; Komunala Vitanje, Javno Podjetje D.O.O.	3205	Vitanje
5827558	Komunalno Podjetje Logatec D.O.O.	1370	Logatec
5874220	Režijski Obrat Občine Osilnica	1337	Osilnica
5874700	Režijski Obrat Občine Turnišče	9224	Turnišče
5874726	Režijski Obrat Občine Črenšovci	9232	Črenšovci
5874734	Režijski Obrat Občine Kobilje	9223	Dobrovnik
5881820	Režijski Obrat Občina Kanal Ob Soči	5213	Kanal
5883067	Režijski Obrat Občina Tišina	9251	Tišina
5883148	Režijski Obrat Občina Železniki	4228	Železniki
5883342	Režijski Obrat Občine Zreče	3214	Zreče
5883415	Režijski Obrat Občina Bohinj	4264	Bohinjska Bistrica
5883679	Režijski Obrat Občina Črna Na Koroškem	2393	Črna Na Koroškem

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5914540	Vodovod - Kanalizacija Javno Podjetje D.O.O. Celje	3000	Celje
5926823	Jeko - In, Javno Komunalno Podjetje, D.O.O., Jesenice	4270	Jesenice
5945151	Javno Komunalno Podjetje Brezovica D.O.O.	1352	Preserje
5156572	Kostak, Komunalno In Stavbno Podjetje D.D. Krško	8270	Krško
1162431	Vodokomunalni Sistemi Izgradnja In Vzdrževanje Vodokomunalnih Sistemov D.O.O. Velike Lašče		Velike Lašče
1314297	Vodovodna Zadruga Golnik, Z.O.O.	4204	Golnik
1332198	Režijski Obrat Občine Dobrovnik	9223	Dobrovnik - Dobronak
1357409	9265Bodonci1357409 Režijski Obrat Občine Dobje	3224	Dobje Pri Planini
1491083	1550144Pungrad, Javno Komunalno Podjetje D.O.O.	9265	Bodonci
1550144	Vodovodi In Kanalizacija Nova Gorica D.D.	5000	Nova Gorica
1672860	Vodovod Murska Sobota Javno Podjetje D.O.O.	9000	Murska Sobota
5067545	Komunalno Stanovanjsko Podjetje Brežice D.D.	8250	Brežice
5067782	Javno Podjetje - Azienda Publica Rižanski Vodovod Koper D.O.O. - S.R.L.	6000	Koper - Capodistria
5067880	Mariborski Vodovod Javno Podjetje D.D.	2000	Maribor
5068088	Javno Podjetje Komunala D.O.O. Sevnica	8290	Sevnica
5072999	Kraški Vodovod Sežana Javno Podjetje D.O.O.	6210	Sežana
5073251	Hydrovod D.O.O. Kočevje	1330	Kočevje
5387647	Komunalno-Stanovanjsko Podjetje Ljutomer D.O.O.	9240	Ljutomer
5817978	Vodovodna Zadruga Preddvor, Z.B.O.	4205	Preddvor
5874505	Režijski Obrat Občina Laško	Laško	
5880076	Režijski Obrat Občine Cerkno	5282	Cerkno
5883253	Režijski Obrat Občine Rače Fram	2327	Rače
5884624	Vodovodna Zadruga Lom, Z.O.O.	4290	Tržič

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5918375	Komunala, Javno Podjetje, Kranjska Gora, D.O.O.	4280	Kranjska Gora
5939208	Vodovodna Zadruga Senično, Z.O.O.	4294	Križe
1926764	Ekoviz D.O.O.	9000	Murska Sobota
5077532	Komunala Tolmin, Javno Podjetje D.O.O.	5220	Tolmin
5880289	Občina Gornja Radgona	9250	Gornja Radgona
1274783	Wte Wassertechnik Gmbh, Podružnica Kranjska Gora	4280	Kranjska Gora
1785966	Wte Bled D.O.O.	4260	Bled
1806599	Wte Essen	3270	Laško
5073260	Komunalno Stanovanjsko Podjetje D.D. Sežana	6210	Sežana
5227747	Javno Podjetje Centralna Čistilna Naprava Domžale - Kamnik D.O.O.	1230	Domžale
1215027	Aquasystems Gospodarjenje Z Vodami D.O.O.	2000	Maribor
1534424	Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Mežica	2392	Mežica
1639285	Čistilna Naprava Lendava D.O.O.	9220	Lendava - Lendva
5066310	Nigrad Javno Komunalno Podjetje D.D.	2000	Maribor
5072255	Javno Podjetje-Azienda Pubblica Komunala Koper, D.O.O. - S.R.L.	6000	Koper - Capodistria
5156858	Javno Podjetje Komunala Izola, D.O.O. Azienda Pubblica Komunala Isola, S.R.L.	6310	Izola - Isola
5338271	Gop Gradbena, Organizacijska In Prodajna Dejavnost,D.O.O.	8233	Mirna
5708257	Stadij, D.O.O., Hruševje	6225	Hruševje
5144647	Komunala, Javno Komunalno Podjetje Idrija, D.O.O.	5280	Idrija
5105633	Javno Podjetje Okolje Piran	6330	Piran - Pirano
5874327	Režijski Obrat Občina Kranjska Gora	4280	Kranjska Gora
1197380	Čista Narava, Javno Komunalno Podjetje D.O.O. Moravske Toplice	9226	Moravske Toplice

Eslováquia

– Entidades que exploram sistemas de água públicos em relação à produção ou transporte e distribuição ao público de água potável, com base em autorizações de comércio e certificados de competência profissional para a exploração de sistemas de água públicos, concedidos nos termos da Lei n.º 442/2002 Coll., com a redação dada pelas leis n.o 525/2003 Coll., n.º 364/2004 Coll., n.º 587/2004 Coll.

– Entidades que exploram instalações de gestão da água em conformidade com as condições previstas na Lei n.º 364/2004 Coll., com a redação dada pelas leis n.º 587/2004 Coll. e n.º 230/2005 Coll., com base na autorização concedida em conformidade com a Lei n.º 135/1994 Coll. com a redação dada pelas Leis n.º 52/1982 Coll., n.º 595/1990 Coll., n.º 128/1991 Coll., n.º 238/1993 Coll., n.º 416/2001 Coll., n.º 533/2001 Coll., e que simultaneamente fornecem o transporte ou a distribuição de água potável ao público em conformidade com a Lei n.º 442/2002 Coll. com a redação dada pelas Leis n.º 525/2003 Coll., n.º 364/2004 Coll., n.º 587/2004 Coll. e n.º 230/2005 Coll.

Por exemplo:

– Bratislavská vodárenská spoločnos', a.s.
– Západoslovenská vodárenská spoločnos', a.s.
– Považská vodárenská spoločnos', a.s.
– Severoslovenské vodárne a kanalizácie, a.s.
– Stredoslovenská vodárenská spoločnos', a.s.
– Podtatranská vodárenská spoločnos', a.s.
– Východoslovenská vodárenská spoločnos', a.s.

Finlândia

– Autoridades encarregadas do fornecimento de água, previstas no § 3 da vesihuoltolaitokset//lagen om vattentjänster (119/2001).

Suécia

Autoridades locais e empresas municipais encarregadas da produção, transporte ou distribuição de água potável nos termos da lagen (2006:412) om allmänna vattentjänster.

Reino Unido

– Uma empresa ativa no domínio do abastecimento de água ou da eliminação das águas residuais ao abrigo do Water Industry Act. 1991;
– Uma autoridade das águas e das águas residuais instituída nos termos da secção 62 do Local Government (Scotland) Act. 1994.

The Department for Regional Development (Northern Ireland).

Croácia

Entidades adjudicantes referidas no artigo 6.º da Zakon o javnoj Nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei sobre contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11), que são empresas públicas ou autoridades adjudicantes e que, ao abrigo de regulamentações especiais, exercem atividades de construção (disponibilização) ou de gestão de redes fixas para a prestação de serviços públicos relacionados com a produção, transporte e distribuição de água potável e o fornecimento de água potável a redes fixas, tais como as entidades governamentais autónomas locais que ajam como o prestador público de serviços de fornecimento de água ou de serviços de drenagem em conformidade com a Lei das águas (Boletim Oficial n.º 153/09 e 130/11).

II. Produção, transporte ou distribuição de eletricidade:

Bélgica

Autoridades comunais e intercomunais, neste setor das respetivas atividades

– Société de Production d'Electricité / Elektriciteitsproductie Maatschappij.
– Electrabel / Electrabel
– Elia

Bulgária

Entidades que receberam uma licença para a produção, transporte, distribuição e fornecimento ou abastecimento públicos de eletricidade nos termos do artigo 39.º, n.º 1, da Закона за енергетиката (обн., ДВ, бр.107/09.12.2003):

– АЕЦ Козлодуй - ЕАД
– Болкан Енерджи АД
– Брикел - ЕАД
– Българско акционерно дружество Гранитоид АД
– Девен АД
– ЕВН България Електроразпределение АД
– ЕВН България Електроснабдяване АД
– ЕЙ И ЕС – ЗС Марица Изток 1
– Енергийна компания Марица Изток III - АД
– Енерго-про България - АД
– ЕОН България Мрежи АД
– ЕОН България Продажби АД
– ЕРП Златни пясъци АД
– ЕСО ЕАД
– ЕСП „Златни пясъци” АД
– Златни пясъци-сервиз АД
– Калиакра Уинд Пауър АД
– НЕК ЕАД
– Петрол АД
– Петрол Сторидж АД
– Пиринска Бистрица-Енергия АД

– Руно-Казанлък АД
– Сентрал хидроелектрик дьо Булгари ЕООД
– Слънчев бряг АД
– ТЕЦ - Бобов Дол ЕАД
– ТЕЦ - Варна ЕАД
– ТЕЦ "Марица 3" – АД
– ТЕЦ Марица Изток 2 – ЕАД
– Топлофикация Габрово – ЕАД
– Топлофикация Казанлък – ЕАД
– Топлофикация Перник – ЕАД
– Топлофикация Плевен – ЕАД
– ЕВН България Топлофикация – Пловдив - ЕАД
– Топлофикация Русе – ЕАД
– Топлофикация Сливен – ЕАД
– Топлофикация София – ЕАД
– Топлофикация Шумен – ЕАД
– Хидроенергострой ЕООД
– ЧЕЗ България Разпределение АД
– ЧЕЗ Електро България АД

República Checa

Todas as entidades adjudicantes nos setores que prestam serviços no setor da eletricidade definidos na secção 4, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades adjudicantes:

– ČEPS, a.s.
– ČEZ, a. s.
– Dalkia Česká republika, a.s.
– PREdistribuce, a.s.
– Plzeňská energetika a.s.
– Sokolovská uhelná, právní nástupce, a.s.

Dinamarca

– Entidades encarregadas da produção de eletricidade com base numa autorização concedida nos termos do § 10 da lov om elforsyning, jf. lovbekendtgørelse n.º 1115 de 8 de novembro de 2006.
– Entidades encarregadas do transporte de eletricidade com base numa autorização concedida nos termos do § 19 da lov om elforsyning, jf. lovbekendtgørelse n.º 1115 de 8 de novembro de 2006.
– Transporte de eletricidade efetuado por Energinet Danmark ou filiais integralmente detidas por Energinet Danmark em conformidade com a lov om Energinet Danmark § 2, stk. 2 og 3, jf. lovbekendtgørelse n.º 1384 de 20 de dezembro de 2004.

Alemanha

Autarquias, instituições de direito público, ou seus consórcios, ou empresas controladas pelo Estado, encarregadas do fornecimento de energia a outras empresas, da exploração de uma rede de abastecimento de energia ou com capacidade para dispor de uma rede de abastecimento de energia por motivos de propriedade nos termos do § 3 (18) da Gesetz über die Elektrizitäts- und Gasversorgung (Energiewirtschaftsgesetz) de 24 de abril de 1998, com a última redação que lhe foi dada em 9 de dezembro de 2006.

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):
  – AS Eesti Energia (Energia Estónia Ltd);
  – OÜ Jaotusvõrk (Jaotusvõrk LLC);
  – As Narva elektrijaamad (Centrais elétricas Narva Ltd);
  – OÜ Põhivõrk (Põhivõrk LLC).

Irlanda

– The Electricity Supply Board
– ESB Independent Energy [ESBIE – fornecimento de eletricidade]
– Synergen Ltd. [geração de eletricidade]
– Viridian Energy Supply Ltd. [fornecimento de eletricidade]
– Huntstown Power Ltd. [geração de eletricidade]
– Bord Gáis Éireann [fornecimento de eletricidade]
– Fornecedores e geradores de eletricidade detentores de uma licença concedida ao abrigo do Electricity Regulation Act 1999
– EirGrid plc

Grécia

"Δημόσια Επιχείρηση Ηλεκτρισμού Α.Ε.", instituída pela Lei n.º 1468/1950 περί ιδρύσεως της ΔΕΗ e explorada nos termos da Lei n.º 2773/1999 e do Decreto Presidencial n.º 333/1999.

Espanha

– Red Eléctrica de España, S.A.
– Endesa, S.A.
– Iberdrola, S.A.
– Unión Fenosa, S.A.
– Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.
– Electra del Viesgo, S.A.
– Outras entidades que operam no domínio da produção, transporte e distribuição de eletricidade, nos termos da "Ley 54/1997, de 27 de noviembre, del Sector eléctrico" e respetiva legislação de execução.

França

– Électricité de France, entidade criada e explorada nos termos da Lei n.º 46-628, de 8 de abril de 1946, sur la nationalisation de l'électricité et du gaz, na sua versão alterada.
– RTE, gestor da rede de transportes de eletricidade.
– Entidades encarregadas da distribuição de eletricidade, referidas no artigo 23.º da Lei n.º 46-628, de 8 de abril de 1946, sur la nationalisation de l'électricité et du gaz, na sua versão alterada (sociétés d'économie mixte, régies ou serviços similares compostos de entidades regionais ou locais). Por exemplo: Gaz de Bordeaux, Gaz de Strasbourg.
– Compagnie nationale du Rhône
– Electricité de Strasbourg

Itália

– Empresas do Gruppo Enel encarregadas da produção, transporte e distribuição de eletricidade, nos termos do Decreto Legislativo n.º 79 de 16 de março de 1999 e das suas sucessivas alterações e aditamentos
– TERNA- Rete elettrica nazionale SpA
– Outras empresas que operam com base em autorizações concedidas nos termos do Decreto Legislativo n.º 79 de 16 de março de 1999.

Chipre

– Η Αρχή Ηλεκτρισμού Κύπρου estabelecido pela lei περί Αναπτύξεως Ηλεκτρισμού Νόμο, Κεφ. 171.
– Διαχειριστής Συστήματος Μεταφοράς foi estabelecido em conformidade com o artigo 57.º da Περί Ρύθμισης της Αγοράς Ηλεκτρισμού Νόμου 122(I) του 2003.

Outras pessoas, entidades ou empresas que exerçam uma atividade estabelecida no artigo 3.º da Diretiva 2004/17/CE e que operem com base numa licença concedida ao abrigo do artigo 34.º da περί Ρύθμισης της αγοράς Ηλεκτρισμού Νόμου του 2003 N. 122(I)/2003.

Letónia

VAS "Latvenergo" e outras empresas que produzem, transportam e distribuem eletricidade e fazem adjudicações em conformidade com a lei "Par iepirkumu sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju vajadzībām".

Lituânia

– Central de energia nuclear de Ignalina (empresa estatal)
– Akcinė bendrovė "Lietuvos energija"
– Akcinė bendrovė "Lietuvos elektrinė"
– Akcinė bendrovė "Rytų skirstomieji tinklai"
– Akcinė bendrovė "VST"
– Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) que efetuam a produção, o transporte ou a distribuição de eletricidade nos termos da Lei sobre a eletricidade da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 66-1984, 2000; n.º 107-3964, 2004) e da Lei sobre a energia nuclear da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 119-2771, 1996).

Luxemburgo

– Compagnie grand-ducale d'électricité de Luxembourg (CEGEDEL), encarregada da produção e distribuição de eletricidade nos termos da convention du 11 novembre 1927 concernant l'établissement et l'exploitation des réseaux de distribution d'énergie électrique dans le Grand-Duché du Luxembourg, aprovada pela lei de 4 de janeiro de 1928.
– Autoridades locais encarregadas do transporte e distribuição de eletricidade.
– Société électrique de l'Our (SEO).
– Syndicat de communes SIDOR.

Hungria

Entidades que produzem, transportam ou distribuem eletricidade nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről and 2007. évi LXXXVI. törvény a villamos energiáról.

Malta

Korporazzjoni Enemalta (Enemalta Corporation)

Países Baixos

Entidades encarregadas da distribuição de eletricidade com base numa licença (vergunning) concedida pela autoridade provincial nos termos da Lei Provincial (Provinciewet). Por exemplo:

– Essent
– Nuon

Áustria

Entidades encarregadas da exploração de uma rede de transporte ou distribuição, nos termos da Elektrizitätswirtschafts– und Organisationsgesetz, BGBl. I Nr. 143/1998, na versão alterada, ou nos termos das Elektrizitätswirtschafts(wesen)gesetze dos nove *Länder*.

Polónia

Companhias de energia na aceção de ustawa z dnia 10 kwietnia 1997 r. Prawo energetyczne, incluindo, entre outras:

– BOT Elektrownia "Opole" S.A., Brzezie
– BOT Elektrownia Bełchatów S.A,
– BOT Elektrownia Turów S.A., Bogatynia
– Elbląskie Zakłady Energetyczne S.A. w Elblągu
– Elektrociepłownia Chorzów "ELCHO" Sp. z o.o.
– Elektrociepłownia Lublin - Wrotków Sp. z o.o.
– Elektrociepłownia Nowa Sarzyna Sp. z o.o.
– Elektrociepłownia Rzeszów S.A.
– Elektrociepłownie Warszawskie S.A.
– Elektrownia "Kozienice" S.A.
– Elektrownia "Stalowa "Wola" S.A.
– Elektrownia Wiatrowa, Sp. z o.o., Kamieńsk
– Elektrownie Szczytowo-Pompowe S.A., Warszawa
– ENEA S.A., Poznań
– Energetyka Sp. z o.o, Lublin
– EnergiaPro Koncern Energetyczny S.A., Wrocław
– ENION S.A., Kraków
– Górnośląski Zakład Elektroenergetyczny S.A., Gliwice
– Koncern Energetyczny Energa S.A., Gdańsk
– Lubelskie Zakłady Energetyczne S.A.
– Łódzki Zakład Energetyczny S.A,
– PKP Energetyka Sp. z o.o., Warszawa

- Polskie Sieci Elektroenergetyczne S.A., Warszawa
- Południowy Koncern Energetyczny S.A., Katowice
- Przedsiębiorstwo Energetyczne w Siedlcach Sp. z o.o.
- PSE-Operator S.A., Warszawa
- Rzeszowski Zakład Energetyczny S.A,
- Zakład Elektroenergetyczny "Elsen" Sp. z o.o,, Częstochowa
- Zakład Energetyczny Białystok S.A,
- Zakład Energetyczny Łódź-Teren S,A.
- Zakład Energetyczny Toruń S.A.
- Zakład Energetyczny Warszawa-Teren
- Zakłady Energetyczne Okręgu Radomsko-Kieleckiego S.A.
- Zespół Elektrociepłowni Bydgoszcz S.A.
- Zespół Elektrowni Dolna Odra S.A., Nowe Czarnowo
- Zespół Elektrowni Ostrołęka S.A.
- Zespół Elektrowni Pątnów-Adamów-Konin S.A.
- Polskie Sieci Elektroenergetyczne S.A,
- Przedsiębiorstwo Energetyczne MEGAWAT Sp. Z.o.o.
- Zespół Elektrowni Wodnych Niedzica S.A.
- Energetyka Południe S.A.

Portugal

1. Produção de eletricidade

Entidades que produzem eletricidade nos termos de:

– Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, que estabelece as bases gerais da organização e o funcionamento do sistema elétrico nacional (SEN), e as bases gerais aplicáveis ao exercício das atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de eletricidade e à organização dos mercados de eletricidade.

– Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, que desenvolve os princípios gerais relativos à organização e ao funcionamento do SEN, regulamentando o diploma atrás referido.

– Entidades que produzem eletricidade ao abrigo de um regime especial em conformidade com o Decreto-Lei n.º 189/88 de 27 de maio, com a redação dada pelos Decretos-Lei n.º 168/99 de 18 de maio, n.º 313/95 de 24 de novembro, n.º 538/99 de 13 de dezembro, n.º 312/2001 e n.º 313/2001, ambos de 10 de dezembro, Decreto-Lei n.º 339-C/2001 de 29 de dezembro, Decreto-Lei n.º 68/2002 de 25 de março, Decreto-Lei n.º 33-A/2005 de 16 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 225/2007 de 31 de maio e Decreto-Lei n.º 363/2007 de 2 de novembro.

2. Transporte de eletricidade:

Entidades que transportam eletricidade nos termos de:

– Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, e Decreto-lei n.º 172/2006, de 23 de agosto.

3. Distribuição de eletricidade:

– Entidades que distribuem eletricidade nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro, e do Decreto-lei n.º 172/2006, de 23 de agosto.

– Entidades que distribuem eletricidade nos termos do Decreto-Lei n.º 184/95, de 27 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 56/97, de 14 de março e do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de setembro, com a redação dada pelos Decreto-Lei n.º 297/86, de 19 de setembro, Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro e Decreto-Lei n.º 17/92, de 5 de fevereiro.

Roménia

– Societatea Comercială de Producere a Energiei Electrice Hidroelectrica-SA Bucureşti (Companhia Comercial para a Produção de Energia Elétrica “Hidroelectrica-SA Bucureşti”)
– Societatea Naţională "Nuclearelectrica" SA (Companhia Nacional “Nuclearelectrica S.A.”)
– Societatea Comercială de Producere a Energiei Electrice şi Termice Termoelectrica SA (Companhia Comercial para a Produção de Energia Elétrica e Energia Térmica “Termoelectrica S.A.”)
– S.C. Electrocentrale Deva S.A. (CC Central Elétrica “Deva SA.”)

- S.C. Electrocentrale Bucureşti S.A. (CC Central Elétrica “Bucureşti S.A.”)
- S.C. Electrocentrale Galaţi SA (CC Central Elétrica “Galaţi SA”)
- S.C. Electrocentrale Termoelectrica SA (CC Central Elétrica “Termoelectrica SA”)
- S.C. Complexul Energetic Craiova SA (CC Complexo Energético de Craiova SA)
- S.C. Complexul Energetic Rovinari SA (CC Complexo Energético de Rovinari)
- S.C. Complexul Energetic Turceni SA (CC Complexo Energético de Turceni)
- Compania Naţională de Transport a Energiei Electrice Transelectrica SA Bucureşti (Companhia Nacional de Transporte de Energia Elétrica “Transelectrica SA Bucureşti”)
- Societatea Comercială Electrica SA, Bucureşti
- S.C. Filiala de Distribuţie a Energiei Electrice
- "Electrica Distribuţie Muntenia Nord" S.A
- S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice
- "Electrica Furnizare Muntenia Nord" S.A
- S.C. Filiala de Distribuţie şi Furnizare a Energiei Electrice Electrica Muntenia Sud (CC Filiais de Distribuição e Fornecimento de Energia Elétrica “Electrica Muntenia Sud”)
- S.C. Filiala de Distribuţie a Energiei Electrice (CC Filial de Distribuição de Energia Elétrica)
- "Electrica Distribuţie Transilvania Sud" S.A
- S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice (CC Filial de Fornecimento de Energia Elétrica)
- "Electrica Furnizare Transilvania Sud" S.A
- S.C. Filiala de Distribuţie a Energiei Electrice (CC Filial de Distribuição de Energia Elétrica)
- "Electrica Distribuţie Transilvania Nord" S.A

– S.C. Filiala de Furnizare a Energiei Electrice (CC Filial de Fornecimento de Energia Elétrica)
– "Electrica Furnizare Transilvania Nord" S.A
– Enel Energie
– Enel Distribuţie Banat
– Enel Distribuţie Dobrogea
– E.ON Moldova SA
– CEZ Distribuţie

Eslovénia

Entidades que produzem, transportam ou distribuem eletricidade nos termos do Energetski zakon (Uradni list RS, 79/99):

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1613383	Borzen D.O.O.	1000	Liubliana
5175348	Elektro Gorenjska D.D.	4000	Kranj
5223067	Elektro Celje D.D.	3000	Celje
5227992	Elektro Ljubljana D.D.	1000	Liubliana
5229839	Elektro Primorska D.D.	5000	Nova Gorica
5231698	Elektro Maribor D.D.	2000	Maribor
5427223	Elektro - Slovenija D.O.O.	1000	Liubliana
5226406	Javno Podjetje Energetika Ljubljana, D.O.O.	1000	Liubliana
1946510	Infra D.O.O.	8290	Sevnica
2294389	Sodo Sistemski Operater Distribucijskega Omrežja Z Električno Energijo, D.O.O.	2000	Maribor
5045932	Egs-Ri D.O.O.	2000	Maribor

Eslováquia

Entidades que operam, mediante autorização, nos domínios da produção, do transporte através de um sistema de rede, da distribuição e do abastecimento ao público de eletricidade através de uma rede de distribuição nos termos da Lei n.º 656/2004 Coll.

Por exemplo:

– Slovenské elektrárne, a.s.
– Slovenská elektrizačná prenosová sústava, a.s.
– Západoslovenská energetika, a.s.
– Stredoslovenská energetika, a.s.
– Východoslovenská energetika, a.s.

Finlândia

Entidades comunais e empresas públicas encarregadas da produção de eletricidade e unidades encarregadas da manutenção das redes de transporte ou distribuição de eletricidade e do transporte de eletricidade ou do sistema elétrico com base numa autorização concedida nos termos dos § § 4 ou 16 da sähkömarkkinalaki/elmarknadslagen (386/1995) e em conformidade com laki vesi- ja energiahuollon, liikenteen ja postipalvelujen alalla toimivien yksiköiden hankinnoista (349/2007)/lag om upphandling inom sektorerna vatten, energi, transporter och posttjänster (349/2007).

Suécia

Entidades encarregadas do transporte ou distribuição de eletricidade com base numa autorização concedida nos termos da ellagen (1997:857).

Reino Unido

– Uma pessoa que recebeu uma licença ao abrigo da secção 6 da Electricity Act 1989
– Uma pessoa que recebeu uma licença ao abrigo do artigo 10(1) da Electricity (Northern Ireland) Order 1992
– National Grid Electricity Transmission plc
– System Operation Northern Irland Ltd
– Scottish & Southern Energy plc
– SPTransmission plc

Croácia

Entidades adjudicantes referidas no artigo 6.º da Zakon o javnoj Nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei sobre contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11), que são empresas públicas ou autoridades adjudicantes e que, ao abrigo de regulamentações especiais, exercem atividades de construção (disponibilização) ou de gestão de redes fixas para a prestação de serviços públicos relacionados com a produção, transporte e distribuição de água potável e o fornecimento de água potável a redes fixas, tais como as entidades que exercem as referidas atividades com base na Licença para realizar atividades energéticas em conformidade com a Lei da energia (Boletim Oficial 68/01, 177/04, 76/07, 152/08, 127/10).

III. Instalações aeroportuárias

Bélgica

– Brussels International Airport Company
– Belgocontrol
– Luchthaven Antwerpen
– Internationale Luchthaven Oostende-Brugge
– Société Wallonne des Aéroports
– Brussels South Charleroi Airport
– Liège Airport

Bulgária

Главна дирекция “Гражданска въздухоплавателна администрация” (Direção-Geral “Administração da Aviação Civil”)

ДП “Ръководство на въздушното движение”

Operadores aeroportuários de aeroportos civis para o público estabelecidos pelo Conselho de Ministros nos termos do artigo 43.º, n.º 3, da Закона на гражданското въздухоплаване (обн., ДВ, бр.94/01.12.1972):

– "Летище София" ЕАД
– "Фрапорт Туин Стар Еърпорт Мениджмънт" АД
– "Летище Пловдив" ЕАД
– "Летище Русе" ЕООД
– "Летище Горна Оряховица" ЕАД

República Checa

Todas as entidades adjudicantes que explorem áreas geográficas especificadas para fins de fornecimento e exploração de aeroportos (regulamentadas pela secção 4, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada).

Exemplos de entidades adjudicantes:

– Česká správa letišť, s.p.
– Letiště Karlovy Vary s.r.o.
– Letiště Ostrava, a.s.
– Správa Letiště Praha, s. p.

Dinamarca

– Aeroportos explorados com base numa autorização concedida nos termos do § 55 (1) da lov om luftfart, jf. lovbekendtgørelse nr. 731 de 21 junho de 2007.

Alemanha

– Aeroportos na aceção do § 38 Absatz 2 Nr. 1 da Luftverkehrs-Zulassungs-Ordnung de 19 de junho de 1964, com a última redação que lhe foi dada em 5 de janeiro de 2007.

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):
  – AS Tallinna Lennujaam (Aeroporto de Taline Ltd);
  – Tallinn Airport GH AS (Tallinn Airport GH Ltd).

Irlanda

– Aeroportos de Dublin, Cork e Shannon, geridos por Aer Rianta-Irish Airports.
– Aeroportos explorados com base numa public use licence concedida nos termos do Irish Aviation Authority Act 1993 na versão alterada pelo Air Navigation and Transport (Amendment) Act, 1998, e em que quaisquer serviços aéreos previstos são realizados por um avião destinado ao transporte público de passageiros, correio ou carga.

Grécia

– "Υπηρεσία Πολιτικής Αεροπορίας" ("ΥΠΑ") explorados nos termos da ν.δ. 714/70, na versão alterada pela lei 1340/83; a organização da empresa é definida no Π.Δ.56/89 e nas suas versões mais recentes.

– A empresa "Διεθνής Αερολιμένας Αθηνών", em Spata, explorada nos termos do Decreto Legislativo n.º 2338/95 Κύρωση Σύμβασης Ανάπτυξης του Νέου Διεθνούς Αερο- -δρομίου της Αθήνας στα Σπάτα, "ίδρυση της εταιρείας "Διεθνής Αερολιμέ- -νας Αθηνών Α.Ε." έγκριση περιβαλλοντικών όρων και άλλες διατάξεις").

– Os “Φορείς Διαχείρισης”, de acordo com o Π.Δ.158/02 “Ίδρυση, κατασκευή, εξοπλισμός, οργάνωση, διοίκηση, λειτουργία και εκμετάλλευση πολιτικών αερολιμένων από φυσικά πρόσωπα, νομικά πρόσωπα ιδιωτικού δικαίου και Οργανισμούς Τοπικής Αυτοδιοίκησης” (ΦΕΚ Α 137).

Espanha

– Ente público Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea (AENA)

França

– Aeroportos explorados por empresas públicas nos termos dos artigos L. 251-1, L.260-1 e L. 270-1 do code de l'aviation civile.
– Aeroportos explorados no âmbito de uma autorização concedida pelo Estado nos termos do artigo R.223-2 do code de l'aviation civile.
– Aeroportos explorados nos termos de um arrêté préfectoral que autoriza uma ocupação temporária.
– Aeroportos cujo criador é uma entidade pública que é objeto de uma convenção, tal como previsto no artigo L. 221-1 do code de l'aviation civile.
– Aeroportos cuja propriedade foi transferida para autoridades regionais ou locais ou para um grupo das mesmas, nos termos da Loi n.º 2004-809, de 13 de agosto de 2004, relative aux libertés et responsabilités locales, nomeadamente o seu artigo 28.º:
  – Aérodrome d'Ajaccio Campo-dell'Oro
  – Aérodrome d'Avignon

  - Aérodrome de Bastia-Poretta
  - Aérodrome de Beauvais-Tillé
  - Aérodrome de Bergerac-Roumanière
  - Aérodrome de Biarritz-Anglet-Bayonne
  - Aérodrome de Brest Bretagne
  - Aérodrome de Calvi-Sainte-Catherine
  - Aérodrome de Carcassonne en Pays Cathare
  - Aérodrome de Dinard-Pleurthuit-Saint-Malo
  - Aérodrome de Figari-Sud Corse
  - Aérodrome de Lille-Lesquin
  - Aérodrome de Metz-Nancy-Lorraine
  - Aérodrome de Pau-Pyrénées
  - Aérodrome de Perpignan-Rivesaltes
  - Aérodrome de Poitiers-Biard
  - Aérodrome de Rennes-Saint-Jacques
- Aeroportos civis propriedade do Estado cuja gestão foi concedida a uma chambre de commerce et d'industrie (artigo 7.º da Loi n.º 2005-357 de 21 de abril de 2005 relative aux aéroports e Décret n.º 2007-444 de 23 de fevereiro de 2007 relatif aux aérodromes appartenant à l'Etat):
  - Aérodrome de Marseille-Provence
  - Aérodrome d'Aix-les-Milles et Marignane-Berre
  - Aérodrome de Nice Côte-d'Azur et Cannes-Mandelieu
  - Aérodrome de Strasbourg-Entzheim
  - Aérodrome de Fort-de France-le Lamentin
  - Aérodrome de Pointe-à-Pitre-le Raizet
  - Aérodrome de Saint-Denis-Gillot

– Outros aeroportos civis propriedade do Estado excluídos da transferência para as autoridades regionais e locais nos termos do Décret n.º 2005-1070 de 24 de agosto de 2005, na sua versão alterada:
  – Aérodrome de Saint-Pierre Pointe Blanche
  – Aérodrome de Nantes Atlantique et Saint-Nazaire-Montoir
– Aéroports de Paris (Loi n.º 2005-357 de 20 de abril de 2005 e Décret n.º 2005-828 de 20 de julho de 2005)

Itália

– A partir de 1 de janeiro de 1996, o Decreto Legislativo N.º 497, de 25 de novembro de 1995, relativo alla trasformazione dell'Azienda autonoma di assistenza al volo per il traffico aereo generale in ente pubblico economico, denominato ENAV, Ente nazionale di assistenza al volo, várias vezes reconduzido e subsequentemente transformado em lei, Legge Nº 665, de 21 de dezembro de 1996, estabeleceu finalmente a transformação dessa entidade numa sociedade de capitais (S.p.A) a partir de 1 de janeiro de 2001.
– Entidades gestoras criadas por leis especiais.
– Entidades gestoras de instalações aeroportuárias com base numa concessão atribuída nos termos do artigo 694.º do Codice della navigazione, Regio Decreto n.º 327 de 30 de março de 1942.
– Entidades aeroportuárias, incluindo as empresas gestionárias SEA (Milão) e ADR (Fiumicino).

Chipre

Letónia

– Valsts akciju sabiedrība “Latvijas gaisa satiksme” (Sociedade pública de responsabilidade limitada “Latvijas gaisa satiksme”).

– Valsts akciju sabiedrība “Starptautiskā lidosta "Rīga"“ (Sociedade pública de responsabilidade limitada “Aeroporto Internacional de "Rīga"“).
– - SIA “Aviasabiedrība "Liepāja"“ (Aviacompany Liepaja Ltd.).

Lituânia

– Empresa estatal Aeroporto Internacional de Vílnius
– Empresa estatal Aeroporto de Kaunas
– Empresa estatal Aeroporto Internacional de Palanga
– Empresa estatal “Oro navigacija”
– Empresa municipal “Šiaulių oro uostas”
– Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) que operam no domínio das instalações aeroportuárias em conformidade com a Lei sobre aviação da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 94-2918, 2000).

Luxemburgo

– Aéroport du Findel.

Hungria

– Aeroportos que operam nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 1995. évi XCVII. törvény a légiközlekedésről.
– Budapest Ferihegy Nemzetközi Repülőtér gerido por Budapest Airport Rt. com base em 1995. évi XCVII. törvény a légiközlekedésről e 83/2006. (XII. 13.) GKM rendelet a légiforgalmi irányító szolgálatot ellátó és a légiforgalmi szakszemélyzet képzését végző szervezetről.

Malta

– - L-Ajruport Internazzjonali ta" Malta (Aeroporto internacional de Malta)

Países Baixos

Aeroportos civis explorados com base nos artigos 18 ss. da Luchtvaartwet. Por exemplo:

– Luchthaven Schiphol

Áustria

– Entidades competentes para fornecer instalações aeroportuárias nos termos da Luftfahrgesetz, BGBl. Nr. 253/1957, na sua versão alterada.

Polónia

– Empresa pública “Porty Lotnicze” que opera com base em ustawa z dnia 23 października l987 r. o przedsiębiorstwie państwowym “Porty Lotnicze”
– Port Lotniczy Bydgoszcz S.A.
– Port Lotniczy Gdańsk Sp. z o.o.
– Górnośląskie Towarzystwo Lotnicze S.A. Międzynarodowy Port Lotniczy Katowice
– Międzynarodowy Port Lotniczy im. Jana Pawła II Kraków - Balice Sp. z o.o
– Lotnisko Łódź Lublinek Sp. z o.o.
– Port Lotniczy Poznań - Ławica Sp. z o.o.
– Port Lotniczy Szczecin - Goleniów Sp. z o. o.
– Port Lotniczy Wrocław S.A.
– Port Lotniczy im. Fryderyka Chopina w Warszawie

– Port Lotniczy Rzeszów - Jasionka
– Porty Lotnicze "Mazury- Szczytno" Sp. z o. o. w Szczytnie
– Port Lotniczy Zielona Góra - Babimost

Portugal

– ANA – Aeroportos de Portugal, S.A. criada nos termos do Decreto- Lei n.º 404/98 de 18 de dezembro 1998.
– NAV – Empresa Pública de Navegação Aérea de Portugal, E. P., criada nos termos do Decreto- Lei n.º 404/98 de 18 de dezembro de 1998.
– ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A. criada nos termos do Decreto- Lei n.º 453/91 de 11 de dezembro de 1991.

Roménia

– Compania Naţională "Aeroporturi Bucureşti" SA (Companhia Nacional “Bucharest Airports S.A.”)
– Societatea Naţională "Aeroportul Internaţional Mihail Kogălniceanu-Constanţa" (Companhia Nacional “Aeroporto Internacional Mihail Kogălniceanu-Constanţa”)
– Societatea Naţională "Aeroportul Internaţional Timişoara-Traian Vuia"-SA (Companhia Nacional “Aeroporto Internacional Timişoara-Traian Vuia”-S.A.)
– Regia Autonomă "Administraţia Română a Serviciilor de Trafic Aerian ROMAT SA" (Empresa Autónoma de Serviço Público “Administração Romena dos Serviços de Tráfego Aéreo ROMAT S.A.")

- Aeroporturile aflate în subordinea Consiliilor Locale (Aeroportos subordinados a Conselhos Locais)
- SC Aeroportul Arad SA (Companhia Comercial “Arad Airport S.A.”)
- Regia Autonomă Aeroportul Bacău (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Bacău”)
- Regia Autonomă Aeroportul Baia Mare (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Baia Mare”)
- Regia Autonomă Aeroportul Cluj Napoca (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Cluj Napoca”)
- Regia Autonomă Aeroportul Internaţional Craiova (Empresa Autónoma de Serviço Público International “Aeroporto de Craiova”)
- Regia Autonomă Aeroportul Iaşi (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Iaşi”
- Regia Autonomă Aeroportul Oradea (Empresa Autónoma de Serviço Público "Aeroporto de Oradea")
- Regia Autonomă Aeroportul Satu-Mare (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Satu-Mare”)
- Regia Autonomă Aeroportul Sibiu (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Sibiu”)
- Regia Autonomă Aeroportul Suceava (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Suceava”)
- Regia Autonomă Aeroportul Târgu Mureş (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Târgu Mureş”)
- Regia Autonomă Aeroportul Tulcea (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Tulcea”)
- Regia Autonomă Aeroportul Caransebeş (Empresa Autónoma de Serviço Público “Aeroporto de Caransebeş)

Eslovénia

Aeroportos civis públicos que operam nos termos do Zakon o letalstvu (Uradni list RS, 18/01)

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1589423	Letalski Center Cerklje Ob Krki	8263	Cerklje Ob Krki
1913301	Kontrola Zračnega Prometa D.O.O.	1000	Liubliana
5142768	Aerodrom Ljubljana D.D.	4210	Brnik-Aerodrom
5500494	Aerodrom Portorož, D.O.O.	6333	Sečovlje – Sicciole

Eslováquia

Entidades que explorem aeroportos com base na autorização concedida pela autoridade e entidades estatais que fornecem serviços de telecomunicações aéreas nos termos da Lei n.º 143/1998 Coll. com a redação dada pelas Lei n.º 57/2001 Coll., Lei n.º 37/2002 Coll., Lei n.º 136/2004 Coll. e Lei n.º 544/2004 Coll.

Por exemplo:

– Letisko M.R.Štefánika, a.s., Bratislava
– Letisko Poprad – Tatry, a.s.
– Letisko Košice, a.s.

Finlândia

Aeroportos geridos pelo “Ilmailulaitos Finavia/Luftfartsverket Finavia”, ou por uma comuna ou por uma empresa pública nos termos da ilmailulaki/luftfartslagen (1242/2005) e laki Ilmailulaitoksesta/lag om Luftfartsverket (1245/2005).

Suécia

– Aeroportos públicos explorados nos termos da luftfartslagen (1957:297).
– Aeroportos privados explorados mediante licença concedida ao abrigo da lei, sempre que essa licença corresponda aos critérios definidos no artigo 2.º, n.º 3, da Diretiva.

Reino Unido

– Uma autoridade local que explore uma zona geográfica a fim de permitir a utilização de um aeroporto ou de outros terminais por parte de transportadores aéreos
– Um operador aeroportuário na aceção do Airports Act 1986 que gira um aeroporto nos termos da economic regulation ao abrigo da Parte IV desse ato.
– Highland and Islands Airports Limited
– Um operador aeroportuário na aceção da Airports (Northern Ireland) Order 1994.
– BAA Ltd.

Croácia

Entidades adjudicantes referidas no artigo 6.º da Zakon o javnoj Nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei sobre contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11), que são empresas públicas ou autoridades adjudicantes e que, ao abrigo de regulamentação especial, exercem uma atividade relacionada com a exploração de uma zona geográfica com vista a colocar aeroportos e outros equipamentos terminais à disposição dos operadores de transporte aéreo; tais como entidades que exercem as referidas atividades com base na concessão em conformidade com a Lei dos aeroportos (Jornal Oficial 19/98 e 14/11).

IV. Instalações de portos marítimos ou interiores ou de outros terminais

Bélgica

– Gemeentelijk Havenbedrijf van Antwerpen
– Havenbedrijf van Gent
– Maatschappij der Brugse Zeevaartinrichtigen
– Port autonome de Charleroi
– Port autonome de Namur
– Port autonome de Liège
– Port autonome du Centre et de l'Ouest
– Société régionale du Port de Bruxelles/Gewestelijk Vennootschap van de Haven van Brussel
– Waterwegen en Zeekanaal
– De Scheepvaart

Bulgária

ДП “Пристанищна инфраструктура”

Entidades que, com base em direitos especiais ou exclusivos, asseguram a exploração de portos ou de partes desses portos para transporte público de importância nacional, enumeradas no anexo 1 do artigo 103a da Закона за морските пространства, вътрешните водни пътища и пристанищата на Република България (обн., ДВ, бр.12/11.02.2000):

– "Пристанище Варна" ЕАД

– "Порт Балчик" АД
– "БМ Порт" АД
– "Пристанище Бургас" ЕАД
– "Пристанищен комплекс – Русе" ЕАД
– "Пристанищен комплекс – Лом" ЕАД
– "Пристанище Видин" ЕООД
– "Драгажен флот – Истър" АД
– "Дунавски индустриален парк" АД

Entidades que, com base em direitos especiais ou exclusivos, asseguram a exploração de portos ou de partes desses portos para transporte público de importância regional, enumeradas no anexo 2 do artigo 103a da Закона за морските пространства, вътрешните водни пътища и пристанищата на Република България (обн., ДВ, бр.12/11.02.2000):

– "Фиш Порт" АД
– Корабоpемонтен завод "Порт - Бургас" АД
– "Либърти металс груп" АД
– "Трансстрой – Бургас" АД
– "Одесос ПБМ" АД
– "Поддържане чистотата на морските води" АД
– "Поларис 8" ООД
– "Лесил" АД
– "Ромпетрол – България" АД
– "Булмаркет – ДМ" ООД
– "Свободна зона – Русе" ЕАД

– "Дунавски драгажен флот" – АД
– "Нарен" ООД
– "ТЕЦ Свилоза" АД
– НЕК ЕАД – клон "АЕЦ – Белене"
– "Нафтекс Петрол" ЕООД
– "Фериботен комплекс" АД
– "Дунавски драгажен флот Дуним" АД
– "ОМВ България" ЕООД
– СО МАТ АД – клон Видин
– "Свободна зона – Видин" ЕАД
– "Дунавски драгажен флот Видин"
– "Дунав турс" АД
– "Меком" ООД
– "Дубъл Ве Ко" ЕООД

República Checa

Todas as entidades adjudicantes que se dedicam à exploração de áreas geográficas especificadas para o fornecimento e a exploração de portos marítimos ou em águas interiores, ou outros terminais de transporte aéreo, marítimo ou fluvial (regulamentado pela secção 4, n.º 1, alínea i), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada).

Exemplos de entidades adjudicantes:
– České přístavy, a.s.

Dinamarca

– Portos tal como definidos no § 1 da lov om havne n.º 326 de 28 de maio de 1999.

Alemanha

– Portos sob a alçada total ou parcial das autoridades territoriais (*Länder*, distritos, comunas)
– Portos interiores sujeitos à Hafenordnung nos termos das Wassergesetze dos *Länder*

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332):
  – AS Saarte Liinid;
  – AS Tallinna Sadam.

Irlanda

– Portos que operam nos termos dos Harbours Acts 1946 a 2000
– Porto de Rosslare Harbour que opera nos termos das Fishguard and Rosslare Railways and Harbours Acts 1899

Grécia

- "Οργανισμός Λιμένος Βόλου Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Β. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Ελευσίνας Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Ε. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Ηγουμενίτσας Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.ΗΓ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Ηρακλείου Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Η. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Καβάλας Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Κ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Κέρκυρας Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.ΚΕ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Πατρών Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.ΠΑ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Λαυρίου Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Λ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- "Οργανισμός Λιμένος Ραφήνας Ανώνυμη Εταιρεία" ("Ο.Λ.Ρ. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2932/01.
- (Autoridades portuárias)
- Outros portos, Δημοτικά και Νομαρχιακά Ταμεία (Portos Municipais e Prefeiturais) regulamentados pelo Decreto Presidencial n.º 649/1977, Lei n.º 2987/02, Decreto Presidencial n.º 362/97 e Lei n.º 2738/99.

Espanha

– Ente público Puertos del Estado
– Autoridad Portuaria de Alicante
– Autoridad Portuaria de Almería – Motril
– Autoridad Portuaria de Avilés
– Autoridad Portuaria de la Bahía de Algeciras
– Autoridad Portuaria de la Bahía de Cádiz
– Autoridad Portuaria de Baleares
– Autoridad Portuaria de Barcelona
– Autoridad Portuaria de Bilbao
– Autoridad Portuaria de Cartagena
– Autoridad Portuaria de Castellón
– Autoridad Portuaria de Ceuta
– Autoridad Portuaria de Ferrol – San Cibrao
– Autoridad Portuaria de Gijón
– Autoridad Portuaria de Huelva
– Autoridad Portuaria de Las Palmas
– Autoridad Portuaria de Málaga
– Autoridad Portuaria de Marín y Ría de Pontevedra
– Autoridad Portuaria de Melilla
– Autoridad Portuaria de Pasajes
– Autoridad Portuaria de Santa Cruz de Tenerife
– Autoridad Portuaria de Santander
– Autoridad Portuaria de Sevilla
– Autoridad Portuaria de Tarragona

– Autoridad Portuaria de Valencia
– Autoridad Portuaria de Vigo
– Autoridad Portuaria de Villagarcía de Arousa
– Outras autoridades portuárias das Comunidades Autónomas de Andalucía, Asturias, Baleares, Canarias, Cantabria, Cataluña, Galicia, Murcia, País Vasco y Valencia.

França

– Port autonome de Paris criado nos termos da Lei n.º 68-917 relative au port autonome de Paris de 24 de outubro de 1968

– Port autonome de Strasbourg criado nos termos da convention du 20 mai 1923 entre l'État et la ville de Strasbourg relative à la construction du port rhénan de Strasbourg et à l'exécution de travaux d'extension de ce port, aprovada pela lei de 26 de abril de 1924.

– Portos autónomos explorados nos termos dos artigos L. 111-1 e seguintes do code des ports maritimes, com personalidade jurídica:
  – Port autonome de Bordeaux
  – Port autonome de Dunkerque
  – Port autonome de La Rochelle
  – Port autonome du Havre
  – Port autonome de Marseille
  – Port autonome de Nantes-Saint-Nazaire
  – Port autonome de Pointe-à-Pitre
  – Port autonome de Rouen

– Portos sem personalidade jurídica, propriedade do Estado (décret n.º 2006-330 de 20 de março de 2006 fixant la liste des ports des départements d'outre-mer exclus du transfert prévu à l'article 30 de la loi du 13 août 2004 relative aux libertés et responsabilités locales), cuja gestão foi concedida a chambres de commerce et d'industrie locales:
  – Port de Fort de France (Martinique)
  – Port de Dégrad des Cannes (Guyane)
  – Port-Réunion (île de la Réunion)
  – Ports de Saint-Pierre et Miquelon

– - Portos sem personalidade jurídica cuja propriedade foi transferida para as autoridades regionais ou locais, e cuja gestão foi atribuída a chambres de commerce e d'industrie locales (Article 30 de la Loi n° 2004-809, de 13 de agosto de 2004, relative aux libertés et responsabilités locales, alterada pela Loi n° 2006-1771 de 30 de dezembro de 2006):
  – Port de Calais
  – Port de Boulogne-sur-Mer
  – Port de Nice
  – Port de Bastia
  – Port de Sète
  – Port de Lorient
  – Port de Cannes
  – Port de Villefranche-sur-Mer

– Voies navigables de France, organismo público sujeito às disposições do artigo 124.º da Loi n.º 90-1168 de 29 de dezembro de 1990, na sua versão alterada

Itália

– Portos estatais (Porti statali) e outros portos geridos pelas Capitanerie di Porto nos termos do Codice della navigazione, Regio Decreto n.º 327 de 30 de março de 1942
– Portos autónomos (enti portuali) instituídos ao abrigo de leis especiais nos termos do artigo 19.º do Codice della navigazione, Regio Decreto n.º 327 de 30 de março de 1942

Chipre

Η Αρχή Λιμένων Κύπρου estabelecido pelo περί Αρχής Λιμένων Κύπρου Νόμο του 1973.

Letónia

Autoridades que asseguram a gestão dos portos em conformidade com a Lei "Likums par ostām":
– Rīgas brīvostas pārvalde
– Ventspils brīvostas pārvalde
– Liepājas speciālas ekonomiskās zona pārvalde
– Salacgrīvas ostas pārvalde
– Skultes ostas pārvalde
– Lielupes ostas pārvalde
– Engures ostas pārvalde
– Mērsraga ostas pārvalde

– Pāvilostas ostas pārvalde
– Rojas ostas pārvalde

Outras instituições que fazem aquisições de acordo com a Lei "Sabiedrisko pakalpojumu sniedzēju iepirkumu likums" e que gerem os portos em conformidade com a Lei "Likumu par ostām".

Lituânia

– Empresa estatal Klaipėda State Sea Port Administration que opera em conformidade com a Lei sobre Klaipėda State Sea Port Administration da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 53-1245, 1996);

– Empresa estatal “Vidaus vandens kelių direkcija”, que opera em conformidade com o código do transporte nas vias interiores navegáveis da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 105-2393, 1996);

– Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; N.º 4-102, 2006) e que operam no domínio das instalações de portos marítimos ou interiores ou de outros terminais porto marítimo ou interior ou de outras instalações de terminal em conformidade com o código do transporte nas vias navegáveis internas da República da Lituânia).

Luxemburgo

– Port de Mertert, criado e explorado nos termos da lei, de 22 de julho de 1963, relative à l'aménagement et à l'exploitation d'un port fluvial sur la Moselle, na sua versão alterada.

Hungria

– Portos que operam nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2000. évi XLII. törvény a vízi közlekedésről.

Malta

– L-Awtorita' Marittima ta' Malta (Autoridade Marítima de Malta)

Países Baixos

Entidades adjudicantes no domínio dos portos marítimos ou interiores ou de outro equipamento para terminais. Por exemplo:

– Havenbedrijf Rotterdam

Áustria

– Portos interiores total ou parcialmente da propriedade dos *Länder* e/ou das comunas.

Polónia

Entidades estabelecidas com base na ustawa z dnia 20 grudnia 1996 r. o portach i przystaniach morskich, incluindo, entre outras:

– Zarząd Morskiego Portu Gdańsk S.A.
– Zarząd Morskiego Portu Gdynia S.A.

– Zarząd Portów Morskich Szczecin i Świnoujście S.A.
– Zarząd Portu Morskiego Darłowo Sp. z o.o.
– Zarząd Portu Morskiego Elbląg Sp. z o.o.
– Zarząd Portu Morskiego Kołobrzeg Sp. z o.o.
– Przedsiębiorstwo Państwowe Polska Żegluga Morska

Portugal

– APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A, nos termos do Decreto-Lei n.º 335/98 de 3 de novembro de 1998.
– APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A, nos termos do Decreto-Lei n.º 336/98 de 3 de novembro de 1998.
– APS – Administração do Porto de Sines, S.A, nos termos do Decreto-Lei n.º 337/98 de 3 de novembro de 1998.
– APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A, nos termos do Decreto-Lei n.º 338/98 de 3 de novembro de 1998.
– APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A, nos termos do Decreto-Lei n.º 339/98 de 3 de novembro de 1998.
– Instituto Portuário dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM, I.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2007 de 27 de abril de 2007.

Roménia

– Compania Naţională "Administraţia Porturilor Maritime" SA Constanţa
– Compania Naţională "Administraţia Canalelor Navigabile SA"

– Compania Naţională de Radiocomunicaţii Navale "RADIONAV" SA
– Regia Autonomă "Administraţia Fluvială a Dunării de Jos"
– Compania Naţională "Administraţia Porturilor Dunării Maritime"
– Compania Naţională "Administraţia Porturilor Dunării Fluviale" SA
– Porturile: Sulina, Brăila, Zimnicea şi Turnul-Măgurele

Eslovénia

Portos marítimos que são propriedade total ou parcial do Estado e que executam serviços públicos económicos nos termos do Pomorski Zakonik (Uradni list RS, 56/99).

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5144353	LUKA KOPER D.D.	6000	KOPER - CAPODISTRIA
5655170	SIRIO D.O.O	6000	KOPER

Eslováquia

Entidades que exploram portos interiores não públicos no domínio do transporte fluvial por transportadoras com base numa autorização concedida pela autoridade estatal ou por entidades estabelecidas pela autoridade estatal para explorar os portos fluviais públicos nos termos da Lei n.º 338/2000 Coll., com a redação dada pelas Lei n.º 57/2001 Coll. e Lei n.º 580/2003 Coll.

Finlândia

– Portos que operam nos termos da laki kunnallisista satamajärjestyksistä ja liikennemaksuista/
– lagen om kommunala hamnanordningar och trafikavgifter (955/1976) e portos instituídos com base numa autorização concedida nos termos do § 3 da laki yksityisistä yleisistä satamista/lagen om privata allmänna hamnar (1156/1994).
– Saimaan kanavan hoitokunta/Förvaltningsnämnden för Saima kanal.

Suécia

Portos e terminais instituídos nos termos da lagen (1983:293) om inrättande, utvidgning och avlysning av allmän farled och allmän hamn e do förordningen (1983:744) om trafiken på Göta kanal.

Reino Unido

– Uma autoridade local que explore uma zona geográfica a fim de permitir a utilização de um porto marítimo, de um porto interior ou de outras instalações de terminais por parte de transportadores marítimos ou fluviais.
– Uma autoridade portuária nos termos da secção 57 do Harbours Act 1964.
– British Waterways Board
– Uma autoridade portuária tal como definida na secção 38(1) do Harbours Act (Northern Ireland) 1970.

Croácia

Entidades adjudicantes referidas no artigo 6.º da Zakon o javnoj Nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei sobre contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11), que são empresas públicas ou autoridades adjudicantes e que, ao abrigo de regulamentação especial, exercem uma atividade relacionada com a exploração de uma zona geográfica com vista a colocar portos marítimos, portos fluviais e outros terminais de transporte à disposição dos operadores no transporte marítimo ou fluvial; tal como entidades que exercem as referidas atividades com base na concessão em conformidade com a Lei do domínio marítimo e dos portos (Jornal Oficial 158/03, 100/04, 141/06 e 38/09).

V. Entidades adjudicantes no domínio dos serviços ferroviários

Bélgica

– Société des Transports intercommunaux de Bruxelles/Maatschappij voor intercommunaal Vervoer van Brussel
– Société régionale wallonne du Transport et ses sociétés d'exploitation (TEC Liège–Verviers, TEC Namur–Luxembourg, TEC Brabant wallon, TEC Charleroi, TEC Hainaut) / Société régionale wallonne du Transport en haar exploitatiemaatschappijen (TEC Liège–Verviers, TEC Namur–Luxembourg, TEC Brabant wallon, TEC Charleroi, TEC Hainaut)
– Vlaamse Vervoermaatschappij (De Lijn)
– Sociedades de direito privado beneficiárias de direitos especiais ou exclusivos

Bulgária

– "Метрополитен" ЕАД, София
– "Столичен електротранспорт" ЕАД, София
– "Столичен автотранспорт" ЕАД, София
– "Бургасбус" ЕООД, Бургас
– "Градски транспорт" ЕАД, Варна
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Враца
– "Общински пътнически транспорт" ЕООД, Габрово
– "Автобусен транспорт" ЕООД, Добрич
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Добрич
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Пазарджик
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Перник
– "Автобусни превози" ЕАД, Плевен
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Плевен
– "Градски транспорт Пловдив" ЕАД, Пловдив
– "Градски транспорт" ЕООД, Русе
– "Пътнически превози" ЕАД, Сливен
– "Автобусни превози" ЕООД, Стара Загора
– "Тролейбусен транспорт" ЕООД, Хасково

República Checa

Todas as entidades adjudicantes nos setores que prestam serviços no setor dos transportes ferroviários definidos na secção 4, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades adjudicantes:

– Dopravní podnik hl.m. Prahy ,akciová společnost
– Dopravní podnik města Brna, a.s.
– Dopravní podnik Ostrava a.s.
– Plzeňské městské dopravní podniky, a.s.
– Dopravní podnik města Olomouce, a.s.

Dinamarca

– DSB
– DSB S-tog A/S
– Entidades prestadoras de serviços de transportes em autocarros (serviços regulares) com base numa autorização concedida nos termos da lov om buskørsel, jf. lovbekendtgørelse n.º 107 de 19 de fevereiro de 2003.
– Metroselskabet I/S

Alemanha

Empresas prestadoras de serviços públicos de transportes de curta distância com base numa autorização concedida nos termos da Personenbeförderungsgesetz de 21 de março de 1961, com a última redação que lhe foi dada em 31 de outubro de 2006.

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332).
– AS Tallinna Autobussikoondis;
– AS Tallinna Trammi- ja Trollibussikoondis;
– Narva Bussiveod AS.

Irlanda

– Iarnród Éireann [Irish Rail]
– Railway Procurement Agency
– Luas [Dublin Light Rail]
– Bus Éireann [Irish Bus]
– Bus Átha Cliath [Dublin Bus]
– Entidades prestadoras de serviços públicos de transportes nos termos do Road Transport Act de 1932, na sua versão alterada.

Grécia

– "Ηλεκτροκίνητα Λεωφορεία Περιοχής Αθηνών - Πειραιώς Α.Ε." ("Η.Λ.Π.Α.Π. Α.Ε. ") (Tróleis-Autocarros de Atenas-Pireu S.A), criada e explorada nos termos do Decreto Legislativo n.º 768/1970 (A ‘273), Lei n.º 588/1977 (A’ 148) e Lei n.º 2669/1998 (A΄283).

– "Ηλεκτρικοί Σιδηρόδρομοι Αθηνών – Πειραιώς" ("Η.Σ.Α.Π. Α.Ε. ") (Caminhos de ferro elétricos de Atenas-Pireu), criada e explorada nos termos das Leis n.º 352/1976 (A' 147) e n.º 2669/1998 (A'283).

– "Οργανισμός Αστικών Συγκοινωνιών Αθηνών Α.Ε." ("Ο.Α.ΣΑ. Α.Ε. ") (Organização de Transportes Urbanos de Atenas S.A.), criada e explorada nos termos das Leis n.º 2175/1993 (A'211) e n.º 2669/1998 (A'283).

– "Εταιρεία Θερμικών Λεωφορείων Α.Ε." ("Ε.Θ.Ε.Λ. Α.Ε. "), (Companhia de Autocarros Térmicos S.A.), criada e explorada nos termos das Leis n.º 2175/1993 (A'211) e n.º 2669/1998 (A'283).

– "Αττικό Μετρό Α.Ε." (Attiko Metro S.A), criada e explorada nos termos da Lei n.º 1955/1991.

– "Οργανισμός Αστικών Συγκοινωνιών Θεσσαλονίκης" ("Ο.Α.Σ.Θ."), criada e explorada nos termos do Decreto n.º 3721/1957 e das Leis n.º 716/1970, n.º 866/79 e n.º 2898/2001 (A'71).

– Κοινό Ταμείο Είσπραξης Λεωφορείων ("Κ.Τ.Ε.Λ."), explorada nos termos da Lei n.º 2963/2001 (A'268).

– Δημοτικές Επιχειρήσεις Λεωφορείων Ρόδου και Κω, também conhecidas respetivamente por "ΡΟΔΑ" e "ΔΕΑΣ ΚΩ", exploradas nos termos da Lei n.º 2963/2001 (A'268).

Espanha

– Entidades que prestam serviços públicos de transporte urbano nos termos da Ley 7/1985 Reguladora de las Bases de Régimen Local de 2 de abril de 1985; Real Decreto legislativo 781/1986, de 18 de abril, por el que se aprueba el texto refundido de las disposiciones legales vigentes en materia de régimen local y correspondiente legislación autonómica en su caso

– Entidades que prestam serviços públicos de autocarros nos termos da terceira disposição transitória da Lei 16/1987, de 30 de julho, de Ordenación de los Transportes Terrestres.

Exemplos:

- Empresa Municipal de Transportes de Madrid
- Empresa Municipal de Transportes de Málaga
- Empresa Municipal de Transportes Urbanos de Palma de Mallorca
- Empresa Municipal de Transportes Públicos de Tarragona
- Empresa Municipal de Transportes de Valencia
- Transporte Urbano de Sevilla, S.A.M. (TUSSAM)
- Transporte Urbano de Zaragoza, S.A. (TUZSA)
- Entitat Metropolitana de Transport - AMB
- Eusko Trenbideak, s.a.
- Ferrocarril Metropolitá de Barcelona, sa
- Ferrocariles de la Generalitat Valenciana
- Consorcio de Transportes de Mallorca
- Metro de Madrid
- Metro de Málaga, S.A.
- Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles (Renfe)

França

– Entidades adjudicantes prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos do artigo 7-II da loi d'orientation des transports intérieurs n.º 82-1153 de 30 de dezembro de 1982.
– Régie des transports de Marseille
– RDT 13 Régie départementale des transports des Bouches du Rhône
– Régie départementale des transports du Jura
– RDTHV Régie départementale des transports de la Haute-Vienne
– Régie autonome des transports parisiens, Société nationale des chemins de fer français e outras entidades prestadoras de serviços de transportes com base numa autorização concedida pelo Syndicat des transports d'Ile-de-France nos termos da Ordonnance n.º 59-151 de 7 de janeiro de 1959, na sua versão alterada, e das respetivas normas de execução relativas à organização dos transportes de passageiros na região Ile-de-France
– Réseau ferré de France, empresa pública criada pela Lei n.º 97-135 de 13 de fevereiro de 1997
– Autoridades locais ou regionais ou grupos de autoridades regionais ou locais que constituam uma autoridade de organização dos transportes (exemplo: Communauté urbaine de Lyon)

Itália

Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos de caminhos de ferro, sistemas automáticos, elétricos, tróleis ou autocarros ou gestoras das respetivas infraestruturas a nível nacional, regional e local

Citem-se, a título de exemplo:

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos com base numa autorização nos termos do Decreto do Ministro dei Trasporti n.º 316, de 1 de dezembro de 2006, Regolamento recante riordino dei servizi automobilistici interregionali di competenza statale

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos do artigo 1.º, n.º 4 ou n.º 15, do Regio Decreto de 15 de outubro de 1925, n.º 2578 – Approvazione del testo unico della legge sull'assunzione diretta dei pubblici servizi da parte dei comuni e delle province

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos do Decreto Legislativo n.º 422 de 19 de novembro de 1997 – Conferimento alle regioni ed agli enti locali di funzioni e compiti in materia di trasporto pubblico locale, a norma dell'articolo 4, comma 4, della L. 15 marzo 1997, n. 59 – alterado pelo Decreto Legislativo n.º 400 de 20 de setembro de 1999 e pelo artigo 45.º da Lei n.º 166 de 1 de agosto de 2002

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos do artigo 113.º do testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali approvato con legge 18 agosto 2000 n.º 267, tal como alterada pelo artigo 35.º da Lei n.º 448 de 28 de dezembro de 2001

– Entidades, sociedades e empresas que operam com base numa concessão nos termos do artigo 242.º ou 256.º do Regio Decreto n.º 1447, de 9 de maio de 1912, che approva il testo unico delle disposizioni di legge per le ferrovie concesse all'industria privata, le tramvie a trazione meccanica e gli automobili

– Entidades, sociedades e empresas e autoridades locais que operam com base em autorizações concedidas nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 410 de 4 de junho de 1949 – Concorso dello Stato per la riattivazione dei pubblici servizi di trasporto in concessione

– Entidades, sociedades e empresas que operam com base numa autorização concedida nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 1221 de 2 de agosto de 1952 – Provvedimenti per l'esercizio ed il potenziamento di ferrovie e di altre linee di trasporto in regime di concessione

Chipre

Letónia

Sujeitos de direito público e privado que prestam serviços de transporte de passageiros em autocarros, tróleis e/ou eléctricos pelo menos nas seguintes cidades: Riga, Jurmala Liepaja, Daugavpils, Jelgava, Rezekne e Ventspils.

Lituânia

– Akcinė bendrovė "Autrolis"
– Uždaroji akcinė bendrovė "Vilniaus autobusai"
– Uždaroji akcinė bendrovė "Kauno autobusai"
– Uždaroji akcinė bendrovė "Vilniaus troleibusai"
– Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio dos serviços urbanos de caminhos de ferro, elétricos, tróleis ou autocarros em conformidade com o código de transporte rodoviário da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 119-2772, 1996).

Luxemburgo

– Chemins de fer luxembourgeois (CFL)
– Service communal des autobus municipaux de la Ville de Luxembourg
– Transports intercommunaux du canton d'Esch–sur–Alzette (TICE)
– As empresas de serviços de autocarro que operam nos termos do règlement grand-ducal de 3 de fevereiro de 1978 concernant les conditions d'octroi des autorisations d'établissement et d'exploitation des services de transports routiers réguliers de personnes rémunérées.

Hungria

– Entidades que prestam serviços públicos de transportes locais e interurbanos de autocarros previstos, nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 1988. évi I. törvény a közúti közlekedésről.

– – Entidades que asseguram o transporte público nacional de passageiros por caminho de ferro nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2005. évi CLXXXIII. törvény a vasúti közlekedésről.

Malta

– L-Awtorita` dwar it-Trasport ta' Malta (Autoridade de Transportes de Malta)

Países Baixos

Entidades prestadoras de serviços de transporte públicos nos termos do capítulo II (Openbaar Vervoer) da Wet Personenvervoer. Por exemplo:

– RET (Rotterdam)
– HTM (Den Haag)
– GVB (Amsterdam)

Áustria

– Entidades competentes para o fornecimento de serviços de transportes nos termos da Eisenbahngesetz, BGBl. Nr. 60/1957, na sua versão alterada, ou da Kraftfahrliniengesetz, BGBl. I No 203/1999, na sua versão alterada.

Polónia

– Entidades que prestam serviços ferroviários urbanos, que operam com base numa concessão emitida em conformidade com ustawa z dnia 28 marca 2003 r. o transporcie kolejowym,

– Entidades que prestam serviços de transportes urbanos de autocarro para o grande público, que operam com base numa autorização de acordo com to ustawa z dnia 6 września 2001 r. o transporcie drogowym e entidades que prestam serviços de transportes urbanos ao grande público,

  incluindo, entre outras:

  – Komunalne Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o, Białystok
  – Komunalny Zakład Komunikacyjny Sp. z o.o Białystok
  – Miejski Zakład Komunikacji Sp. z o.o Grudziądz
  – Miejski Zakład Komunikacji Sp. z o.o w Zamościu
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne - Łódź Sp. z o.o.
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o. o. Lublin
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne S.A., Kraków
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne SA., Wrocław
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Częstochowa
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Gniezno
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o,o., Olsztyn
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o., Radomsko
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o.o, Wałbrzych
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne w Poznaniu Sp. z o.o.
  – Miejskie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z o. o. w Świdnicy
  – Miejskie Zakłady Komunikacyjne Sp. z o.o, Bydgoszcz

- Miejskie Zakłady Autobusowe Sp. z o.o., Warszawa
- Opolskie Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej S.A. w Opolu
- Polbus - PKS Sp. z o.o., Wrocław
- Polskie Koleje Linowe Sp. z o.o Zakopane
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Miejskiej Sp. z o.o., Gliwice
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Miejskiej Sp. z o.o. w Sosnowcu
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Leszno Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej S.A., Kłodzko
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej S.A., Katowice
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Brodnicy S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Dzierżoniowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kluczborku Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Krośnie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Raciborzu Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Rzeszowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Strzelcach Opolskich S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Wieluń Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kamiennej Górze Sp. z.o.o
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Białymstoku S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bielsku Białej S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bolesławcu Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Cieszynie Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Przewozu Towarów Powszechnej Komunikacji Samochodowej S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Bolesławcu Sp. z.o.o
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Mińsku Mazowieckim S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Siedlcach S.A.

- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej "SOKOŁÓW" w Sokołowie Podlaskim S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Garwolinie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Lubaniu Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Łukowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Wadowicach S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Staszowie Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Krakowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Dębicy S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Zawierciu S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Żyrardowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Pszczynie Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Płocku S.A.
- Przedsiębiorstwo Spedycyjno-Transportowe „Transgór" Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Stalowej Woli S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Jarosławiu S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ciechanowie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Mławie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Nysie Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ostrowcu Świętokrzyskim S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Kielcach S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Końskich S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Jędrzejowie Spółka Akcyjna
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Oławie Spółka Akcyjna
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Wałbrzychu Sp. z.o.o
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Busku Zdroju S.A.

- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Ostrołęce S.A.
- Tramwaje Śląskie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Olkuszu S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Przasnyszu S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Nowym Sączu S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Radomsko Sp. z o.o
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Myszkowie Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Lublińcu Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Głubczycach Sp. z.o.o.
- PKS w Suwałkach S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Koninie S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Turku S.A.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Zgorzelcu Sp. z.o.o
- PKS Nowa Sól Sp. z.o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Zielona Góra Sp. z o.o.
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Sp. z.o.o, w Przemyślu
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Koło
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Biłgoraj
- Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej Częstochowa S.A.
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Gdańsk
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Kalisz
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Konin
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Nowy Dwór Mazowiecki
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Starogard Gdański
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Toruń
- Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej, Warszawa

– Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Białymstoku S.A.
– Przedsiębiorstwo Komunikacji Samochodowej w Cieszynie Sp, z.o.o.
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Gnieźnie
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Krasnymstawie
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Olsztynie
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Ostrowie Wlkp.
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Poznaniu
– Przedsiębiorstwo Państwowej Komunikacji Samochodowej w Zgorzelcu Sp. z.o.o.
– Szczecińsko-Polickie Przedsiębiorstwo Komunikacyjne Sp. z.o.o.
– Tramwaje Śląskie S.A., Katowice
– Tramwaje Warszawskie Sp. z.o.o.
– Zakład Komunikacji Miejskiej w Gdańsku Sp. z.o.o.

Portugal

– Metropolitano de Lisboa, E.P., em conformidade com o Decreto-Lei n.º 439/78 de 30 de dezembro de 1978
– Câmaras Municipais, serviços municipalizados e empresas municipais, previstas na Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, que prestem serviços de transporte ao abrigo da Lei n.º 159/99 de 14 de setembro de 1999
– Autoridades públicas e empresas públicas que prestem serviços de transporte ferroviário ao abrigo da Lei n.º 10/90 de 17 de março de 1990
– Entidades que prestam serviços de transporte ao público, nos termos do artigo 98.º do Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272 de 31 de dezembro de 1948)

– Entidades que prestam serviços de transporte ao público, nos termos da Lei n.º 688/73 de 21 de dezembro de 1973
– Entidades que prestam serviços de transporte ao público, nos termos do Decreto-Lei n.º 38144 de 31 de dezembro de 1950
– Metro do Porto, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001 de 26 de setembro de 2001
– Normetro, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 394-A/98 de terça-feira, 15 de dezembro de 1998, alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001 de 26 de setembro de 2001
– Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 24/95 de 8 de fevereiro de 1995
– Metro do Mondego, S.A, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro de 2002
– Metro Transportes do Sul, S.A., nos termos do Decreto-Lei n.º 337/99 de 24 de agosto de 1999
– Câmaras Municipais e empresas municipais que prestem serviços de transporte ao abrigo da Lei n.º 159/99 de 14 de setembro de 1999

Roménia

– S.C. de Transport cu Metroul Bucureşti – “Metrorex” SA (Companhia Comercial de Metropolitano de Bucareste "METROREX S.A.")
– Regii Autonome Locale de Transport Urban de Călători (empresas autónomas locais que prestam serviços públicos de transporte urbano de passageiros)

Eslovénia

Empresas que asseguram o transporte urbano público de autocarro nos termos do Zakon o prevozih v cestnem prometu (Uradni list RS, 72/94, 54/96, 48/98 in 65/99).

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
1540564	AVTOBUSNI PREVOZI RIŽANA D.O.O. Dekani	6271	DEKANI
5065011	AVTOBUSNI PROMET Murska Sobota D.D.	9000	MURSKA SOBOTA
5097053	Alpetour Potovalna Agencija	4000	Kranj
5097061	ALPETOUR, Špedicija In Transport, D.D. Škofja Loka	4220	ŠKOFJA LOKA
5107717	INTEGRAL BREBUS Brežice D.O.O.	8250	BREŽICE
5143233	IZLETNIK CELJE D.D. Prometno In Turistično Podjetje Celje	3000	CELJE
5143373	AVRIGO DRUŽBA ZA AVTOBUSNI PROMET IN TURIZEM D.D. NOVA GORICA	5000	NOVA GORICA
5222966	JAVNO PODJETJE LJUBLJANSKI POTNIŠKI PROMET D.O.O.	1000	LJUBLJANA
5263433	CERTUS AVTOBUSNI PROMET MARIBOR D.D.	2000	MARIBOR
5352657	I & I - Avtobusni Prevozi D.D. Koper	6000	KOPER - CAPODISTRIA
5357845	Meteor Cerklje	4207	Cerklje
5410711	KORATUR Avtobusni Promet In Turizem D.D. Prevalje	2391	PREVALJE
5465486	INTEGRAL, Avto. Promet Tržič, D.D.	4290	TRŽIČ
5544378	KAM-BUS Družba Za Prevoz Potnikov, Turizem In Vzdrževanje Vozil, D.D. Kamnik	1241	KAMNIK
5880190	MPOV Storitve In Trgovina D.O.O. Vinica	8344	VINICA

Eslováquia

– Transportadoras que exploram, com base numa licença, o transporte público de passageiros em caminhos de ferro elétricos, tróleis, vias especiais ou teleféricos, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 164/1996 Coll., com a redação das leis n.º 58/1997 Coll., n.º 260/2001 Coll., n.º 416/2001 Coll. e n.º 114/2004 Coll.,

– Transportadoras que exploram o transporte nacional regular de autocarro para o público no território da República Eslovaca, ou, igualmente, em parte do território de um Estado estrangeiro, ou em determinada parte do território da República Eslovaca, com base numa autorização de exploração do transporte de autocarro e com base numa licença de transportes para o itinerário específico, concedidas nos termos da Lei n.º 168/1996 Coll. com a redação da Lei n.º 386/1996 Coll. n.º 58/1997 Coll. n.º 340/2000 Coll. n.º 416/2001 Coll. n.º 506/2002 Coll. n.º 534/2003 Coll. e n.º 114/2004 Coll.

Por exemplo:

- Dopravný podnik Bratislava, a.s.
- Dopravný podnik mesta Košice, a.s.
- Dopravný podnik mesta Prešov, a.s.
- Dopravný podnik mesta Žilina, a.s.

Finlândia

Entidades prestadoras de serviços de transportes regulares com base em direitos especiais ou exclusivos concedidos nos termos da laki luvanvaraisesta henkilöliikenteestä tiellä/lagen om tillståndspliktig persontrafik på väg (343/1991) e autoridades municipais responsáveis pelos transportes e empresas públicas prestadoras de serviços de transportes públicos de autocarro, comboio ou metropolitano, ou responsáveis pela exploração de uma rede com o objetivo de prestar esses serviços de transportes.

Suécia

– Entidades prestadoras de serviços urbanos de transportes em caminhos de ferro ou em elétricos nos termos da lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik e da lagen (1990:1157) säkerhet vid tunnelbana och spårväg.
– Entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços de transportes em tróleis ou autocarros nos termos da lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik e da yrkestrafiklagen (1998:490).

Reino Unido

– London Regional Transport
– London Underground Limited
– Transport for London
– Uma filial da Transport for London nos termos da secção 424(1) do Greater London Authority Act 1999
– Strathclyde Passenger Transport Executive
– Greater Manchester Passenger Transport Executive

– Tyne and Wear Passenger Transport Executive
– Brighton Borough Council
– South Yorkshire Passenger Transport Executive
– South Yorkshire Supertram Limited
– Blackpool Transport Services Limited
– Conwy County Borough Council
– Uma pessoa que preste um serviço local em Londres tal como definido na secção 179(1) do Greater London Authority Act 1999 (serviço de autocarro) nos termos de um acordo celebrado pela Transport for London ao abrigo da secção 156(2) desse Act ou nos termos de um acordo de uma filial de transportes tal como definido na secção 169 desse diploma
– Northern Ireland Transport Holding Company
– O detentor de uma licença de prestação de um serviço rodoviário, nos termos da section 4 (1) do Transport Act (Northern Ireland) 1967, que o autorize a prestar um serviço regular na aceção dessa licença.

Croácia

Entidades adjudicantes referidas no artigo 6.º da Zakon o javnoj Nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei sobre contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11), que são empresas públicas ou autoridades adjudicantes e que, ao abrigo de regulamentações especiais, disponibilizam ou gerem redes de serviços urbanos de caminho de ferro, sistemas automáticos, elétricos, autocarros, tróleis e sistemas por cabo (teleféricos); bem como as entidades que exercem as referidas atividades enquanto serviço público em conformidade com a Lei dos serviços públicos (Jornal Oficial 36/95, 70/97, 128/99, 57/00, 129/00, 59/01, 26/03, 82/04, 110/04, 178/04, 38/09, 79/09, 153/09, 49/11, 84/11, 90/11).

VI. Entidades adjudicantes no domínio dos serviços de caminhos de ferro

Bélgica

– SNCB Holding / NMBS Holding
– Société nationale des Chemins de fer belges//Nationale Maatschappij der Belgische Spoorwegen.
– Infrabel

Bulgária

– Национална компания "Железопътна инфраструктура"
– "Български държавни железници" ЕАД
– "БДЖ – Пътнически превози" ЕООД
– "БДЖ – Тягов подвижен състав (Локомотиви)" ЕООД
– "БДЖ – Товарни превози" ЕООД
– "Българска Железопътна Компания" АД
– "Булмаркет – ДМ" ООД

República Checa

Todas as entidades adjudicantes nos setores que prestam serviços no setor dos transportes ferroviários definidos na secção 4, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 137/2006 Coll. sobre contratos públicos, na sua versão alterada.

Exemplos de entidades adjudicantes:

– ČD Cargo, a.s.
– České dráhy, a.s
– Správa železniční dopravní cesty, státní organizace

Dinamarca

– DSB
– DSB S-tog A/S
– Metroselskabet I/S

Alemanha

– Deutsche Bahn AG.
– Outras empresas prestadoras de serviços públicos de transportes ferroviários nos termos do § 2 (1) da Allgemeines Eisenbahngesetz de 27 de dezembro de 1993, com a última redação que lhe foi dada em 26 de fevereiro de 2008.

Estónia

– Entidades que operam nos termos do artigo 10.º, n.º 3, da Lei sobre contratos públicos (RT I 21.02.2007, 15, 76) e do artigo 14.º da Lei sobre a concorrência (RT I 2001, 56 332).
– AS Eesti Raudtee;
– AS Elektriraudtee.

Irlanda

– Iarnród Éireann [/Irish Rail]
– Railway Procurement Agency

Grécia

– "Οργανισμός Σιδηροδρόμων Ελλάδος Α.Ε." ("Ο.Σ.Ε. Α.Ε.”), nos termos da Lei n.º 2671/98.
– “ΕΡΓΟΣΕ Α.Ε.”, nos termos da Lei n.º 2366/95.

Espanha

– Ente público Administración de Infraestructuras Ferroviarias (ADIF).
– Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles (RENFE).
– Ferrocarriles de Vía Estrecha (FEVE).
– Ferrocarrils de la Generalitat de Catalunya (FGC).
– Eusko Trenbideak (Bilbao).
– Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana. (FGV).
– Serveis Ferroviaris de Mallorca (Ferrocarriles de Mallorca).
– Ferrocarril de Soller
– Funicular de Bulnes

França

– Société nationale des chemins de fer français e outras redes ferroviárias de utilidade pública, referidas na loi d'orientation des transports intérieurs n° 82-1153 de 30 de dezembro de 1982, título II capítulo 1.º
– Réseau ferré de France, empresa pública criada pela Lei n.º 97-135 de 13 de fevereiro de 1997.

Itália

– Ferrovie dello Stato S. p. A. incluindo le Società partecipate

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços ferroviários, com base numa concessão nos termos do art. 10.º do Regio Decreto n.º 1447, de 9 de maio de 1912, que aprova o testo unico delle disposizioni di legge per le ferrovie concesse all'industria privata, le tramvie a trazione meccanica e gli automobili.

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços ferroviários com base numa concessão nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 410 de 14 de junho de 1949 – Concorso dello Stato per la priattivazione dei pubblici servizi di trasporto in concessione.

– Entidades, sociedades e empresas ou autoridades locais prestadoras de serviços ferroviários com base numa concessão nos termos do artigo 14.º da Lei n.º 1221 de 2 de Agosto de 1952 – Provvedimenti per l'esercizio ed il potenziamento di ferrovie e di altre linee di trasporto in regime di concessione.

– Entidades, sociedades e empresas prestadoras de serviços de transportes públicos nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Decreto Legislativo n.º 422 de 19 de novembro de 1997 – Conferimento alle regioni ed agli enti locali di funzioni e compiti in materia di trasporto pubblico locale, a norma dell'articolo 4, comma 4, della L. 15 marzo 1997, n. 9 – alterado pelo Decreto Legislativo n.º 400 de 20 de setembro de 1999 e pelo artigo 45.º da Lei n.º 166 de 1 de agosto de 2002.

Chipre

Letónia

– Valsts akciju sabiedrība "Latvijas dzelzceļš"
– Valsts akciju sabiedrība "Pasažieru vilciens"

Lituânia

– Akcinė bendrovė "Lietuvos geležinkeliai"

– Outras entidades em conformidade com os requisitos do artigo 70.º (1, 2) da Lei sobre contratos públicos da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 84-2000, 1996; n.º 4-102, 2006) e que operam no domínio dos serviços ferroviários em conformidade com o código de transporte ferroviário da República da Lituânia (Jornal Oficial n.º 72-2489, 2004).

Luxemburgo

– Chemins de fer luxembourgeois (CFL).

Hungria

– Entidades que prestam serviços ferroviários de transportes ao público nos termos dos artigos 162-163 de 2003. évi CXXIX. törvény a közbeszerzésekről e 2005. évi CLXXXIII. törvény a vasúti közlekedésről, com base numa autorização nos termos de 45/2006. (VII. 11.) GKM rendelet a vasúti társaságok működésének engedélyezéséről.

Por exemplo:

– Magyar Államvasutak (MÁV)

Malta

Países Baixos

Entidades adjudicantes no âmbito dos serviços de transportes ferroviários. Por exemplo:

– Nederlandse Spoorwegen
– ProRail

Áustria

– Österreichische Bundesbahn.
– Schieneninfrastrukturfinanzierungs-Gesellschaft mbH sowie.
– Entidades competentes para a prestação de serviços de transportes nos termos da Eisenbahngesetz, BGBl. Nr. 60/1957, na sua versão alterada.

Polónia

Entidades que prestam serviços ferroviários de transportes, que operam com base em restrukturyzacji i prywatyzacji przedsiębiorstwa państwowego “Polskie Koleje Państwowe” z dnia 8 września 2000 r.; incluindo, entre outras:

– PKP Intercity Sp. z.o.o.
– PKP Przewozy Regionalne Sp. z.o.o.
– PKP Polskie Linie Kolejowe S.A.
– "Koleje Mazowieckie - KM" Sp. z.o.o.
– PKP Szybka Kolej Miejska w Trójmieście Sp. z.o.o.
– PKP Warszawska Kolej Dojazdowa Sp. z.o.o.

Portugal

– CP - Caminhos de Ferro de Portugal, E.P., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 109/77 de 23 de março de 1977
– REFER, E.P., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de abril de 1997
– RAVE, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 323-H/2000 de 19 de dezembro de 2000
– Fertagus, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei 78/2005 de 13 de abril de 2005
– Autoridades públicas e empresas públicas que prestem serviços de transporte ferroviário ao abrigo da Lei n.º 10/90 de 17 de março de 1990
– Empresas privadas que prestem serviços de transporte ferroviário ao abrigo da Lei n.º 10/90, de 17 de março de 1990, quando detenham direitos especiais ou direitos exclusivos

Roménia

– Compania Naţională Căi Ferate – CFR;
– Societatea Naţională de Transport Feroviar de Marfă "CFR – Marfă";
– Societatea Naţională de Transport Feroviar de Călători "CFR – Călători"

Eslovénia

Mat. Št.	Naziv	Poštna Št.	Kraj
5142733	Slovenske železnice, d. o. o.	1000	LJUBLJANA

Eslováquia

– Entidades que exploram os caminhos de ferro, teleférico e instalações conexas nos termos da Lei n.º 258/1993 Coll., com a redação que lhe foi dada pelas Leis n.º 152/1997 Coll. e n.º 259/2001 Coll.,
– Entidades, que são transportadoras e fornecem transporte ferroviário ao público ao abrigo da Lei n.º 164/1996 Coll., com a redação que lhe foi dada pelas Leis n.º 58/1997 Coll., n.º 260/2001 Coll., n.º 416/2001 Coll. e n.º 114/2004 Coll. e com base no Decreto governamental n.º 662 de 7 julho de 2004.

Por exemplo:

– Železnice Slovenskej republiky, a.s.
– Železničná spoločnosť Slovensko, a.s.

Finlândia

VR Osakeyhtiö/ /VR Aktiebolag

Suécia

– Entidades públicas prestadoras de serviços de transportes ferroviários nos termos do järnvägslagen (2004:519) e järnvägsförordningen (2004:526). Entidades públicas regionais e locais prestadoras de serviços de comunicações ferroviárias regionais ou locais nos termos da lagen (1997:734) om ansvar för viss kollektiv persontrafik.

– Entidades privadas prestadoras de serviços de transportes ferroviários nos termos de uma autorização concedida ao abrigo do förordningen (1996:734) om statens spåranläggningar, sempre que tal autorização cumpra os requisitos previstos no artigo 2.º, n.º 3, da Diretiva.

Reino Unido

– Network Rail plc
– Eurotunnel plc
– Northern Ireland Transport Holding Company
– Northern Ireland Railways Company Limited
– Prestadores de serviços ferroviários que operam com base em direitos especiais ou exclusivos concedidos pelo Ministério dos Transportes ou por qualquer outra autoridade competente.

Croácia

Entidades públicas adjudicantes a que se refere o artigo 6.º da Zakon o javnoj nabavi (Narodne novine broj 90/11) (Lei relativa aos contratos públicos, Jornal Oficial n.º 90/11) que, ao abrigo de regulamentações especiais, disponibilizam ou gerem redes de serviços de transportes públicos ferroviários.

ANEXO 9-D

BENS

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

O presente capítulo será aplicável à aquisição de todos os bens no âmbito de contratos celebrados pelas entidades listadas nos anexos 9-A a 9-C, salvo especificação em contrário no Acordo.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

1. O presente capítulo abrange a aquisição de todos os bens no âmbito de contratos celebrados pelas entidades listadas nos anexos 9-A a 9-C, salvo especificação em contrário no presente Acordo.

2. O presente Acordo abrange apenas os bens descritos nos capítulos da Nomenclatura Combinada a seguir indicados e que são adquiridos pelos Ministérios da Defesa e as agências para as atividades de defesa ou de segurança nos Estados-Membros da União:

Capítulo 25:	Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimentos
Capítulo 26:	Minérios metalúrgicos, escórias e cinzas
Capítulo 27:	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas, ceras minerais exceto: ex 27.10: carburantes especiais
Capítulo 28:	Produtos químicos inorgânicos, compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos ex 28.09: explosivos ex 28.13: explosivos ex 28.14: gases lacrimogéneos ex 28.28: explosivos ex 28.32: explosivos ex 28.39: explosivos ex 28.50: produtos tóxicos ex 28.51: produtos tóxicos ex 28.54: explosivos
Capítulo 29:	Produtos químicos orgânicos exceto: ex 29.03: explosivos ex 29.04: explosivos ex 29.07: explosivos ex 29.08: explosivos ex 29.11: explosivos ex 29.12: explosivos ex 29.13: produtos tóxicos ex 29.14: produtos tóxicos ex 29.15: produtos tóxicos ex 29.21: produtos tóxicos ex 29.22: produtos tóxicos ex 29.23: produtos tóxicos ex 29.26: explosivos ex 29.27: produtos tóxicos ex 29.29: explosivos

Capítulo 30:	Produtos farmacêuticos
Capítulo 31:	Adubos (fertilizantes)
Capítulo 32:	Extratos tanantes e tintórios; taninos e seus derivados; matérias corantes; cores, tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever
Capítulo 33:	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador e cosméticos
Capítulo 34:	Sabões, agentes orgânicos de superfície, preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, "ceras para dentistas" e composições para dentistas à base de gesso
Capítulo 35:	Matérias albuminóides, colas e enzimas
Capítulo 37:	Produtos para fotografia e cinematografia
Capítulo 38:	Produtos diversos das indústrias químicas exceto: ex 38.19: produtos tóxicos
Capítulo 39:	Matérias plásticas artificiais, ésteres e éteres da celulose, resinas artificiais e obras destas matérias exceto: ex 39.03: explosivos
Capítulo 40:	Borracha natural, sintética ou artificial e obras de borracha exceto: ex 40.11: pneumáticos à prova de bala
Capítulo 41:	Peles, exceto as peles com pêlo, e couros
Capítulo 42:	Artigos de correeiro e de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa
Capítulo 43	Peles com pelo e suas obras, peles com pelo artificiais
Capítulo 44:	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira
Capítulo 45:	Cortiça e suas obras
Capítulo 46:	Obras de espartaria ou de cestaria
Capítulo 47:	Matérias-primas para o fabrico de papel

Capítulo 48:	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão
Capítulo 49:	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas
Capítulo 65:	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes
Capítulo 66:	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, chicotes, pingalins e suas partes
Capítulo 67:	Penas e penugem preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo
Capítulo 68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes
Capítulo 69:	Produtos cerâmicos
Capítulo 70:	Vidro e suas obras
Capítulo 71:	Pérolas naturais, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutarias
Capítulo 73:	Ferro fundido, ferro e aço e suas obras
Capítulo 74:	Cobre e suas obras
Capítulo 75:	Níquel e suas obras
Capítulo 76:	Alumínio e suas obras
Capítulo 77:	Magnésio e berílio e suas obras
Capítulo 78:	Chumbo e suas obras
Capítulo 79:	Zinco e suas obras
Capítulo 80:	Estanho e suas obras
Capítulo 81:	Outros metais comuns e suas obras
Capítulo 82:	Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns exceto: ex 82.05: ferramentas ex 82.07: ferramentas, partes

Capítulo 83:	Obras diversas de metais comuns
Capítulo 84:	Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes exceto: ex 84.06: motores ex 84.08: outros motores ex 84.45: máquinas ex 84.53: máquinas automáticas de tratamento de informação ex 84.55: partes de máquinas da posição 84.53 ex 84.59: reatores nucleares
Capítulo 85:	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes exceto: ex 85.13: equipamento de telecomunicações ex 85.15: aparelhos de transmissão
Capítulo 86:	Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos de sinalização não elétricos para vias de comunicação exceto: ex 86.02: locomotivas elétricas blindadas ex 86.03: outras locomotivas blindadas ex 86.05: vagões blindados ex 86.06: vagões-oficinas ex 86.07: vagões
Capítulo 87:	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, e suas partes exceto: ex 87.08: carros e veículos blindados ex 87.01: tratores ex 87.02: veículos militares ex 87.03: veículos de desempanagem ex 87.09: motociclos ex 87.14: reboques

Capítulo 89:	Embarcações e estruturas flutuantes exceto: ex 89.01 A: navios de guerra
Capítulo 90:	Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; exceto: ex 90.05: binóculos ex 90.13: instrumentos diversos, laser ex 90.14: telémetros ex 90.28: instrumentos de medida elétricos e eletrónicos ex 90.11: microscópios ex 90.17: instrumentos médicos ex 90.18: aparelhos de mecanoterapia ex 90.19: aparelhos de ortopedia ex 90.20: aparelhos de raios X
Capítulo 91:	Fabricação de relógios e material de relojoaria
Capítulo 92:	Instrumentos musicais, aparelhos de registo ou de reprodução de som, aparelhos de registo ou de reprodução de imagens e de som, para televisão; partes e acessórios destes instrumentos e aparelhos
Capítulo 94:	Móveis e suas partes; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes exceto: ex 94.01 A: cadeiras ou bancos de aeronaves
Capítulo 95:	Matérias para talhe ou modelação, preparadas ou em obra
Capítulo 96:	Escovas, pincéis e artefactos semelhantes, vassouras, borlas, peneiras e crivos
Capítulo 98:	Obras diversas

ANEXO 9-E

SERVIÇOS

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

São oferecidos os seguintes serviços constantes do documento MTN.GNS/W/120 (sendo os outros excluídos):

CPC	Designação
61	Serviços de manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos
633	Serviços de reparação de bens pessoais e domésticos
641-643	Hotéis e restaurantes [incl. fornecimento de refeições (*catering*)]
712	Outros serviços de transporte terrestre
74710	Serviços de agências de viagem e operadores turísticos
7472	Serviços de guias turísticos
7512	Serviços de correio rápido
7523	Correio eletrónico
7523	Mensagens orais (*voice mail*)
7523	Serviços em linha de informações e de recuperação de dados.
7523	Intercâmbio eletrónico de dados
81	Serviços financeiros[3] [4]
82	Serviços imobiliários[5]

CPC	Designação
84	Serviços de informática e serviços conexos
862	Serviços de contabilidade e de auditoria
8671	Serviços de arquitetura
864	Serviços de estudos de mercado e sondagens de opinião
865	Serviços de consultoria de gestão
866	Serviços relacionados com a consultoria de gestão
8672	Serviços de engenharia
8673	Serviços integrados de engenharia
86742	Serviços de arquitetura paisagística
8675	Serviços conexos de consultoria científica e técnica relacionados com engenharia
8676	Serviços técnicos de ensaio e análise
871	Serviços de publicidade
87201	Serviços de recrutamento de quadros
87202	Serviços de colocação de pessoal auxiliar de escritório e outros trabalhadores
87203	Serviços de emprego de pessoal auxiliar administrativo
874	Serviços de limpeza de edifícios
87905	Serviços de tradução e interpretação
88442	Serviços de edição e impressão à comissão ou por contrato[6]
924	Serviços de educação de adultos
932	Serviços de veterinária
94	Eliminação de águas residuais e resíduos, serviços de saneamento e outros serviços de proteção ambiental
96112	Serviços de produção de filmes e de vídeos
96113	Serviços de distribuição de filmes e de vídeos
96121	Serviços de projeção de filmes

CPC	Designação
96122	Serviços de projeção de vídeos
9619	Outros serviços de entretenimento
96311	Serviços das bibliotecas
964	Serviços desportivos e outros serviços recreativos[7]
-	Serviços de biotecnologia
-	Serviços de exposição
-	Estudos comerciais de mercado
-	Serviços de design de interiores, excluindo arquitetura
-	Serviços profissionais de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, silvicultura, pesca e minas, incluindo serviços destinados a campos petrolíferos
-	Serviços de telecomunicações[8] Serviços de telecomunicações de base[9], incluindo revendas (baseadas em infraestruturas e baseadas em serviços): a) Serviços de comutação públicos[10] (locais e internacionais) b) Serviços de circuitos alugados (locais e internacionais) Serviços móveis[11], incluindo revendas (baseadas em infraestruturas e baseadas em serviços): a) Serviços de dados móveis públicos (PMDS) b) Serviço público de rádio partilhado (PTRS) c) Serviço público de rádio de chamada de pessoas (PRPS) d) Serviço público de telefonia móvel celular (PCMTS)

Notas ao anexo 9-E:

1. A oferta em matéria de serviços está sujeita às limitações e condições especificadas no anexo 8-B e seus apêndices.

2. O presente Acordo não pode ser aplicado a qualquer contrato celebrado por uma entidade abrangida, em nome de uma entidade não abrangida.

3. Exceto gestão de ativos e outros serviços financeiros adquiridos pelo Ministério das Finanças e a Autoridade Monetária de Singapura para efeitos de gestão de reservas cambiais oficiais e outros ativos estrangeiros do Governo de Singapura.

4. Exceto gestão de ativos e outros serviços financeiros adquiridos pela Comissão do Fundo de Previdência Central.

5. Inclui apenas serviços de consultoria em matéria de imobiliário, leilão e serviços de avaliação.

6. Exceto impressão de legislação governamental e diário do governo.

7. Exceto serviços de lotarias e outros jogos de apostas.

8. Os serviços de telecomunicações excluem serviços de radiodifusão que sejam serviços que consistem em cadeias ininterruptas de transmissão com ou sem fios necessárias para a receção e/ou disponibilização de sinais de programa auditivos e/ou visuais por todo ou parte do público.

9. Os serviços de telecomunicações de base podem ser disponibilizados por meio de tecnologia de satélite.

10. Inclui serviços de voz, de dados e de fax.

11. Os serviços móveis podem ser disponibilizados por meio de tecnologia de satélite.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

O presente Acordo abrange os seguintes serviços, identificados em conformidade com a Classificação Central dos Produtos das Nações Unidas (CPC), tal que figuram no documento MTN.GNS/W/120[*]:

Objeto	Número de referência da CPC
Serviços de manutenção e de reparação	6112, 6122, 633, 886
Serviços de transporte terrestre, incluindo os serviços de veículos blindados e serviços de correio urgente, exceto transporte de correio	712 (exceto 71235), 7512, 87304
Transporte terrestre de correio, exceto por via ferroviária e aérea	71235, 7321
Serviços de telecomunicações	752
Serviços financeiros a) Serviços de seguros b) Serviços bancários e de investimentos[**]	ex 81 812, 814
Serviços de informática e serviços conexos	84
Serviços de contabilidade, de auditoria e de guarda-livros	862
Serviços de estudos de mercado e sondagens de opinião	864
Serviços de consultoria de gestão e serviços conexos	865, 866[***]
Serviços de arquitetura; serviços de engenharia e serviços integrados de engenharia, serviços de arquitetura paisagística; serviços conexos de consultoria científica e técnica; serviços técnicos de ensaio e análise	8671, 8672, 8673, 86742, 8675, 8676
Serviços de publicidade	871
Serviços de limpeza de edifícios e serviços de gestão de propriedade	874, 82201 a 82206
Serviços de edição e impressão à comissão ou por contrato	88442
Eliminação de águas residuais e de resíduos; serviços de higiene pública e similares	94

Notas ao anexo 9-E

1. Sem prejuízo da nota 6 do presente anexo, os compromissos da União em matéria de serviços não abrangem as concessões de serviços referidas no anexo 9-I.

2. Os compromissos da União em matéria de serviços estão sujeitos às limitações e condições especificadas nos compromissos da União no âmbito do capítulo 8 (Serviços, estabelecimento e comércio eletrónico).

3.* Exceto os serviços que as entidades têm de adquirir a outra entidade nos termos de um direito exclusivo estabelecido por uma lei, regulamento ou disposição administrativa publicados.

4.** – Exceto a contratação ou aquisição de serviços de agência fiscal ou de depósito, de serviços de liquidação e de gestão para instituições financeiras reguladas, ou de serviços relacionados com a venda, o reembolso ou a distribuição da dívida pública, incluindo empréstimos e obrigações do Estado, títulos de dívida e outros títulos.

– Na Suécia, os pagamentos efetuados pelas entidades públicas ou em benefício destas devem ser transmitidos através do sistema sueco de conta postal (Postgiro).

5.*** Exceto serviços de arbitragem e conciliação.

6. Caso a revisão em curso da legislação da União em matéria de contratos públicos resulte num alargamento do âmbito dos serviços e concessões de serviços integralmente abrangidos por essa legislação, as Partes, a pedido de uma das Partes, analisarão a possibilidade de um acesso adicional aos serviços e de concessões de serviços na perspetiva de possibilidades equilibradas de acesso ao mercado para ambas as Partes. As Partes podem, por decisão do Comité do Comércio de Serviços, Investimento e Contratos Públicos instituído ao abrigo do artigo 16.2 (Comités especializados), adaptar as respetivas listas de compromissos definidas no presente anexo em resultado de uma tal análise.

7. Caso a revisão em curso da legislação da União em matéria de contratos públicos resulte numa maior clarificação ou desenvolvimento das regras aplicáveis às concessões de serviços e as Partes procedam a uma revisão bem sucedida do eventual maior acesso de mercado às concessões de serviços, com base na nota 6 supra, a União, a pedido de Singapura, analisará a possibilidade de refletir esses desenvolvimentos no capítulo nove (Contratos públicos) ou no presente anexo. As Partes podem, por decisão do Comité do Comércio de Serviços, Investimento e Contratos Públicos instituído ao abrigo do artigo 16.2 (Comités especializados), adaptar as regras aplicáveis às concessões de serviços no capítulo nove (Contratos públicos) ou nas suas listas de compromissos definidas no anexo 9-F em resultado de uma tal análise.

ANEXO 9-F

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E CONCESSÕES DE OBRAS

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

São oferecidos os seguintes serviços de construção, na aceção da Divisão 51 da Classificação Central dos Produtos, constantes do documento MTN.GNS/W/120 (sendo os outros excluídos):

Lista de serviços de construção oferecidos:

CPC	Designação
512	Trabalhos de construção geral de edifícios
513	Trabalhos de construção geral para engenharia civil
514, 516	Trabalhos de instalação e montagem
517	Trabalhos de acabamento de edifícios
511, 515, 518	Outros

Notas ao Anexo 9-F:

1. A oferta em matéria de serviços de construção está sujeita às limitações e condições especificadas no anexo 8-B e seus apêndices.

2. O presente Acordo não pode ser aplicado a qualquer contrato celebrado por uma entidade abrangida, em nome de uma entidade não abrangida.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

A. Serviços de construção

Lista da divisão 51, CPC:
Todos os serviços listados na divisão 51.

B. Concessões de obras

Os contratos de concessões de obras, quando adjudicados pelas entidades do anexo 9-A e 9-B, são incluídos no âmbito do regime de tratamento nacional, desde que o seu montante seja igual ou superior a 5 000 000 DSE

Notas ao Anexo 9-F:

1. Ao adjudicar contratos de concessões de obras, as entidades adjudicantes da União listadas no anexo 9-A e 9-B concederão aos serviços e prestadores de serviços de Singapura, incluindo os prestadores de serviços de Singapura estabelecidos localmente, um tratamento não menos favorável que o que concedem aos serviços e prestadores de serviços internos ao abrigo do regime interno da União para as concessões de obras (a seguir designado "regime de tratamento nacional"), desde que o valor desses contratos seja igual ou superior a 5 000 000 DSE.

   Ao abrigo do regime de tratamento nacional, a União, incluindo os seus Estados-Membros e as suas entidades adjudicantes, deve:

   a) Assegurar a transparência na adjudicação dos contratos de concessões de obras, nomeadamente através da publicação do anúncio das concessões de obras previstas; e

   b) Assegurar que existe um procedimento de recurso eficaz pelo qual o prestador de serviços, incluindo os prestadores da outra Parte, podem contestar as decisões relativas à adjudicação de contratos de concessões de obras.

2. Caso a revisão em curso da legislação da União em matéria de contratos públicos resulte numa maior clarificação ou desenvolvimento das regras aplicáveis às concessões de obras, a União, a pedido de Singapura, analisará a possibilidade de refletir esses desenvolvimentos no presente anexo. As Partes podem, por decisão do Comité do Comércio de Serviços, Investimento e Contratos Públicos instituído ao abrigo do artigo 16.2 (Comités especializados), adaptar as regras aplicáveis às concessões de obras no capítulo nove (Contratos públicos) ou nas suas listas de compromissos definidas no presente anexo em resultado de uma tal análise.

Lista da divisão 51, CPC

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
SECÇÃO 5			CONSTRUÇÕES E TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO: TERRENOS	
DIVISÃO 51			TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	
511			Trabalhos preparatórios em estaleiros de construção	
	5111	51110	Trabalhos de prospeção do terreno	4510
	5112	51120	Trabalhos de demolição	4510
	5113	51130	Trabalhos de montagem do estaleiro e limpeza do terreno	4510
	5114	51140	Trabalhos de escavação e terraplanagens	4510
	5115	51150	Trabalhos de preparação do estaleiro para mineração	4510
	5116	51160	Montagem e desmontagem de andaimes	4520
512			Trabalhos de construção de edifícios	
	5121	51210	Para edifícios de habitação unifamiliar (1 e 2 fogos)	4520
	5122	51220	Para edifícios de habitação multifamiliar (3 ou mais fogos)	4520
	5123	51230	Para armazéns e edifícios industriais	4520

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
	5124	51240	Para edifícios comerciais	4520
	5125	51250	Para edifícios para recreação pública	4520
	5126	51260	Para hotéis, restaurantes e edifícios similares	4520
	5127	51270	Para edifícios escolares	4520
	5128	51280	Para edifícios de cuidados de saúde	4520
	5129	51290	Para outros edifícios	4520
513			Obras de construção para a engenharia civil	
	5131	51310	Para autoestradas (exceto viadutos), arruamentos, estradas, vias férreas e pistas de aeroportos	4520
	5132	51320	Para pontes, viadutos, túneis e passagens subterrâneas	4520
	5133	51330	Para cursos de água, portos, barragens e outras obras hidráulicas	4520
	5134	51340	Para oleodutos ou gasodutos de longa distância, redes de comunicação e de transporte de energia elétrica (cabos)	4520
	5135	51350	Para condutas e cablagem locais; obras associadas	4520
	5136	51360	Para instalações para as indústrias extrativa e transformadora	4520
	5137		Para construções desportivas e de recreação	
		51371	Para estádios e terrenos de desportos	4520
		51372	Para outras instalações desportivas e de recreação (por exemplo, piscinas, campos de ténis, campos de golfe)	4520
	5139	51390	Para obras de engenharia, n.e.	4520

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
514	5140	51400	Trabalhos de montagem de edifícios e outros elementos totalmente prefabricados	4520
515			Trabalhos especializados de construção	
	5151	51510	Construção de fundações, incluindo cravação de estacas	4520
	5152	51520	Perfuração para poços de água	4520
	5153	51530	Construção de telhados e trabalhos de impermeabilização	4520
	5154	51540	Obras em betão	4520
	5155	51550	Moldagem de aço e montagem de estruturas de aço (incluindo soldadura)	4520
	5156	51560	Obras de alvenaria	4520
	5159	51590	Outros trabalhos especializados de construção	4520
516			Trabalhos de instalação	
	5161	51610	Obras de aquecimento, ventilação e climatização	4530
	5162	51620	Trabalhos de canalização de água e esgotos	4530
	5163	51630	Obras de construção para distribuição de gás	4530
	5164		Instalações elétricas	
		51641	Instalação de cabos e acessórios elétricos	4530
		51642	Obras de construção de alarmes contra incêndios	4530
		51643	Obras de construção de alarmes contra roubo	4530
		51644	Obras de construção de antenas residenciais	4530
		51649	Outros trabalhos de instalações elétricas	4530
	5165	51650	Obras de isolamento (instalações elétricas, isolamento hidrófugo, térmico, sonoro)	4530
	5166	51660	Instalação de vedações e gradeamentos	4530

Grupo	Classe	Subclasse	Título	Categoria correspondente da CITA
	5169		Outros trabalhos de instalação	
		51691	Instalação de elevadores e escadas rolantes	4530
		51699	Outros trabalhos de instalação, n.e.	4530
517			Trabalhos de acabamento de edifícios	
	5171	51710	Obras de envidraçamento e instalação de janelas	4540
	5172	51720	Trabalhos de estucagem	4540
	5173	51730	Trabalhos de pintura	4540
	5174	51740	Colocação de ladrilhos para revestimento de pavimentos e paredes	4540
	5175	51750	Outros tipos de revestimento de pavimentos e de paredes, e obras de colocação de papel de parede	4540
	5176	51760	Trabalhos de marcenaria e de carpintaria de madeira e de metal	4540
	5177	51770	Obras de decoração de instalações interiores	4540
	5178	51780	Trabalhos de ornamentação	4540
	5179	51790	Outros trabalhos de acabamento de edifícios	4540
518	5180	51800	Serviços de aluguer relacionados com equipamento de construção ou demolição de edifícios ou de obras de engenharia civil, com operador	4550

ANEXO 9-G

NOTAS GERAIS E DERROGAÇÕES
DO ARTIGO 9.4
(PRINCÍPIOS GERAIS)

PARTE 1

COMPROMISSOS DE SINGAPURA

Nenhum.

PARTE 2

COMPROMISSOS DA UNIÃO

1. O presente Acordo não abrange:

   – contratos de produtos agrícolas celebrados no âmbito de programas de apoio agrícola e de programas alimentares (por exemplo, ajuda alimentar, incluindo ajuda humanitária de emergência);

   – contratos para aquisição, desenvolvimento, produção ou coprodução de material de programas de radiodifusores e contratos para tempo de radiodifusão.

2. Os contratos públicos celebrados por entidades adjudicantes incluídas nos anexos 9-A e 9-B, em relação com atividades no domínio da água potável, energia, transporte e setor postal não são abrangidos pelo presente Acordo, a menos que sejam abrangidos pelo anexo 9-C.

3. A Finlândia reserva a sua posição no que respeita à aplicação do presente Acordo às Ilhas Åland (Ahvenanmaa).

ANEXO 9-H

MEIOS DE PUBLICAÇÃO

1. Para a União:

Sistema de informação referente aos contratos públicos europeus:

http://simap.europa.eu/index_en.html
Jornal Oficial da União Europeia

2. Para Singapura:

a) Para o n.º 2, alínea a), do artigo 9.5 (Informações sobre o sistema de contratos):

O Diário do Governo da República de Singapura

b) Para o n.º 2, alínea b), do artigo 9.5 (Informações sobre o sistema de contratos):

O portal Government Electronic Business (GeBIZ)
http://www.gebiz.gov.sg/

Anexo 9-I

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

1. No entender das Partes, uma parceria público-privada (a seguir designada "PPP") refere-se a um acordo contratual entre uma entidade adjudicante e um prestador para prestar um conjunto de serviços, sendo que o prestador desempenha um papel importante, em especial na medida em que os riscos geralmente suportados pelo setor público (como riscos operacionais ou financeiros) são parcial ou integralmente transferidos para o prestador.

Possíveis tipos de Acordos PPP

2. Para efeitos do capítulo nove (Contratos públicos) e do presente anexo, as PPP incluem, em particular, mas não exclusivamente, os seguintes tipos de acordos:

   a) Contratos de construção-exploração-transferência (*Build-Operate-Transfer*): qualquer acordo contratual cujo objetivo seja assegurar a construção ou a renovação de infraestruturas físicas, edifícios, instalações ou outras obras públicas e ao abrigo do qual, como contrapartida para a execução do acordo contratual pelo fornecedor, uma entidade adjudicante atribui-lhe, durante um período específico, a propriedade temporária ou o direito de controlar e explorar a obra, e de exigir pagamento pela sua utilização, durante o período de duração do contrato;

b) Contratos de construção-aluguer-propriedade-transferência/construção-locação-exploração (*Build-Rent-Own-Transfer/Build-Lease-Operate*): sempre que um operador privado pode alugar ou locar o ativo após a transferência para a entidade adjudicante;

c) Contratos de conceção-financiamento-construção-exploração (*Design-Finance-Build-Operate*): sempre que um operador privado concebe, constrói, desenvolve, explora e gere um ativo, sem obrigação de transferência do ativo no termo do contrato; ou

d) Contratos de locação-desenvolvimento-exploração (*Lease-Develop-Operate*): sempre que um operador privado efetua a locação de um ativo existente, eventualmente o expande ou restaura, e o explora.

Tratamento das PPP ao abrigo dos respetivos quadros legais
da União e de Singapura

3. Para efeitos do capítulo nove (Contratos públicos) e do presente anexo:

a) Para a União, as PPP são abrangidas por duas categorias: contratos de obras públicas/serviços públicos ou concessões de obras públicas/serviços, de acordo com a legislação pertinente da União em matéria de contratos públicos;

b) Para Singapura, as PPP são regidas pelas disposições da Lei sobre contratos públicos e sua legislação subsidiária, desde que satisfaçam os critérios nelas estabelecidos.

Cobertura das PPP e regras aplicáveis às PPP

4. As PPP são abrangidas pelo capítulo nove (Contratos públicos) sem prejuízo do artigo 9.2 (Âmbito de aplicação e cobertura).

5. Os compromissos no âmbito do capítulo nove (Contratos públicos) são aplicáveis apenas aos contratos PPP celebrados entre uma entidade adjudicante abrangida e um prestador de serviços a quem o contrato PPP é adjudicado. O capítulo nove (Contratos públicos) não rege:

   a) O acordo interno do prestador de serviços quando o prestador é um grupo de pessoas que prestam ou desejam prestar serviços; ou

   b) A aquisição de bens, serviços de construção ou outros serviços ou qualquer combinação destes elementos pelo prestador de serviços a quem o contrato PPP é adjudicado.